

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIDADE HORTÊNSIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS**

**MEMÓRIAS SUBVERSIVAS: AS MEMÓRIAS POLÍTICAS PRESENTES NA  
COMUNIDADE DA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**

**SÃO FRANCISCO DE PAULA  
2022**



**uergs**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

**Hortênsias**

**LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS**

**MEMÓRIAS SUBVERSIVAS: AS MEMÓRIAS POLÍTICAS PRESENTES NA  
COMUNIDADE DA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Hortênsias, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

**SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**

**2022**

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

S237m Santos, Luís Carlos Borges dos

Memórias subversivas: as memórias políticas presentes na comunidade da Vila Jardim, São Francisco de Paula - RS/ Luís Carlos Borges dos Santos. – São Francisco de Paula: Uergs, 2022.

127 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias, 2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Aline Hernandez

1. Narrativa. 2. Pertencimento. 3. Parque Natural Municipal da Ronda. 4. Dissertação. I. Binkowski, Patrícia. II. Hernandez, Aline. III. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade Hortênsias. IV. Título.

**LUÍS CARLOS BORGES DOS SANTOS**

**MEMÓRIAS SUBVERSIVAS: AS MEMÓRIAS POLÍTICAS PRESENTES NA  
COMUNIDADE DA VILA JARDIM, SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Hortênsias, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Binkowski

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Reis Calvo Hernandez

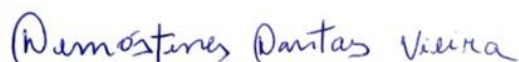
Aprovada em: 30/03/22

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Profa. Dra. Patrícia Binkowski - Orientadora  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS



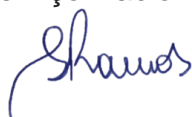
---

Prof. Dr. Demóstenes Dantas Vieira  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
IFRN



---

Prof. Dr. Fabio Ortolano  
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo



---

Prof. Dra. Marcia dos Santos Ramos Berreta  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

A nossa história vem sendo marcada por tentativas de dominação sobre as classes populares, cuja história não se conta, porque a história que se conta é exatamente a história de quem faz o povo calar.

Paulo Freire (2000, p.04)

## AGRADECIMENTOS

Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não for a mágica presença das estrelas!

Mário Quintana, *Das utopias*.

O ato de agradecer tem um pressuposto fundamental: sou-com-os-outros, somos “nó-de- relações”. Devo muito a todos os que me ajudaram. Inúmeras são as pessoas que participaram da minha caminhada de forma positiva, seja na vida privada ou na vida acadêmica (que dificilmente posso dissociar). Não arriscarei enumerá-los, pelo receio de me esquecer de alguém. Prefiro guardá-los em minha memória afetiva. Mas quero externar agradecimentos especiais pela realização deste trabalho. Durante várias fases, tive a alegria de tê-los amenizando a luta contra a jornada da solidão, ainda que alguns nem o soubessem. A eles e elas desejo expressar minha gratidão:

Ao meu filho Pedro Luis (meu negão), que sempre esperou eu chegar em casa nas sextas-feiras à noite do PPGAS, pois sempre falava para ele “o pai sempre volta!”, para quem mora na região entre Gramado e São Chico, sabe que no inverno esse trajeto é uma “aventura”.

À Minha esposa, Patrícia Marques pela dedicação ao nosso filho neste tempo que fiquei “ausente”.

Às minhas orientadoras, Patrícia Binkowski e Aline Hernandez, que acreditaram até o fim nesse trabalho, sem elas não seria possível.

À família Hoffmann pela generosidade em contribuir ativamente para essa pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), na linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (SAD). Trata-se de um estudo em Memória Política, cujo objetivo foi explorar e analisar as memórias políticas e subversivas da Vila Jardim, comunidade do Parque Natural municipal da Ronda (PNMR), a partir de um estudo transgeracional, pesquisando três gerações de moradores. Adotamos uma posição política quando decidimos pesquisar as memórias subversivas da Vila Jardim, dando visibilidade a fatos e narrativas contados em primeira mão, pela voz de seus moradores. Os referenciais foram ancorados em Hernandez (2020), Ansara (2008; 2012), Freire (1998; 2001; 2005), Pollak (1989), Halbwachs (2006), Nora (1993), Thompson (2002), autoras e autores que embasam a pesquisa em termos teóricos e metodológicos. Os objetivos específicos foram: a) Identificar os atores sociais envolvidos na construção histórica da Vila Jardim; b) Analisar a rede que os conecta ao PNMR; c) Desvelar as percepções que os moradores têm sobre a Vila Jardim e o PNMR. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de tipo exploratório, descritivo e analítico. Foram desenvolvidas quatro etapas metodológicas com seus respectivos fluxos de dados: A primeira etapa visou conhecer a historicidade de São Francisco de Paula por meio de análise documental. A segunda etapa consistiu na análise de dados secundários sobre a Vila Jardim e o Parque da Ronda. A terceira etapa acessou dados primários, mediante entrevistas abertas pautadas pela História Oral, junto à 1ª e 2ª gerações da família escolhida para a pesquisa. A quarta etapa analisou os desenhos e representações das crianças da 3ª geração da família, explorando suas percepções, sentimentos e significações sobre a Vila Jardim. Os achados foram triangulados e combinados, buscando recorrências e particularidades históricas e de memória política sobre a Vila Jardim. Os principais resultados apontam que a 1ª geração foi fundamental à ocupação do território, resistindo ao estabelecido, buscando direito à moradia, produzindo memórias subversivas contra a produção de esquecimentos. A 2ª geração empreendeu lutas comunitárias que produziram processos de consciência e ação política na Vila Jardim, levando a conquistas de direitos fundamentais, como o processo de regularização fundiária. A 3ª geração narra muitas “vilas” em uma só: um lugar que ora se conecta e ora se separa do Parque Natural Municipal da Ronda, um lugar de paisagem única, rica em diversidade de fauna e flora, mas que enfrenta o descaso do poder público e a ausência de políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Lugar; Narrativa; Pertencimento; Parque Natural Municipal da Ronda.

## ABSTRACT

This research was performed within the scope of the Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS), under the Society, Environment and Development (SAD) research line. This is a study in Political Memory, whose objective was to explore and analyze the political and subversive memories of Vila Jardim, a community in Parque Municipal da Ronda (PNMR), based on a transgenerational study, researching three generations of residents. We adopted a political position when we decided to research the subversive memories of Vila Jardim, giving visibility to facts and narratives told firsthand, by its very residents. The references were based on Hernandez (2020), Ansara (2008; 2012), Freire (1998; 2001; 2005), Pollak (1989), Halbwachs (2006), Nora (1993), Thompson (2002), authors who support the research theoretically and methodologically. The specific purposes were: a) To identify the social players involved in the historic construction of Vila Jardim; b) To analyze the links between them and PNMR; c) To unveil the perceptions that residents have about Vila Jardim and PNMR. The research followed a qualitative, exploratory, descriptive, and analytical approach. Four methodological steps were developed with their respective data flows: The first step was intended to know the historicity of São Francisco de Paula through document analysis. The second stage consisted of the analysis of secondary data about Vila Jardim and Parque da Ronda. The third step accessed primary data, open interviews guided by Oral History, with the 1st and 2nd generations of the family chosen for the research. The fourth step analyzed the drawings and representations of the children of the family's 3rd generation, exploring their perceptions, feelings, and meanings about Vila Jardim. The findings were triangulated and combined, looking for recurrences, historical particularities, and political memory of Vila Jardim. The main results show that the 1st generation was fundamental to the occupation of the territory, resisting what was established, seeking the right to housing, making subversive memories against the production of forgetfulness. The 2nd generation undertook community struggles that produced processes of awareness and political action in Vila Jardim, leading to the conquer of fundamental rights, such as the land regularization process. The 3rd generation narrates many "villages" in one: a place that sometimes connects and sometimes separates itself from the Municipal Natural Park of Ronda, a place with a unique landscape, rich in fauna and flora diversity, but that is neglected by the government, which is perceived by the lack of public policies.

**Keywords:** Place; Narrative; Belonging; Ronda Municipal Nature Park.



## RESUMEN

Esta investigación se realizó en el ámbito del Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS), de la Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), en la línea de investigación Sociedad, Medio Ambiente y Desarrollo (SAD). Se trata de un estudio en Memoria Política, cuyo objetivo fue explorar y analizar las memorias políticas y subversivas de Vila Jardim, una comunidad del Parque Natural Municipal de Ronda (PNMR), a partir de un estudio transgeneracional, investigando tres generaciones de una misma familia. Adoptamos una posición política cuando decidimos investigar las memorias subversivas de Vila Jardim, dando visibilidad a hechos y relatos contados de primera mano, a través de la voz de sus habitantes. Las referencias se basan en Hernandez (2020), Ansara (2008; 2012), Freire (1998; 2001; 2005), Pollak (1989), Halbwachs (2006), Nora (1993), Thompson (2002), autores y autoras que apoyan la investigación en términos teóricos y metodológicos. Los objetivos específicos fueron: a) Identificar los actores sociales involucrados en la construcción histórica de Vila Jardim; b) Analizar la red que los conecta al PNMR; c) Revelar las percepciones que las diferentes generaciones sobre la Vila Jardim y el PNMR. La investigación siguió un enfoque cualitativo, exploratorio, descriptivo y analítico. Se desarrollaron cuatro pasos metodológicos: El primer buscó conocer la historicidad de São Francisco de Paula a través del análisis de documentos. La segunda etapa consistió en el análisis de datos secundarios sobre la Vila Jardim y el Parque da Ronda. La tercera etapa accedió a datos primarios, a través de entrevistas abiertas guiadas por la Historia Oral, con la 1ª y la 2ª generaciones de la familia investigada. La cuarta etapa analizó los dibujos y representaciones de los hijos de la 3ª generación, explorando sus percepciones, sentimientos y significados sobre la Vila Jardim. Los hallazgos fueron triangulados y combinados, buscando recurrencias y particularidades de memoria histórica y política. Los principales resultados indican que la 1ª generación fue fundamental para la ocupación del territorio, resistiendo a lo establecido, buscando el derecho a la vivienda, produciendo memorias subversivas frente a la producción del olvido. La 2ª generación emprendió luchas comunitarias que produjeron procesos de sensibilización y acción política en Vila Jardim, que llevaron a la conquista de derechos fundamentales, como el proceso de regularización de tierras. La 3ª generación narra muchas “vilas” en una misma: un lugar que a veces conecta y a veces se separa del Parque Natural Municipal da Ronda, un lugar con un paisaje único, rico en diversidad de fauna y flora, pero que se enfrenta al olvido del poder público y la ausencia de políticas públicas.

**Palabras clave:** Lugar; Narrativa; Pertener; Parque Natural Municipal de Ronda.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista área da Vila Jardim .....	16
Figura 2 - Modelo analítico em memória política.....	31
Figura 3 – Planta do Continente de São Pedro 1780.....	35
Figura 4 - Representação de uma casa indígena subterrânea .....	36
Figura 5 - Mapa da presença do povo negro nos Campos de Cima da Serra..	40
Figura 6 - Construção da ERS-020 entre Taquara e São Francisco de Paula.	45
Figura 7 - São Francisco de Paula 1950.....	47
Figura 8 – Eixos de pesquisa do Roteiro de Entrevista.....	54
Figura 9 – Memórias-chave da análise transgeracional.....	55
Figura 10 – Tópicos de análise sobre a Vila Jardim na narrativa de Seu Miguel.....	58
Figura 11 – Mapa de Localização a Vila Jardim.....	75
Figura 12 - O processo de Consicienciação.....	77
Figura 13 - Desenho representando a Vila Jardim.....	83
Figura 14 - Desenho representando a poligonal do PNMR.....	84
Figura 15 - Portão implantado pelo 1º gestor do PNMR na entrada do Parque– São Francisco de Paula.....	85
Figura 16 - Desenho retratando o banhado com acúmulo de lixo.....	86
Figura 17- Desenho retratando o descarte dos resíduos residenciais no banhado.....	87
Figura 18 - Desenho retratando o que as crianças desejam para a Vila Jardim.....	88
Figura 19 - Desenho retratando uma praça pública com brinquedos na Vila Jardim.....	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU - Advocacia Geral da União

AHPAMV - Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho

APA - Área de Proteção Ambiental

APMG - Arquivo Público Municipal de Gramado

APERS - Arquivo Público do Rio Grande do Sul

CC - Conselho Consultivo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

DAER - Departamento de Estrada e Rodagem

DGP - Diretório de Grupos de Pesquisa

FAPA - Faculdade Porto Alegrense

Ha - hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

OBSERVACAMPOS - Observatório de Políticas e Ambiente

PNMR - Parque Natural Municipal da Ronda

PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade

RG&PP - Revista Gestão & Política Públicas

REURB - Regularização Fundiária Urbana

SAD - Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

SFP - São Francisco de Paula

SiGA - Simpósio de Gestão Ambiental

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

VJ - Vila Jardim

UC - Unidade de Conservação

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E PASSOS METODOLÓGICOS</b> .....	19
2.1 GESTO METODOLÓGICO: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADES.....	29
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA: UM OLHAR PARA O PASSADO</b> .....	33
3.1 INDÍGENAS, TROPEIROS E NEGROS NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRAS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	34
3.2 A URBANIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO NOS MEADOS DO SÉCULO XX.....	41
3.3 TRABALHOS CIENTÍFICOS COM FOCO NA VILA JARDIM E PNMR.....	47
<b>4 GESTO METODOLÓGICO: MEMÓRIAS POLÍTICAS, SUBVERSIVAS E TRANSGERACIONAIS SOBRE A VILA JARDIM</b> .....	51
4.1 1ª GERAÇÃO: OCUPAR E RESISTIR, A MEMÓRIA SUBVERSIVA CONTRA A PRODUÇÃO DE ESQUECIMENTOS.....	55
4.2 2ª GERAÇÃO: PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA.....	67
4.3 3ª GERAÇÃO: AQUARELAS DE MEMÓRIAS, UM LÁPIS, UMA FOLHA, UM SONHO.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – 1ª GERAÇÃO</b> .....	104
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – 2ª GERAÇÃO</b> .....	105
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – 3ª GERAÇÃO</b> .....	106
<b>APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> ..	107
<b>APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA 1ª GERAÇÃO</b> .....	108
<b>APÊNDICE F - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA 2ª GERAÇÃO</b> .....	111
<b>ANEXO A - PARECER TÉCNICO ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO</b> .....	113
<b>ANEXO B – PARECER Nº 082/2020/CJU/CGU/AGU</b> .....	118
<b>ANEXO C – PORTARIA Nº 3847/2020</b> .....	123
<b>ANEXO D - REPORTAGENS REURB PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA</b> .....	124

## 1 INTRODUÇÃO

A História sempre esteve presente em minha vida, não essa História com H maiúsculo, dita oficial, mas sim, toda e qualquer história, que possa ser ouvida e narrada, principalmente as narrativas ditas pelas classes populares. Mas o que é realmente História? Advém de um vocábulo grego que significa “conhecimento por meio de uma indagação”. O historiador Marc Bloch (2002) definiu a história como a ciência dos homens no transcurso do tempo. Lucien Febvre (1998) destacou que a história é o processo de mudança contínua da sociedade humana.

Para mim, o trabalho do historiador consiste em interpretar os fatos históricos por meio da análise de registros, que foram deixados por uma sociedade em determinado tempo e local, tanto em âmbito material, quanto imaterial.

Portanto, o objetivo da pesquisa é explorar e analisar as memórias políticas da Vila Jardim, a partir de um estudo transgeracional com três gerações de moradores, e como essas gerações/memórias se relacionam com o Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), uma unidade de conservação (UC) presente no município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul (RS). Desta forma, penso ser pertinente também registrar meus sentimentos e percepções ao longo da escrita desta dissertação. A partir desse momento, iniciarei uma “historiografia” pelos fatos históricos que me propus a pesquisar, onde destaco o trecho de Febvre (1998) – a história é um processo de mudança contínua. É através desse processo, que inicio contextualizando a minha trajetória, enquanto sujeito histórico.

A seguir vou apresentar um pouco da minha trajetória acadêmica e profissional e também trazer algumas experiências vividas a partir de 2020, em função da pandemia do Coronavírus, que chamei de as “Memórias do Vírus”. Faço esse relato sobre o período de pandemia, por achar importante para a manutenção da memória. Escrever, no meu entendimento, sempre será um ato de resistência. Investigar grupos que estão em processo de construção social sempre me interessou, pois acredito que não construímos sozinhos os saberes, mas sim em comunhão.

Minha trajetória de pesquisador iniciou em 2008, quando fui convidado a participar de uma ação social na periferia de Porto Alegre. Foi nesse momento que senti que ali havia escolhido a minha profissão: Educador Social.

Nessa época, cursava no turno da noite a faculdade de História na Faculdade Porto Alegrense (FAPA), em Porto Alegre (RS) e trabalhava no comércio durante o dia. Em função disso, não consegui desenvolver as atividades de educação popular na Vila Joana d`Arc, periferia urbana de Porto Alegre devido à rotina pesada de trabalho, pois como qualquer estudante de periferia, eu trabalhava para pagar meus estudos, realidade cruel no Brasil.

Durante 2008 a 2011 conheci muitas pessoas, que militam na periferia e que em 2011 me apresentaram uma instituição de educação social que estava precisando de um educador social de rua. Foi nessa instituição que descobri a educação popular em *lócus* e a importância de ouvir e oportunizar os espaços de resistências para o povo da periferia através das dinâmicas de grupos de trabalhos.

De 2011 a 2013 estive em processo de escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e como sempre gostei de trabalhar com história oral, resolvi produzir algo voltado para as narrativas de moradores com quem eu desenvolvia as ações sociais. Nessa época de atuação de educador de rua, eu escutava muito sobre a temerosidade dos moradores com a construção do Estádio de Futebol do Grêmio, chamado de Arena, localizado na Vila Mário Quintana, em Porto Alegre.

Foi então que elaborei o TCC “Até a pé nós iremos? Luta e resistência na Vila Mário Quintana” (SANTOS, 2013) que mostrava os impactos gerados pela construção da Arena do Grêmio na Vila Mário Quintana, periferia urbana de Porto Alegre (RS). Busquei através destas narrativas, promover algumas reflexões sobre o lugar de fala dos moradores, o que eles sentiam como chegaram até à Vila, o que eles esperavam dessa construção. Escrever esse trabalho me provocou diversas vezes a desistir. Convivi diretamente com as famílias atingidas, e pude observar que a comunidade, teve muita força para resistir frente ao megaempreendimento.

Após a defesa, passado o período de pesquisa, realizei atividades durante uma semana com a comunidade da Vila Mário Quintana, por acreditar

que os participantes de uma pesquisa sempre devem ter um retorno do que foi produzido. A devolução da pesquisa se deu em forma de documentário.

Em 2015 resolvi me aventurar realizando alguns concursos públicos dentro da minha área de formação, ou seja, estava me abrindo para vivenciar o ensino formal. Em um destes concursos fui aprovado e nomeado como professor para o município de Gramado/RS, onde passei a morar em 2017. Em Gramado conheci outra realidade, tanto no âmbito profissional, quanto social. Descobri durante o período em que fui educador de rua, que consegui oportunizar várias “segundas chances” para os jovens.

No ano de 2018, um colega de trabalho me apresentou a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), mais especificamente o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS) e seu mestrado profissional. Naquele ano, especificamente, eu não estava interessado em cursar o mestrado, porém, por curiosidade li superficialmente o edital e optei em não fazer a seleção, por não encontrar muita relação comigo e minha profissão.

Em 2019, o mesmo colega, me instigou a ler o novo edital com mais profundidade. Nesse ano eu estava motivado a voltar a estudar, ou seja, sair da zona de conforto, algo voltado à interdisciplinaridade. Assim, li o edital com calma, fiz uma pesquisa mais criteriosa sobre as linhas de pesquisa e observei que a linha de pesquisa em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (SAD) me interessava, exatamente pelas possibilidades de trabalhar novamente com temas voltados à história e à sociopolítica.

Como queria dar continuidade às pesquisas em Porto Alegre, elaborei um pré-projeto com a temática dos impactos relativos à construção da “segunda Ponte do Guaíba”, cujo foco seria as narrativas dos moradores das Ilhas do Delta do Jacuí. Era 2019 e eu fui aprovado na seleção.

Na primeira reunião com minha orientadora, fui provocado a elaborar um novo projeto, o de pesquisar uma ocupação urbana localizada nas bordas de uma UC em São Francisco de Paula, a chamada Vila Jardim. Com este novo projeto também veio a proposta de uma coorientação mais qualificada, a da Profa. Aline Hernandez, que eu já conhecia a partir de outros projetos sociais realizados em comunidades de Porto Alegre. Minha única reivindicação foi de que o novo projeto pudesse seguir as mesmas perspectivas teóricas do

anterior, ou seja, o materialismo histórico (que esmiuçarei mais adiante) – o que foi acordado entre orientando e orientadoras.

Desta forma, destaco nesta introdução as nuances e os objetivos de minha pesquisa, a partir dos novos rumos decididos naquele primeiro ano de mestrado. Meu campo de pesquisa abrange a comunidade da Vila Jardim, localizada no município de São Francisco de Paula (RS). O município está situado no nordeste do estado do RS e tem 3.264,490 km<sup>2</sup> de extensão de área. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) estimam que o município tenha em torno de 21.710 pessoas.

O município tem em seu território um parque natural municipal, o Parque Natural Municipal da Ronda que foi criado através do Decreto nº 166 de 12 de abril de 2006. O PNMR possui 1.448 hectares (ha), sendo uma das maiores unidades de conservação municipais do Rio Grande do Sul (GEOPROSPEC, 2012).

O Parque está localizado na área urbana de São Francisco de Paula, local onde a ocupação do solo é marcada pelo uso de atividades urbanas como residências, escolas e comércio, que margeiam o Parque. Ali, na poligonal do PNMR (às margens da Rua Benjamin Constant), encontra-se a ocupação urbana denominada Vila Jardim, comunidade dotada por uma população em contexto de vulnerabilidade social.

Figura 1 - Vista aérea da Vila Jardim



Fonte: Cássio Adílio Hoffmann Oliveira, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos (2021).



É possível ter acesso, através das redes, ao conteúdo de algumas pesquisas que já foram realizadas pelo grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) com sede na unidade Hortênsias da UERGS, sobre a Vila Jardim, tanto em nível de graduação, quanto pós-graduação. Estas pesquisas apontam que muito das condições de vulnerabilidade social da Vila Jardim se deve à falta de saneamento, casas sem infraestrutura adequada, baixos níveis de escolarização, alto índice de desemprego, dificuldades de inclusão social por questões de renda, classe e raça, além de outras interseccionalidades (PADILHA *et al.*, 2019).

As interseccionalidades citadas por Padilha *et al.* (2019), me instigaram ainda mais em desenvolver tal pesquisa, e que ela levasse em consideração tal organização social nesta comunidade, que até então eu não conhecia. O primeiro ano de mestrado foi preenchido por disciplinas, artigos, trabalhos avaliativos das disciplinas e também atividades extracurriculares, como um minicurso sobre “território”, intitulado “Territórios: memórias e lutas sociais” desenvolvido no 4ª Simpósio de Gestão Ambiental (SiGA), organizado na UERGS, Unidade Hortênsias e ministrado por mim e minhas orientadoras.

Dezembro de 2019 realizei minha qualificação de mestrado e utilizei os meses de janeiro e fevereiro de 2020, para organizar melhor minhas ideias, reforçar alguns pontos e, conseqüentemente, abrir mão de outros. Este é o cerne de uma qualificação – redundantemente “qualificar um projeto de pesquisa”, cujo próximo passo é o campo. Diante disso, lapidei melhor o projeto, inspirado na obra de Ansara (2008; 2012) e Hernandez (2020), passei a focar meu projeto de pesquisa em analisar o processo de construção da memória política, que age como mecanismo de resistência ao esquecimento. Tais dinâmicas serão analisadas neste trabalho tendo a Vila Jardim como pano de fundo.

O objetivo geral deste trabalho é explorar e analisar as memórias políticas da Vila Jardim, comunidade do PNMR, a partir de um estudo transgeracional com três gerações de moradores. Os objetivos específicos são: a) identificar os atores sociais envolvidos na construção histórica da Vila Jardim; b) analisar a rede que os conecta ao Parque Natural Municipal da Ronda; c) desvelar as percepções que os moradores têm com a Vila Jardim e o PNMR.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de tipo exploratória, descritiva e analítica, a partir do estudo de três gerações de uma mesma família da Vila Jardim. Foram desenvolvidas 04 (quatro) etapas metodológicas com seus respectivos fluxos de dados: 1ª etapa visou conhecer a historicidade de São Francisco de Paula por meio de análise documental; 2ª etapa consistiu na análise de dados secundários; 3ª etapa foi o momento de acessar dados primários, mediante entrevistas abertas pautadas na História Oral, junto à 1ª e 2ª gerações da família escolhida para a pesquisa; e, a 4ª e última etapa se deu através da análise dos desenhos e representações das crianças da 3ª geração da família, explorando suas percepções, sentimentos e significações sobre a Vila Jardim.

Há uma posição política, quando nos desafiamos a pesquisar sobre periferia, digo isso, baseado em minha pesquisa referente à construção do estádio de futebol na periferia de Porto Alegre, no qual, já mencionei nesta introdução, pesquisar memórias políticas, também em contexto de vulnerabilidade social nos faz refletir sobre a importância de manter viva a historicidade de qualquer localidade e ou região, sou historiador! E por isso, organizei essa pesquisa da seguinte forma: uma introdução, mais três capítulos e suas seções que se interligam para a compreensão da historiografia, formando um espiral de conceitos e metodologias e análises e as considerações finais.

No segundo capítulo intitulado: São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul e sua historiografia, busca-se apresentar de forma didática como ocorreram as transformações do município, seu povo, sua origem; apresento questões referentes aos povos indígenas e ao povo negro, buscando traçar uma linha de entendimento das memórias que ali foram sendo constituídas.

Para tanto, o terceiro capítulo, apresento as pesquisas já produzidas sobre a Vila Jardim e as memórias políticas que ali se encontram, contrapondo com a história dita “oficial” de São Francisco de Paula. No quarto capítulo apresento as triangulações de memórias políticas que foram sendo analisadas sobre a Vila Jardim, tendo como ancoragem a transgeracionalidade da família Hoffmann, que a seguir irei desvelar.

Busco nesses capítulos construir uma linha de raciocínio histórica para entender o processo da construção das memórias políticas presentes na Vila

Jardim. Entendo que meu objetivo final com esta pesquisa, é poder entregar aos moradores da Vila Jardim, um documento histórico, que promova a **Subversão** do esquecimento.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E PASSOS METODOLÓGICOS

Executar e exercitar uma pesquisa com viés histórico dialético, buscando através da história oral as problemáticas existenciais dos moradores, torna-se um desafio a ser superado. Pesquisar uma comunidade, partindo das reflexões dos moradores através de suas memórias políticas, significa identificá-las como protagonistas de sua história.

É importante destacar nosso posicionamento teórico para apontar os caminhos que vamos percorrer, durante essa jornada de memórias. Como já exposto, temos uma posição política, quando decidimos pesquisar sobre as memórias subversivas, posição essa, que está ancorada em Hernandez (2020) Ansara (2008; 2012), Freire (1998; 2001; 2005), Pollak (1989), Halbwachs (2006), Nora (1993), Thompson (2002), são autoras e autores que embasam este trabalho, dando suporte teórico-metodológico para a pesquisa. Aponto esses autores como base, pois acredito que suas produções provocam a emergência de um “espiral” dialético.

Para Hernandez (2020, p. 19), a memória política está “atravessada pela memória histórica e social. Assim, somos e recordamos as memórias que contaram sobre nós, sobre nossos grupos, e não necessariamente as que realmente foram ou somente àquelas que queremos recordar.”.

A cada momento histórico se renovam discussões acerca das lutas de classes na sociedade. Há um pressuposto fundamental, quando se propõe escrever sobre as relações sociais; a escolha da linha teórica não pode ser arbitrária e tampouco neutra, pois não há sujeito no vazio, somos “construídos” por relações (SANTOS, 2013). O materialismo histórico, que se faz presente na concepção ontológica e de realidade, trata de refletir sobre a realidade com a intenção de modificá-la. Estas relações ontológicas são próprias da investigação científica sendo muito acentuado nas ciências humanas que acompanham os processos de transformação da própria organização social.

Para Freire (2001), a pedagogia da pergunta move o mundo. O autor sustenta que para fazer as perguntas certas “temos de ver o mundo na perspectiva de reeducar nosso olhar, buscando, na experiência de um diálogo proveitoso, aquele olhar que possa perceber os significados do visto, de

perceber os sujeitos e não apenas um conjunto de objetos” (FREIRE, 2005, p. 34). Para tanto é preciso contextualizar a realidade local na realidade mais ampla, dentro das estruturas socioeconômicas e culturais que os indivíduos estão (FREIRE, 2001). A opção do educador pelas classes populares se define “no interior dos olhares”.

As fontes de pesquisas estão inseridas no contexto local. Ou seja, é preciso antes de tudo chamar a atenção para o ato de escutar. Em Freire supera-se o ato de ouvir, indo além deste, pois incorpora o ouvir, o sentir e o sistematizar o que ouve. Na perspectiva freireana, a linguagem não pode ser dissociada do seu contexto social. Neste sentido Freire (1998, p. 38) destaca: “Somente se pudermos ler a realidade, seremos capazes de compreender as palavras, o texto. Ler um texto requer não somente a leitura das palavras, mas também as leituras interpretativas do contexto.” A perspectiva dialética em Freire sempre foi promover o empoderamento de personagens da história e serem reconhecidos, lembrados, como testemunhas da sua história, e não somente na condição de “excluídos”, “oprimidos” que vivem enfrentando impasses políticos e sem o direito à preservação da memória.

Através do contato com os moradores de uma comunidade se captura a oralidade dos sujeitos com os quais se busca o diálogo, a fonte de expressão de homens e mulheres sobre suas condições de vida, sobre seus sonhos, sua história, seus saberes, sua cultura e seu ambiente. Para tanto, o espaço urbano da Vila Jardim é um território de luta, resistência, conquistas e contradições.

Ancorado nas ideias de Walter Benjamin (1985) como, por exemplo, a de que se pode “despertar no passado as centelhas da esperança”, remete-se à ideia de oportunizar ao povo da periferia o seu lugar de fala. É a história que se escreve diretamente junto com o sujeito, onde, está marcada pela época em que se vive e se vai em direção do que Veyne (1983, p. 255) defende: “[...] entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador”.

Pesquisar a história dos excluídos, dos descamisados e esfarrapados do mundo torna-se difícil, como dizia Paulo Freire (2001). Diferentemente dos grandes personagens da história – governadores e lideranças políticas - que sempre foram foco dos relatos e registros históricos, para a História oficial os

sujeitos comuns não produzem documentos e é a partir disso que vamos procurar subverter essa construção dita oficial.

Como subversão à história oficial, vou falar da “microhistória”, que nasce a partir da proposta de oportunizar o acesso as narrativas enquanto registro histórico e político aos excluídos, desfavorecidos e marginalizados, pois historicamente esses grupos sociais, tais como negros, indígenas, mulheres, não foram de interesse dos estudos oficiais, das Ciências Sociais, da História e outras áreas de conhecimento.

Vou me aventurar a fazer uma análise dos conceitos, entre a história dos excluídos, no sentido de propor um exercício de subversão à história oficial. As grandes narrativas dos textos da historiografia tradicional foram sendo, “construídos e amarrados”, como o saber absoluto da escrita historiográfica, em nome da razão, do poder, da colonização.

Durante muito tempo foram negados os saberes populares, das classes dos trabalhadores, das mulheres, dos coletivos de/em luta. Isso assegurou, nos moldes do imaginário social, uma historiografia construída somente com os saberes dominantes, negando os saberes populares, por não fazerem parte dessa história das minorias. Assim, a história oficial vai construindo uma narrativa de poder, intimamente vinculada à legitimação da “verdade”. Essa historiografia oficial foi sendo construída pelas elites, através das relações de poder, legitimando os heróis *versus* os vencidos da nação. Para Burke (2012):

O povo era considerado misterioso, descrito como o contrário do que eram (ou pensavam ser) os descobridores: as pessoas do povo eram naturais, simples, instintivas, irracionais, sem individualidade própria, arraigadas na tradição e no solo de seus rincões. (BURKE, 2012, p. 322).

Partindo da problematização das narrativas “oficiais”, vou buscar através das análises das memórias políticas falar de outro conceito que inauguro aqui nesta pesquisa, as memórias subversivas. As memórias subversivas se baseiam em estudos teóricos e empíricos, porém, tem seu cerne no arcabouço teórico da Memória Política (BENJAMIN, 1985; HALBWACHS, 1990; JOVCHELOVITCH, 2013; NORA, 1993; POLLAK, 1989), queremos deixar evidente que *Subversão* também é esquecer, faz parte da memória política o direito ao esquecimento, inclusive esse termo já foi bastante utilizado na Comissão da Verdade.

Para Ansara (2008) a memória política é um movimento que se faz por meio da conscientização, no qual a memória coletiva está ligada ao processo de conscientização dialética levando os sujeitos históricos a construir suas memórias no presente. Entendo que há uma memória subterrânea, está destacada por Pollak (1989), que defende uma materialidade da memória na função social, na continuidade do grupo.

[...] longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. (POLLAK, 1989, p. 03).

No entrelaçar da memória política e da memória subterrânea é que vou traçar minha originalidade para o conceito de memória subversiva, pois entendo que tanto o processo de conscientização (ANSARA, 2008), quanto as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) estão intrínsecos. Como destaca Ansara (2008, p. 32) “a recuperação da memória histórica é fundamental para a criação de um novo projeto histórico e de um novo sujeito histórico”.

Pollak (1989) traz a discussão do dito e dos não-ditos para a construção de uma memória, seja coletiva ou individual, Pollak menciona os conceitos de “memória coletiva” de Halbwachs (2006) e “lugares de memória” de Nora (1993). Pollak (1989) aponta uma perspectiva distinta da memória, na qual busca entender o processo de formação das memórias, ele traz para discussão da seguinte forma:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (POLLAK, 1989, p. 04).

Busco em Pollak (1989) as memórias marginalizadas e não a “memória oficial”:

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p. 04).

Pollak (1989) destaca a emergência de memórias subterrâneas, problematizando que o discurso oficial é proibitivo para os grupos minoritários, assim resta o silêncio diante da sociedade. O autor traz à baila a função do “não-dito”, atentando para a oposição entre as memórias coletivas e nacionais e as memórias clandestinas. Nessa confluência do silêncio permanece na informalidade a comunicação. Assim, destaca-se o peso do presente sob o passado, onde Pollak (1989) alerta:

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. (POLLAK, 1989, p. 09).

Até o presente momento, procurei criar uma linha de interpretação histórica, a fim de adentrar na construção do território de São Francisco de Paula. Como o objetivo principal dessa dissertação é analisar as memórias subversivas dos moradores que ocupam/ocuparam a Vila Jardim, não poderia deixar de contextualizar a historicidade da região.

A História tem uma função importante na construção de qualquer sociedade, com o objetivo de “lembrar para nunca esquecer” e também problematizar a realidade social. O maior desafio do historiador é lutar contra o processo de esquecimento seletivo, provocado por inúmeras vezes por agentes de poder como comenta Pollak (1989). Pollak (1989) cunhou o conceito de memória subterrânea para explicar a memória de grupos que não é reconhecida pela memória oficial.

Tendo em vista as problematizações até aqui colocadas, sobre a necessidade de acessar e registrar as memórias dos grupos sociais historicamente excluídos, essa pesquisa se baseou na História Oral. A História Oral é um método/processo interdisciplinar adotado em áreas como a Sociologia, a Psicologia Social, a Geografia, nos proporcionando conhecer aspectos da historicidade dos processos sociais, seus movimentos e lutas.

Quando colocamos à baila a historicidade do lugar, temos por objetivo destacar as memórias como forma de antídoto à produção de esquecimento. Para Nora (1993), Memória e História estão longe de serem sinônimos. Memória é vida, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. História é



a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. No tocante a isso, Halbwachs (2006) a memória emerge de um grupo que ela une, e que ela é, por natureza, coletiva, plural e individualizada. Para o autor, a História pertence a todos e a ninguém, a história só se liga às continuidades temporais, evolução e relações. Para tanto, o “único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem” (HALBWACHS, 2006, p. 100). Essa relação de escuta da história dos excluídos nos proporciona, segundo Thompson (2002, p. 09) “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”.

Halbwachs (1990) trabalha a memória no campo da intersubjetividade, ele aponta sobre a memória coletiva, faz referência a importância do contexto social para a construção da memória. Para o autor, as lembranças sendo acessada por um pensamento individual, nunca é efetivamente individual, pois as memórias são construídas através dos grupos sociais nos quais esses indivíduos estiveram ou estão inseridos. Para o autor:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (HALBWACHS, 1990, p. 39).

Nora (1993) traz à baila a questão dos lugares de memórias, ele defende os arquivos como “guardião” de memórias, pois elas nascem e vivem não espontaneamente, para ele a definição é o seguinte: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que nos envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Thompson (2002) apresenta a História Oral sendo uma história construída em torno de pessoas.

Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação, traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade, ela pode dar um sentido de pertencer a determinado lugar e a determinada época. (THOMPSON, 2002, p. 44).

Esta pesquisa está estruturada na interpretação qualitativa, por considerar uma relação inseparável entre a ação de homens e mulheres, enquanto sujeitos históricos. Acredito que a pesquisa não ocorre de forma isolada, e tampouco ela é neutra, pois, não há neutralidade do pesquisador, quando se permite pesquisar as classes excluídas e despossuídas. Defendo a tese que o uso da pesquisa qualitativa traz para análise um apanhado mais específico da realidade.

Defendo o método histórico dialético, por acreditar que esse método de interpretação da realidade, nos proporcionará maior subsídio para análise, ou seja, é um método de interpretar a realidade da vida humana, levando em consideração a formação histórica de cada sujeito em seu tempo.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de tipo exploratória, descritiva e analítica, a partir do estudo de três gerações de uma mesma família da Vila Jardim. A escolha dessa família em específico é que a 1ª geração foi responsável pelo início da ocupação da Vila. Estudos transgeracionais são muito profícuos quando se pesquisam processos de memórias, em especial memórias políticas de “sujeitos comuns”. Foram desenvolvidas 04 (quatro) etapas metodológicas com seus respectivos fluxos de dados.

A 1ª etapa visou conhecer a historicidade de São Francisco de Paula por meio de análise documental, através de documentos disponibilizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS); Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS); Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho (AHPAMV) de Porto Alegre e o Arquivo Público Municipal de Gramado (APMG). Por meio das pesquisas documentais, consegui organizar um acervo de fotos e documentos que pudessem ancorar meu objetivo traçando uma interpretação historiográfica do município de São Francisco de Paula/RS.

A 2ª Etapa consistiu na análise de dados secundários, a partir de pesquisas já desenvolvidas na/sobre a Vila Jardim, utilizando-se de artigos científicos, TCCs, Dissertações, Teses e o acervo de pesquisas do grupo de pesquisa ObservaCampos com sede na UERGS Hortênsias.

A 3ª etapa foi o momento de acessar dados primários, mediante entrevistas abertas pautadas na História Oral, junto à 1ª e 2ª gerações da família escolhida para a pesquisa. A 4ª e última etapa metodológica se deu

através da análise dos desenhos e representações das crianças, a 3ª geração da família, explorando suas percepções, sentimentos e significações sobre a Vila Jardim. Os dados foram sistematizados e organizados a partir das memórias-chave emergentes em cada uma das gerações pesquisadas. Assim, o capítulo 4 irá entregar as principais categorias analíticas, tópicos e conteúdos centrais trazidos em todas as gerações participantes.

Para alguns autores como Thompson (1998; 2002) e Spink (2004), as análises qualitativas estão a trabalho do pesquisador para fornecer embasamento de análise, veja, a história oral, que devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. Ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas (THOMPSON, 1998, p. 337). Para Spink (2004, p. 103) é “[...] uma tradição específica dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com estas pessoas através de sua própria linguagem e em seus termos.”.

Quando me propus a pesquisar a Vila Jardim, inseri a história oral como uma das metodologias, por achar que ela seria eficaz também para a etapa de análise, pois buscam ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela. Utilizar a história oral oportuniza um movimento de mudanças, tanto para o pesquisador, quanto para os sujeitos pesquisados.

A História Oral preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a tradicional, quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (THOMPSON, 2002, p. 95).

Nesta perspectiva, a história oral, mostra-se como um procedimento pertinente para este propósito. Conforme Thompson (2002), a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades por meio de relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências. Compreende-se que a história oral tem seu caráter interdisciplinar, pois demonstra que as relações humanas transcendem as barreiras das disciplinas. Partindo da área das Ciências Humanas a utilização da história oral, vai ao encontro dessa pesquisa, por conta de auxiliar no rumo das discussões a respeito do tema de pesquisa que, por conseguinte tende a instigar as memórias subversivas dos moradores da Vila Jardim.

Eu partiria da ideia de que a “História Oral” é mais do que uma decisão técnica ou procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada [...]. Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinar; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos sociais. (AMADO; FERREIRA, 2005, p. 16).

Parto da premissa que toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção social, política e cultural. É em função deste lugar que se vivencia a práxis. Na perspectiva sociológica, Lang (1996) sugere a seguinte problematização:

Há, segundo me parece, um consenso em que a história oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais [...], que o trabalho de história oral não se esgota na realização, gravação, transcrição e no arquivamento da entrevista. (LANG, 1996, p. 33-34).

Lang (1996) enfatiza que o documento gerado não fala por si, ela defende a ideia que é necessária ter uma rigorosidade metodológica para a análise. Já para Portelli (1997), para adotá-la a história oral é imprescindível o trabalho de campo.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia - a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. (PORTELLI, 1997, p. 13).

Para tanto, entendo que a história oral como procedimento metodológico, por meio de entrevista, produzirá narrativas de pessoas que irá reacender as memórias que surgiram do processo do esquecimento, tanto na vida privada quanto coletiva, quer dizer, a história oral permitirá não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se construíram e seus espaços construídos.

Quando se opta em pesquisar comunidades vulnerabilizadas, estamos diante de um cenário de muitas complexidades, muitas vezes o fato de observar os sujeitos em seus espaços nos revela através da memória, que podemos denominar de subversiva aspectos relevantes que de outra forma ficam à margem da historiografia oficial, quando se tem produções em âmbito da periferia.

Quando destaco que estamos diante de muitas complexidades, no que se refere ao espaço periferia, quero evidenciar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, as minúcias do lugar e os sentimentos de sujeitos históricos. Como fundamentação desses procedimentos, retomo a reflexão de Meihy (2000) onde ela destaca que a história oral:

[...] é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 2000, p. 29).

Portanto, tem-se o compromisso ético, como destaca Meihy (2000), o retorno dos resultados da investigação ao grupo de entrevistados, esse é um procedimento extremamente importante. No percurso de minha pesquisa, vi a construção da memória social como elemento integrante dos atores sociais envolvidos. A memória que busco, destaca-se, a partir de conflitos que se constroem em um espaço de grandes transformações cotidianas, cabe ainda, apontar que nas memórias subversivas que perpassam os conflitos e as relações sociais, vão se construindo a solidariedade no território.

Na estratégia de resistência que a história oral permite estabelecer no meio dos conflitos, as negociações com outros atores sociais se fazem presentes nas narrativas, tenho por princípio, **oportunizar** e não dar voz ao lugar de fala, uma vez que esse lugar é de resistência, de quem resiste ao esquecimento, de quem subverte!

Por meio dessa “subversão” ao esquecimento, proponho como etapa posterior à defesa desta dissertação, uma ação de extensão junto à comunidade da Vila Jardim. A ação terá o intuito de apresentar os resultados da pesquisa e também deverá ser o produto técnico-tecnológico científico proveniente deste mestrado profissional. A atividade mostrará fotografias e narrativas dos próprios moradores da comunidade da Vila Jardim, que contam nesta pesquisa as suas histórias de vida.

A comunidade deve estar a par dos resultados coletados pela pesquisa, uma vez que, eles e elas auxiliaram na construção deste conhecimento científico. Além disso, esses dados servirão para tencionar quem ocupa os

cargos de gestão e poder no município, promovendo discussão em prol de políticas públicas mais específicas em determinados territórios.

## 2.1. GESTO METODOLÓGICO: UM CAMINHO DE POSSIBILIDADE

Nessa pesquisa vou problematizar as memórias através de uma análise em “espiral”, no qual, apontamos que a história não é linear, mas sim em “espiral”, onde se analisa os fatos históricos de forma a incluir os sujeitos históricos nesses processos de ir e vir. Para Nora (1993), memória e história constituem um jogo de interação, onde dois pontos são importantes e merecem ser destacados: as **fontes diretas** e **fontes indiretas**. As fontes diretas são aquelas que:

Uma sociedade voluntariamente produziu para ser reproduzida, uma lei, uma obra de arte, por exemplo - e as fontes indiretas são todos os testemunhos deixados por uma época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Na falta dessa intenção de memória, os lugares de memória são lugares de história. (NORA, 1993, p. 22).

Através desses conceitos de memórias entre Pollak (1989), Nora (1993) e Halbwachs (1990), vamos costurando nosso “espiral” analítico para chegar ao conceito chave dessa pesquisa, as memórias subversivas. Os autores referenciados no parágrafo anterior são referências para a construção desse novo conceito. Partindo disso, preciso apontar um caminho, trilhando possibilidades de análises, para então chegar à subversão dos esquecimentos. Por isso, sigo pelo viés das memórias políticas, que para Hernandez (2020) é um conceito interdisciplinar, onde a consciência política e as narrativas fazem parte dessa memória política. A autora sugere a seguinte definição:

Assim, situamos a memória política como experiência psicopolítica, dimensão afetiva ancorada em trajetórias subjetivas permeadas por relação de poder. Ter memória é tomar posse da História. [...] A narrativa da experiência vivida é considerada elemento central para que uma memória política passe a existir. [...] A memória política tem relação com o passado, é resignificada no presente e contém possibilidades (projetos) de futuro. (HERNANDEZ, 2020, p.16-17).

Dessa forma, a memória política provoca o processo de conscientização de quem é provocado a lembrar de forma dialética. “O constructo ‘memória política’ é um conceito interdisciplinar” (HERNANDEZ, 2020, p.14). Partindo disso, traçaremos nosso processo metodológico de memória política, para

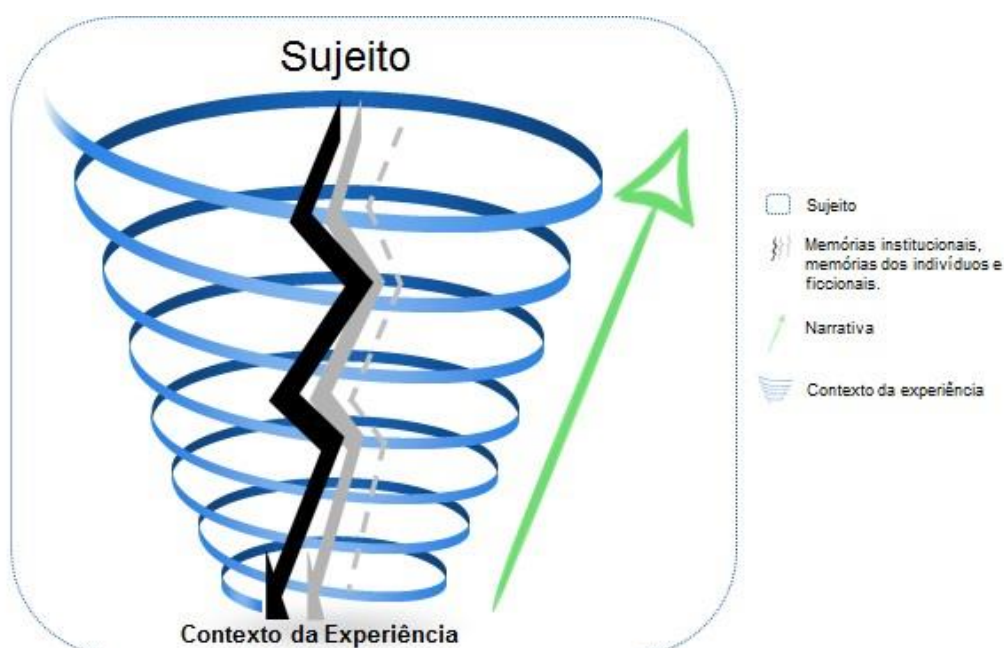
podermos adentrar em um universo, na qual, as narrativas poderão nos levar a entender as conflitualidades entre o dito e “não – dito” (POLLAK, 1989).

Vou seguir aqui o percurso metodológico de memória política sugerido por Hernandez (2020), cuja expressão chama-se “gesto metodológico”. Para Hernandez (2020, p. 21), pesquisar memórias políticas têm um significado de atitude em pesquisa, ou seja, “[...] a memória política é um acontecimento narrativo em tensão com a oficialidade histórica de fatos construídos no registro de intencionalidade”.

O percurso da memória política que vamos construir junto com os moradores da Vila Jardim, busca a memória coletiva de ações afetivas com o PNMR e a Vila Jardim, visto que entendemos que a memória política é um desdobramento da memória coletiva, ou seja, “o estudo da memória política no campo da Psicologia Política é uma forma de resistência, pois, coloca em conflitos poderes divergentes” (HERNANDEZ, 2020, p. 21).

Para chegar nessa subversão do esquecimento, vou tomar como base o modelo analítico desenvolvido por Hernandez (2020) que apresenta quatro elementos da memória política: contexto de experiência, sujeito, temporalidade, narrativas.

Figura 2 - Modelo analítico em memória política



Fonte: Hernandez (2020).

Esse modelo analítico de memória política liga o sujeito ao contexto de experiência e indica os movimentos de ida e vinda da memória (HERNANDEZ, 2020). Para a autora o contexto de experiência será narrado, reconhecendo sua presença e compartilhando sua história (HERNANDEZ, 2020). O teor das narrativas tende a ser afetivo, que Hernandez (2020) chama de narrativas psicopolíticas.

A linearidade aprendida de pensar a memória em relação ao passado, num esquema passado/presente/futuro passa a ser substituída pelo esquema de pensar a memória no presente/em relação ao passado/e em perspectiva (futuro). O tempo do ontem é narrado no presente. As memórias das experiências políticas são enunciadas num tempo/agora é recordar implica deixar-se afetar, produzir afetos e cognições. (HERNANDEZ, 2020, p. 23).

Sobre as narrativas a autora aponta que é uma “ação de revelar e registrar uma memória política, expor os fatos, contar uma história”. (HERNANDEZ, 2020, p. 24), para completar as etapas do modelo analítico é apresentado o chamado “arquivo” em memória política, onde busca compor ligações que ainda não existem, deixando o sujeito narrar suas experiências. O ofício do historiador é desconstruir os elementos e mecanismos da historiografia, repensando os elos da história com a memória (NORA, 1993).

[...] Cabe aos historiadores analisar essa ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 1993, p. 22-26).

Através desses tensionamentos com a memória, colocam-se os sujeitos nesse espiral de narrativas. Conforme Hernandez (2020, p. 23) “A memória política insurge de um sujeito que identifica suas lembranças e as alimenta a partir das relações desenvolvidas pelo sujeito nos diferentes grupos sociais e contexto onde estão inseridos”. “[...] a memória é um instrumento de ação no presente se reafirma enquanto acontecimento psicopolítico sendo fundamental que as pessoas, os grupos falem por si, desde suas percepções, afetos e significações” (HERNANDEZ, 2020, p. 23).

A partir do próximo capítulo, meu desafio é mostrar ao leitor, onde se poderão problematizar as memórias políticas presentes na Vila Jardim. Porém,



para adentrar no “constructo de memórias” (HERNANDEZ, 2020), se deve apresentar primeiramente o fio condutor, que é a breve historiografia dos Campos de Cima da Serra, para então trazer as experiências em memórias políticas. Sigo nas próximas seções, buscando colocar as problemáticas da historiografia dentro do “espiral”, que foi sendo constituído no decorrer dessa pesquisa.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA: UM OLHAR PARA O PASSADO**

Acredito que o maior desafio de qualquer pesquisador é mostrar ao leitor que a produção científica aponta para um possível caminho interpretativo. Para entender o pensamento histórico na formação de qualquer território, nação, população ou comunidade, se faz necessário problematizar os processos históricos que foram se constituindo em toda e qualquer mudança social. E para problematizar, o processo de luta, resistência e conflitos de determinada comunidade, a pesquisa histórica torna-se uma ferramenta de apoio para pesquisadores de múltiplas áreas, tanto nas áreas das Ciências Humanas, quanto das Exatas, todas as áreas do conhecimento “bebem” da fonte histórica.

Para tanto, a escrita desta dissertação envolve o compromisso de contextualizar o território de São Francisco de Paula (RS) e, para tal, vou traçar um fio condutor para facilitar o entendimento desta história. Cabe salientar que essa seção não tem um viés historiográfico, no que se refere à profundidade documental de uma pesquisa historiográfica, mas o compromisso do fazer histórico.

O fio condutor passará brevemente pela formação do estado do Rio Grande do Sul e suas características territoriais, para, posteriormente, adentrar na região dos Campos de Cima da Serra, especificamente no município de São Francisco de Paula. Para melhor contextualizar o local que estou pesquisando, apresento alguns vestígios do passado. Burke (1993) e Cardoso (1997) comentam sobre a História e os vestígios históricos:

Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia, etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador. (CARDOSO, 1997, p. 402).

Ainda faz parte desta seção, apresentar alguns vestígios do passado através de uma historiografia recente, assim como apresentar alguns fatos históricos da cidade de São Francisco de Paula (RS), para então entender o processo histórico da cidade em sua formação social, através dos povos

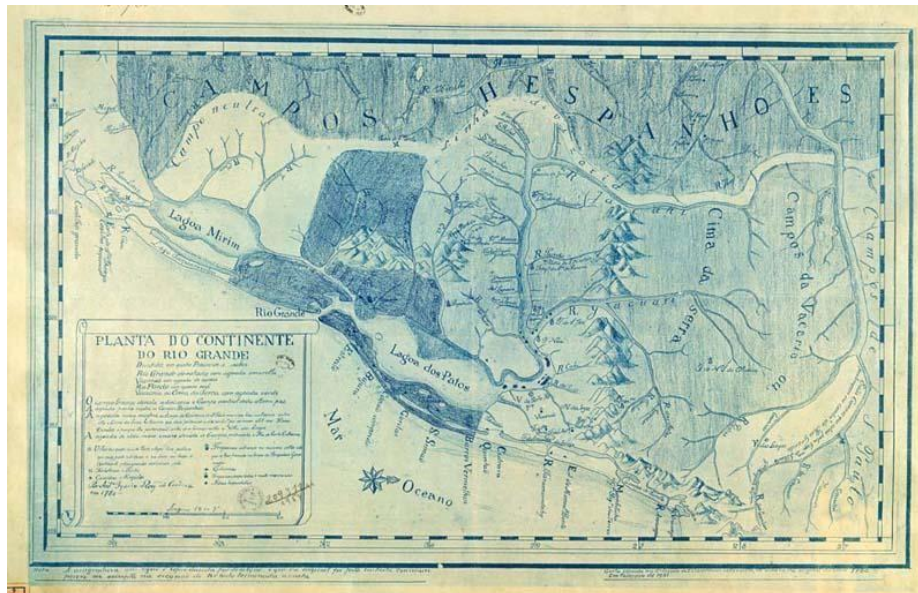
Indígenas, Negro e os Tropeiros, que através dessa triangulação constituíram as terras de São Francisco de Paula.

### 3.1 INDÍGENAS, TROPEIROS E NEGROS NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRAS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Os Campos de Cima da Serra, principalmente o território pertencente à São Francisco de Paula, foi uma grande Sesmaria, atinente à família de Pedro da Silva Chaves, um mapeador<sup>1</sup>, conforme registro da Paróquia de São Francisco de Paula, datado em 08/09/1777 (OLIVEIRA, 1996, p. 215). Através das ocupações das Sesmarias a região começou a tomar forma. Segundo Carneiro (1986):

O povoamento foi sendo feito a partir da chegada dos primeiros lagunistas, que se fixaram para criar gado. A ocupação do solo se adequava às características da criação de gado, e aos padrões de propriedade rural adotados em toda a colônia: eram doadas grandes glebas de terras a um proprietário, que as ocupava com gado. (CARNEIRO, 1986, p. 76).

Figura 3 – Planta do Continente de São Pedro 1780



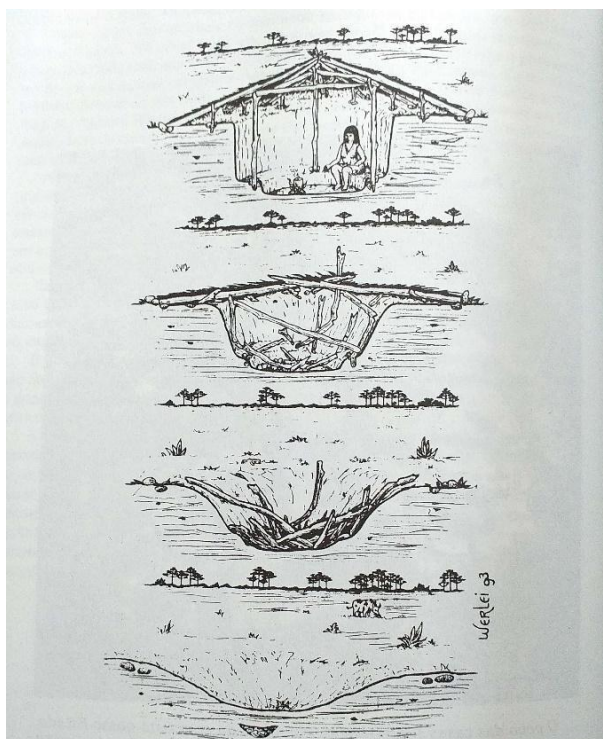
Fonte: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS Porto Alegre, 1986. v. 1. p. 46).

<sup>1</sup> O mapeador seria um representante do governo nas terras “doadas” para as Sesmarias, a função de mapeador nessas terras era manter o governo provincial informado. Segundo Peter Burke, o sistema de mapeador especializou-se em diferentes tipos de denúncias de bandidos, extorsões, jogo, corrupção política graças a esses métodos o governo estava cada vez mais bem informado. (BURKE, 2003).

No Rio Grande do Sul, a presença indígena data de antes da chegada dos colonizadores europeus e/ou escravizados africanos. Flores (2003) destaca que a região dos Campos de Cima da Serra, foi habitada principalmente pelos grupos indígenas Jê, Pampiano e Guarani, Caáguas, Guananases e Botocudos.

Nos Campos de Cima da Serra, os indígenas utilizavam da palha para construir suas casas, com algo peculiar em relação a outras tribos indígenas, as casas eram construídas com um nível abaixo do solo (subterrâneas<sup>2</sup>), devido à questão climática da região. Pesquisas mostram que foram encontrados vestígios arqueológicos de casas subterrâneas na região de Tainhas (JACOBUS, 2000; TEIXEIRA, 2002).

Figura 4 - Representação de uma casa subterrânea indígena



Fonte: Jacobus (2000, p. 378).

Segundo dados do Arquivo Público Municipal de Porto Alegre, a Invocação da cidade é São Francisco de Cima da Serra, desmembrada do município de Taquara. O início do povoamento data próximo de 1777, vila e

---

<sup>2</sup> A casa subterrânea se constituía em um poço de até 3 metros de profundidade e 6 m de diâmetro coberto por um telhado. A casa subterrânea era uma estrutura arquitetônica adequada para suportar o extremo frio. Datas vão de 435 a 980 DC. (JACOBUS, 2000).

sede de município a primeira criação foi através da Lei nº 1.152, de 21 de maio de 1878, a instalação do município data de 15 de outubro de 1878 e foi extinto pela Lei nº 1.756, de 15 de março de 1889 (OLIVEIRA, 1996). Para poder compreender o processo de formação do território de São Francisco de Paula (RS) é necessário entender o tropeirismo na região.

O Tropeirismo teve início com a passagem dos primeiros exploradores da costa litorânea brasileira, ainda no século XVI. Os tropeiros tinham como objetivos mapear os locais por onde passavam em busca de reservas de prata e ouro, bem como a apropriação de terras férteis para a prática da agricultura e da pecuária. No Rio Grande do Sul, o tropeirismo teve muita importância para o desenvolvimento do comércio.

O primeiro caso, como meio de transporte, surgiu em decorrência da exploração do ouro nas Minas Gerais, a partir de meados do século XVII (FAUSTO, 1996). São Francisco de Paula estava estrategicamente bem localizada, tanto para os conflitos territoriais, que à época eram eminentes, quanto ao tropeirismo, que foi um processo importante para o desenvolvimento da região. Com o caminho aberto começaram a surgir nos Campos de Cima da Serra os primeiros domadores da “Terra Xucra” (MAESTRI, 2006).

O comércio do gado *vacum* da região começou a prosperar e as localidades serranas constituíram uma cavalaria em defesa da propriedade dos sesmeiros. Foi organizado a primeira Cavalaria Auxiliar dos Campos de Cima da Serra/RS, denominada a Defesa do Distrito dos Pinhais (AZEVEDO, 1944).

Neste período, a história da região teve vários conflitos com os primeiros habitantes - os índios Caáguas, Guananeses e Botocudos – que estavam presentes no território de São Francisco de Paula. Os índios, chamados de bugres<sup>3</sup> pelos sesmeiros, resistiram à posse de seus domínios na região e, incentivados pelos jesuítas, invadiam sistematicamente as propriedades, razão pela qual foi fundada a Cavalaria (SOUZA, 2000).

Na segunda metade do século XVIII, as ocupações indígenas começaram a gerar conflitos com os europeus e seus descendentes. As

---

<sup>3</sup> Barbosa (1977) aponta que a expressão bugre é pejorativa, advindo dos sesmeiros que invadiram as terras indígenas no Rio Grande do Sul. A expressão bugre foi uma imagem construída do índio-vago, pois corresponde ao homem sem perspectivas. Qualquer gaúcho pobre, sem arrimo nem local definido para viver, é um índio-vago. Essa imagem se origina da memória do abandono dos aborígenes do Rio Grande do Sul, depois da destruição das reduções, aldeamentos guaranis organizados pelos jesuítas no século XVII.

incursões dos bandeirantes na região dizimaram os índios, em função da mão de obra escrava e/ou por doenças (VAINFAS, 1995).

A cidade de São Francisco de Paula é marcada por fazer parte das rotas comerciais do Rio Grande do Sul, e também por interligar os trajetos dos tropeiros que vinham de Minas Gerais. De acordo com documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e documentos do Cartório de Registro Civil e Tabelionato de São Francisco de Paula, o primeiro possuidor da Sesmaria da região se chamava Pedro da Silva Chaves, que em seu testamento escrito em 08/09/1777 na sede de sua Fazenda São João, em cima da Serra de Viamão, declara ser natural de Lisboa, Portugal.

O documento de concessão de sesmaria da Fazenda chamada São João, concedida por Gomes Freire de Andrade, em 29/05/1752 ao Capitão Pedro da Silva Chaves, diz o seguinte:

Que há dez anos havia lançado uma posse de campo em Cima da Serra de Viamão, e nela se acha situado com bastante gado vacum e cavalar, sendo o primeiro povoador que houvera na dita paragem, cuja posse partirá da Banda do Nordeste com o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, pela parte do Sudoeste, com o Tenente Francisco Pinto Bandeira, ficando-lhe a frente para a Estrada Geral que seguem as tropas, e os fundos para o mato da Serra. (OLIVEIRA, 1996, p. 219).

Pode-se entender que as ocupações das terras de São Francisco de Paula, como em outras regiões do Brasil, deram-se através das posses de Sesmarias e que, de acordo, com a historiografia, a região possuía um elevado índice de gado vacum, caracterizando a região serrana como uma ponte de comércio para os tropeiros, tanto com a venda de produtos, quanto com a captura de animais para São Paulo e Minas Gerais.

Para Maestri (2006), a localização de São Francisco de Paula era tanto estratégica em âmbito comercial, quanto militar, pois, interligava a província com a região sudeste, costeando a encosta serrana os tropeiros e militares tinham acesso estratégico.

Em 1727 com a abertura do caminho dos conventos, da barra do Rio Araranguá até o planalto (no local da atual cidade de Lages), possibilitou-se, através dos campos da Vacaria, um acesso mais fácil a São Paulo e às Minas Gerais. A partir de então, tropeiros percorreram este caminho, com tropas de cavalos e rebanhos de gado e um pouco mais tarde, mulas, iniciando um comércio fundamental para a economia sulina. (MAESTRI, 2006, p. 69).

Nesse território em construção, o tropeirismo tornou-se uma mola propulsora para o desenvolvimento do local. De acordo com Maestri (2006), o tropeirismo teve seu auge nos séculos XVIII e XIX, quando a atividade do transporte, principalmente de gado e mulas do Rio Grande do Sul, até os mercados do centro do país, teve grande importância econômica e social.

Na área da economia circulavam recursos pelas províncias e, no que tange às transformações sociais, os tropeiros, por onde passavam deixavam suas marcas identitárias e culturais movimentando os pequenos vilarejos, pois utilizavam pousadas para descanso, e, por vezes, constituíam famílias. Como podemos perceber, os tropeiros que utilizavam a região dos Campos de Cima da Serra buscavam seguir as rotas mais seguras:

[...] a “Estrada dos tropeiros”, também chamada “Estrada real”, que partindo de Viamão, passava por Santo Antônio, seguia pelo vale do rio Rolante, e depois subia a serra, encontrando-se mais adiante com a 'Estrada dos Conventos' que, proveniente do vale do rio Araranguá, se dirigia para Curitiba e São Paulo. A 'Estrada dos tropeiros' [...], encurtava consideravelmente a distância entre o Rio Grande e São Paulo, e com subida da serra bem mais fácil que a da 'Estrada dos Conventos' nos Aparados. (MIRANDA, 2000, p. 28-29).

Não poderia deixar de apresentar nessa breve historiografia o povo negro. Documentos da Paróquia de São Francisco de Paula mostram registro dos primeiros senhores de escravos na região. Com o advento das minas em Minas Gerais, os pecuaristas do Rio Grande do Sul passaram a fazer parte de grandes fornecedores de animais para Minas Gerais, através do tropeirismo.

Acerca disso, os paulistas e lagunistas passam a frequentar a região em busca desses animais, utilizando como apoio as regiões de Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula para o trânsito dos animais. Dados indicam que através dessas ocupações nesses territórios, surgem os primeiros Sesmeiros com o objetivo de povoar a região (LUCENA, 1971).

A História do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul ignorou a presença do negro escravizado durante um século e meio (MAESTRI, 2006). São Francisco de Paula de Cima da Serra apresentava 3.206 moradores, totalizando 24% de escravos durante as décadas de 1850 e 1860 (OLIVEIRA, 1996). Já, Teixeira (2008), aponta que em São Francisco de Paula, havia oficialmente no ano de 1858, 641 escravos (20% da população da época).



Destaco esses dois autores, para demonstrar a importância do estudo historiográfico, tensionando o processo de esquecimento.

A historiografia mostra ainda, que Francisco Manoel de Paula e Silva, natural de São Francisco de Paula que faleceu em 24/12/1870, segundo os documentos pesquisados, foi um dos maiores senhores de escravos da região (OLIVEIRA, 1996). De acordo com a figura 5, se pode observar no quadrante de São Francisco de Paula, a presença significativa do povo negro. Na figura, a legenda em riscos diagonais, se observa a presença significativa do povo negro na região dos Campos de Cima da Serra.

Figura 5 - Mapa da presença do povo negro nos Campos de Cima da Serra



Fonte: Branco (2000).

Em toda região dos Campos de Cima da Serra a escravização<sup>4</sup> foi marcante. Por vários anos, afirmou-se que no Rio Grande do Sul, a escravidão

<sup>4</sup> O termo escravização (ação de escravizar), dá ênfase aos opressores e responsáveis pela ação, retirando a força da expressão do sujeito escravizado. Enquanto o escravo é um substantivo, o escravizado é um adjetivo. São concepções bem diferentes e devem ser diferenciadas.



havia sido numericamente insignificante, que sua sociedade havia sido, desde sempre, predominantemente branca (GOULART, 1927). Teses como esta têm sido sistematicamente refutadas pelos estudos de Pesavento (1992) e Maestri (2006).

A origem da ocupação de São Francisco de Paula está ligada aos tropeiros e a região serviu de intermédio para as relações econômicas durante o século XIX. Para tanto, “muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades, a fim de contar com pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda, para a complexa atividade do tropeirismo” (MACHADO, 2008, p. 81).

Os Campos de Cima da Serra, era constituído principalmente de áreas cobertas de pastagens naturais propícias à criação extensiva de gado (ORTIZ, 2005). De acordo com Oliveira (1996, p. 98) “As comunidades que aqui chegaram vinham com o propósito de criar gado em razão das características do solo e da concessão de terras, as sesmarias”.

A ocupação só poderia se dar pela via terrestre, por mais que a cidade fosse privilegiada pelos rios, as águas de São Francisco se davam por cachoeiras, dificultando a navegação. Pela enorme extensão territorial, a população foi espalhada pelas fazendas, locais onde viviam as famílias da Casa Grande, escravos e trabalhadores livres.

O território de São Francisco de Paula, por fazer parte de uma grande Sesmaria também teve o seu período de escravização bastante acentuado, inclusive Maestri (2006) lembra que a posse de escravos facilitava a obtenção de sesmarias, daí o interesse em possuí-los.

Os quilombos eram comuns na região de São Francisco de Paula, pois perante a lei bastava a reunião de alguns negros para caracterizar um quilombo. O Código de Postura de São Leopoldo entendia por quilombo, reunião em mato ou em lugar oculto de mais de três escravos, além disso, esses agrupamentos era a maneira mais segura de um negro se libertar da escravização.

[...] São Francisco de Paula de Cima da Serra (por vezes chamada de Cima da Serra ou, simplesmente, de São Francisco) é a região da Serra Geral que está conectada histórica e geograficamente à comunidade São Roque. São Francisco, com suas grandes extensões de campos naturais e florestas de araucárias, foi uma região de produção pecuária, onde viviam escravos e senhores que

são referidos pela memória dos membros da comunidade. Os Monteiro, os Nunes e os Fogaça, afirmam, eram os senhores de seus antepassados. Ora fugidos, ora ao alcance do domínio senhorial, os escravos das fazendas de São Francisco de Paula tinham sua mobilidade autorizada pelos senhores locais. (BRUSTOLIN; FERNANDES; TEIXEIRA, 2006, p. 132-144).

Em 27/06/1835 destinou-se 12.000\$000 (doze contos de réis) para a destruição dos quilombos existentes nos municípios de São Francisco de Paula. Como em todos os lugares, os negros não se conformavam com a falta de liberdade e a fuga era sempre uma possibilidade presente (BRANCO, 2000).

Segundo Osório (2000), na região dos Campos de Cima da Serra destacava-se entre os mais “afortunados” aqueles que eram comerciantes e que, ao mesmo tempo, atuavam na pecuária. Nos documentos anexados ao inventário de Francisco Manoel de Paula e Silva todos os escravos do sexo masculino estavam identificados como campeiros (OLIVEIRA, 1996).

Segundo Maestri (2006), por um lado, a historiografia tradicional aceitava com relutância a presença do povo negro nas fazendas, sobretudo em atividades pastoris, já que corroíam as construções ideológicas sobre a ausência da escravização do povo negro nas fazendas. Importante esse destaque, pois estamos trabalhando com memórias políticas como forma de romper com o dito “oficial”.

A proposta de apresentar a historiografia de SFP, através de mapas e documentos históricos, tem por objetivo, trazer à tona pontos importantes da formação do município de SFP. Certeau (1982, p.54.) aponta que “a história é como uma operação que se refere à combinação de um lugar, uma prática e uma escrita”, seguindo uma linha dialética da historiografia de SFP.

### 3.2 A URBANIZAÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA EM MEADOS DO SÉCULO XX

A partir desse ponto, contextualizo o processo de urbanização histórica da cidade de São Francisco de Paula. Para poder continuar com a interpretação histórica, vou utilizar imagens que servirão para pontuar o contexto histórico da região e amarrar interpretações. Optou-se em recortar os

“meados do século XX”, para expor os pontos principais que contribuíram para a urbanização de SFP.

Sei que as imagens possuem dois campos de análise para sua interpretação: o olhar de quem a produz e o outro de quem a recebe. Também entendo que as imagens de cada tempo histórico podem ser provocadas pela contemporaneidade dos sujeitos em seu tempo, ou seja, diversas interpretações podem ser feitas de acordo com cada tempo, lugar e olhar. Por isso, vou procurar mostrar um olhar teórico-epistemológico através do Materialismo Histórico, pois é nessa linha de interpretação que vamos seguindo nosso fio condutor.

Em um período de muita conflitualidade na região, a província passava por mudanças administrativas devido à Revolta Farroupilha. No contexto da cidade de São Francisco de Paula, foi através da Lei nº 266, de 30 de novembro de 1852, que se eleva à categoria de freguesia, a então capela de São Francisco de Paula de Cima da Serra (BARBOSA, 1992).

Em 1886 houve a distribuição de lotes devolutos para pessoas pobres que comprovem residência e se comprometessem a “fundar moradia”, dando início ao povoamento da vila (CARDOSO, 2019). A partir de 1889, São Francisco de Paula de Cima da Serra passa à categoria de Vila e deixa de pertencer a Santo Antônio da Patrulha, passando a ser distrito do município de Taquara do Mundo Novo.

O processo de urbanização traz elementos explicativos importantes, através da formação histórica. Como já descrito, a ocupação se deu através das funções do desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas à expansão do gado na região dos Campos de Cima da Serra, ampliando para a província como polo administrativo.

No início do século XX, nos Campos de Cima da Serra, as características coloniais ainda estavam presentes. O processo urbanístico começou a tomar forma na região de Porto Alegre, devido à presença das primeiras indústrias, pois o comércio da zona colonial foi vital para o processo da industrialização no Rio Grande do Sul.

Em 1901 a cidade de São Francisco de Paula ainda mantinha a organização colonial. As dificuldades de transporte determinavam um alto grau de isolamento na área colonial. Conforme Alves (2007), Jonathas Abbott foi o

primeiro intendente da cidade, pois em 1903 São Francisco de Paula se emancipava de Santo Antônio da Patrulha. “[...] mesmo que São Francisco tenha conseguido sua emancipação política, continuou ligada a Santo Antônio por laços estreitos existentes entre os proprietários da terra e os laços familiares entre eles” (ALVES, 2007, p.134).

Esses laços de terra entre familiares trouxeram para a cidade um momento crítico à sua economia, pois a Lei 1.750 de 15 de março de 1889 extinguiu o município por falta de condições financeiras para a sua manutenção (ALVES, 2007). Em 1902, o município foi restabelecido e tal cenário mostra as dificuldades que os habitantes enfrentaram frente aos interesses políticos de quem estabelecia os decretos.

Diverge-se da data de fundação da cidade, embora, oficialmente, seja festejada a segunda emancipação (07/10/1903), esquecendo-se da primeira (Lei nº 1152, de 24/05/1878). Alguns pesquisadores indicam que a extinção do Município (Lei nº 1750, de 15/03/1889) foi baseada na falta de condições financeiras. Por outro lado, existe outra corrente que aponta disputas políticas como a fonte verdadeira do rebaixamento para a condição de “mero” distrito. No entanto, fica claro que o Decreto nº 563 (23/12/1902) restabelece a condição de Município. Com isso, perde-se a noção de profundidade temporal e muitas pessoas ignoram que a região já possuía proprietários de terra na metade do século XVIII. (ALVES, 2010, p. 18).

Entre os anos de 1930 até 1945 a economia gaúcha atingiu o apogeu do desenvolvimento, o que reverberou para as cidades serranas. Neste período, que foi durante a Era Vargas, a economia cresceu e se transformou especialmente em relação aos setores agrícola e industrial. Segundo Muller (1979), a dinâmica da economia gaúcha era caracterizada por sua dependência das vendas para outras regiões brasileiras e, sendo assim, era dependente da expansão de outros mercados urbanos, já para Lucena (1971), a extração da erva-mate tornou-se uma fonte de recurso para a cidade, pois como já mencionado, os proprietários dos grandes latifúndios da cidade encontravam-se na pecuária, mantendo uma relação comercial com a Capital.

São Francisco de Paula ficava com poucos recursos dessas negociações. Para que a cidade começasse a se desenvolver, a erva-mate e a extração da madeira tiveram uma função primordial, pois contribuíram ao povoamento, visto que muitas pessoas vieram trabalhar e acabaram se instalando no município (LUCENA, 1971).

Na região serrana, a agricultura colonial alcançava o mercado interno

do centro do país, o comércio articulado foi vital para o processo de industrialização. No entanto, as dificuldades de transporte determinavam certo grau de isolamento das localidades serranas e isso prejudicava as articulações comerciais.

Nesse cenário de dificuldade para escoar a produção colonial, tão importante para o desenvolvimento de São Francisco de Paula e outras cidades serranas, a abertura da estrada RS-020 que liga Taquara a São Francisco de Paula de Cima da Serra começou a ser planejada. A construção da estrada visava facilitar o acesso da população às localidades mais próximas. Lucena (1971) destaca que a construção da estrada trouxe um novo desenvolvimento para São Francisco de Paula. Desde a década de 1940, diversas iniciativas ocorreram para a construção da ERS-020.

A construção foi fundamental para estabelecer uma relação comercial entre os Campos de Cima da Serra, São Francisco e Taquara, promovendo um caminho para a exploração do pinheiro no século XX (LUCENA, 1971).

Figura 6 - Construção da ERS-020 entre Taquara e São Francisco de Paula



Fonte: Lucena (1971).

Foi bastante difícil construir a rodovia ERS-020, pois à época tudo era manual, com a utilização de animais para o desenvolvimento do trabalho. Essa estrada de rodagem aperfeiçoou muito o desenvolvimento de São Francisco de Paula. De acordo com Lucena (1971), a ERS-020, tinha por propósito facilitar o acesso da população de São Francisco de Paula até Taquara para buscar gêneros de primeira necessidade.

[...] os serranos se abasteciam de gêneros de primeira necessidade, quase que totalmente, em Taquara, e o transporte era feito em cargueiros, que compunham uma tropa com cerca de quinze a vinte cargueiros. Os serranos levavam daqui queijo (o queijo até hoje chamado queijo serrano), charque, couros e, alguns levavam maçã ou pinhão, em suas épocas de colheita, trocados por mantimentos de que necessitavam. Não existiam, ainda, estradas e o trajeto era feito por picadas existentes. (LUCENA, 1971, p. 23).

Com a construção da ERS-020, aos poucos o modelo utilizado de comércio de “tropear”, vai desaparecendo, surgindo as primeiras casas de comércio em São Francisco de Paula, “os primeiros comerciantes foram Manoel Vicente Ferreira, Abel Pacheco, Luis Carlos de Andrade e Jacob Bossle Sobrinho” (LUCENA, 1971, p.38).

Importante destacar que o trecho da ERS-020 entre São Francisco de Paula e Taquara, proporciona um espaço importante para a economia da região, pois SFP concentra sua economia principal na agropecuária, enquanto o segundo, na indústria coureiro-calçadista (LUCENA, 1971).

Os serranos introduziram um modo de viver peculiar em seu cotidiano. A cultura do campo sempre esteve presente na região. “A primeira coisa é definir cultura. A definição melhor é: cultura é tudo o que o homem faz [...] assim, cultura é a maneira de falar (língua), a maneira de vestir, de morar, de comer, de trabalhar” (GUARESCHI, 1985, p. 105). Nesse sentido, as tradições gaúchas estão ainda muito presentes na região.

Teixeira (2002, p. 83) descreve o morador serrano: “as raízes gaúchas estão fortemente marcadas na comunidade, seja pelo modo de vestir bombacha, botas, cinturões, chapéus e, no inverno, com o pala ou pela preferência por comidas campeiras: churrasco, carreteiro, feijão mexido”. Essas características, ainda nos dias atuais, são marcantes. Na Figura 7, observa-se um pouco das peculiaridades da cidade na década de 1950.

Figura 7 – São Francisco de Paula em 1950



Fonte: Oliveira (1996).

A vida do serrano era praticamente a lida no campo. A relação entre o campo e a cidade foi uma forma de estabelecer para os filhos dos fazendeiros um modo de vida diferente.

Antigamente, a pecuária era uma atividade econômica muito forte, em nosso município. Assim sendo, havia muitos fazendeiros. E, como as fazendas ficavam muito longe da Sede do município, as senhoras tinham seus filhos em casa, com parteiras. Também, os estudos iniciavam nas fazendas, porque as escolas ficavam longe. Assim, muitas vezes, os fazendeiros contratavam professoras para se hospedarem nas suas casas e darem aulas aos seus filhos. Em muitos casos, até mesmo os próprios pais e avós ensinavam alguma coisa. Alguns fazendeiros, quando seus filhos ficavam maiores, os mandavam continuar seus estudos na vila (assim 'São Chico' era chamada). (TEIXEIRA, 2002, p. 77).

Essa relação homem-campo trouxe para a cidade a forte influência da vida campeira como, por exemplo, os rodeios. A partir da década de 1970, a cidade começa um novo ciclo de desenvolvimento, que outrora era a criação de gado, passando pela produção da erva-mate e de madeiras de corte.

Essa historicidade dos Campos de Cima da Serra, aponta um cenário rico em culturas, histórias e tradições. A denominação "serrano" tem significado cultural para o homem dos Campos de Cima da Serra, não especificamente da serra em geral, os seus costumes e hábitos, constituíram a cultura serrano-campeira. (SOUZA, 2005).

Todos esses dados fazem parte da historiografia dita-oficial, pois foram encontrados em documentação históricas e pesquisas acadêmico-científicas, e com isso consolida-se um dos objetivos iniciais, o de subverter essa historiografia através das memórias políticas que atravessa a história do município.

### 3.3 TRABALHOS CIENTÍFICOS COM FOCO NA VILA JARDIM E PNMR

Essa seção tem por objetivo adentrar em uma São Francisco de Paula bem mais contemporânea. Até o momento tracei uma linha historiográfica da formação social da cidade, buscando destacar os povos que formaram SFP. Expressar o conteúdo de trabalhos acadêmicos e científicos, inspirados na Vila Jardim e PNMR em São Francisco de Paula, contribuirá para entender o processo da memória política que se constituiu nesse território.

Quando decidi pesquisar sobre a Vila Jardim e suas memórias em referência ao PNMR, passei a procurar por materiais científicos que tratavam sobre o tema e que poderiam contribuir para minhas análises posteriores. Em uma ordem mais cronológica, encontrei um capítulo de livro de autoria de Ecléia Freitas, Leonardo Beroldt e Rodrigo Cambará Printes, intitulado “Identificação dos conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil”. Este capítulo compõe o livro publicado em 2012 “Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul”. Os autores identificam e descrevem os conflitos territoriais gerados com a criação do PNMR, entre eles está o conflito fundiário, onde fazem menção à Vila Jardim, comunidade localizada dentro da poligonal do Parque.

Outro trabalho científico encontrado em nossas pesquisas foi a monografia de conclusão de curso de Especialização em Educação e Sustentabilidade da UERGS de autoria de Maristela da Rosa. O título da monografia é “Parque Natural Municipal da Ronda: impasses de gestão e sugestões para a negociação dos conflitos socioambientais” defendido em 2015. Nesse trabalho a autora problematiza sobre a área poligonal do PNMR, sugerindo que a poligonal do parque não incluísse a área da ocupação Vila Jardim. Além disso, também sugere que a categoria de Parque Natural passe a



ser Área de Proteção Ambiental (APA) conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Na sequência, encontrei muitos materiais elaborados por pesquisadores que integram o grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), da UERGS – Unidade Hortênsias. O ObservaCampos foi criado na plataforma Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em junho de 2016. “[...] o observatório se constitui como um espaço de sistematização e difusão de informações, dados primários e secundários, estatísticas oriundas de pesquisas que tem como objeto de investigação e análise as políticas e o ambiente” (BINKOWSKI; HERNANDEZ; REINEHR, 2019, p. 11).

As pesquisas desenvolvidas pelo ObservaCampos na Vila Jardim e PNMR entre 2017 e 2021, contribuíram para análises sociais, territoriais, ambientais, culturais e políticas. Esses dados foram importantíssimos para embasar a análise dessa pesquisa, contrapondo a História oficial e legitimando espaços para a História das minorias.

No portal da na Revista Gestão & Política Públicas (RG&PP) da Universidade de São Paulo (USP) encontra-se o artigo publicado em 2017 por Patrícia Binkowski e Túlio Garcia de Souza “Participação Política e Formação do Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, RS, Brasil”. Esse artigo aborda, que o PNMR, apesar de criado há quase duas décadas, ainda é considerado um “paper park”, ou seja, uma unidade de conservação criada apenas em documentos sem ter uso público efetivo. No artigo, os autores destacam ainda alguns impactos gerados internamente ao Parque, a ocupação Vila Jardim e sobre indenizações que deveriam ser realizadas aos proprietários. Além disso, apontam também para a importância da criação de um conselho consultivo para o PNMR.

Em 2019 foi elaborado o E-book “2ª Mostra ObservaCampos: Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas e Ambiente”<sup>5</sup>, organizado por pesquisadores do ObservaCampos Patrícia Binkowski, Luciele Nardi Comunello, Aline Reis Calvo Hernandez, Ismael Klein e Rosmarie Reinehr. O e-book tem o intuito de divulgar pesquisas e ações de extensão realizadas

---

<sup>5</sup> Link de acesso: <https://drive.google.com/file/d/133GBllajxXwoBg6wl8ai3QUD5mh24j9U/view>

pelos pesquisadores e bolsistas ligados ao ObservaCampos. A seção V - “Território, Territorialidade e Conflitos” encontram-se 4 capítulos que tratam especificamente de pesquisas realizadas sobre o PNMR e Vila Jardim, desenvolvidas pelas professoras pesquisadoras Patrícia Binkowski e Aline Reis Calvo Hernandez.

O capítulo “Percepções sobre mudanças climáticas e Políticas Públicas na ocupação urbana Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS” é um deles, organizado pelos pesquisadores Carlos da Silva Padilha, Ana Paula Paim Almeida, Patrícia Binkowski e Aline Reis Calvo Hernandez. Esse capítulo traz dados inéditos sobre a Vila Jardim em termos sociais, econômicos e sanitários, a partir da análise sobre os impactos provocados pelo tornado que ocorreu em São Francisco de Paula em março de 2017. Os pesquisadores compilaram dados socioeconômicos da Vila Jardim, que não se encontram, por exemplo, mapeados e descritos pelo IBGE, dados estes que serão importantes para a análise dessa pesquisa.

No mesmo e-book já citado, encontra-se o trabalho de Samuel Presa Rodrigues, Túlio Garcia de Souza e Patrícia Binkowski, “A contribuição do ObservaCampos na formação e implantação do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS”. Neste texto os autores apontam a importância da elaboração e efetivação do conselho consultivo no PNMR, como ferramenta para a inclusão sociopolítica no Parque.

Na sequência encontra-se o capítulo de Maristela da Rosa e Rodrigo Cambará Printes, “Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Gestão de Conflitos Socioambientais no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula-RS”, que faz uma discussão sobre a importância do Conselho para a garantia dos direitos básicos a moradia presente na poligonal do PNMR. Esse trabalho traz embasamento consistente para entender o processo da gestão de conflitos presentes na comunidade.

Com a presença do ObservaCampos na região, o grupo motivou pesquisas a serem realizadas por pesquisadores de outras Universidades, a exemplo da Tese de Doutorado de Fábio Ortolano, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade de São Paulo (USP) com o título de “Consciência política e ambiente: a desproteção de

parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)”. No capítulo III “Os parques: histórias, memórias e participação política”, o autor faz um levantamento de todas as pesquisas já desenvolvidas sobre o PNMR. O autor conclui que:

Certamente as produções acadêmicas mencionadas acima representam forças em prol do Parque, inclusive se configurado argumentos técnicos em prol de sua salvaguarda e institucionalização. Ainda assim, optou-se por colocá-las no histórico do Parque, como parte de sua memória. (ORTOLANO, 2019, p. 123-124).

Os trabalhos produzidos sobre a Vila Jardim e o PNMR, oportunizaram que pesquisadores e pesquisadoras adentrassem nesse território. Optei em apresentar as pesquisas referente ao cenário da Vila Jardim e o PNMR, por acreditar que a ciência se faz junto com a comunidade. O somatório de esforços promovidos pelos pesquisadores e pesquisadoras, também, faz parte da memória presente na Vila Jardim, para Le Goff (1990) História e Memória indiretamente enfoca a importância da valorização da informação do presente e do passado como forma de registro com a utilização da memória, todas as pesquisas apontadas nessa seção, trabalharam diretamente com a comunidade da Vila Jardim, isso é o fazer histórico em lócus.

#### **4 GESTO METODOLÓGICO: MEMÓRIAS POLÍTICAS, SUBVERSIVAS E TRANSGERACIONAIS SOBRE A VILA JARDIM**

No capítulo de Introdução comentei que desde março de 2020 estamos passando por um período pandêmico, que de certa forma, fez com que eu tivesse que adaptar algumas etapas da pesquisa de campo. Em um primeiro momento da pesquisa [antes da pandemia], previa trabalhar com um número maior de participantes entrevistados, mas devido às circunstâncias sanitárias, optei em trabalhar somente com uma família da Vila Jardim, investindo nas narrativas transgeracionais: pai, filha e netas.

Após conhecer os contornos da Vila Jardim e escutar algumas histórias dos moradores, optei por pesquisar as três gerações de uma mesma família, adotando uma perspectiva transgeracional de análise. A escolha dessa família partiu da indicação de uma das lideranças da comunidade, que me informou que seu pai, o Seu Miguel (1ª geração) foi o primeiro morador da comunidade.

A transgeracionalidade se dá pela passagem de uma geração à outra, pela cultura e convivência familiar, embasada por trocas afetivas e de informações sobre os contextos da comunidade. Falcke e Wagner (2005, p. 26) destacam que a transgeracionalidade dá identidade à família e auxilia na compreensão da dinâmica familiar, “a diferença de uma pessoa a outra seria a quantidade, a intensidade e o grau de compreensão, ou talvez possamos dizer, o volume dessas vozes, que daria a dimensão da influência na vida do sujeito”. É nesse espiral dialético, entre o velho e o novo, que ocorre o processo de memória, movimento que não é estático.

Buscando conhecer melhor o lugar de pesquisa, visitei a comunidade no dia 07 de novembro de 2020, em um dia de sol e bastante calor, em que circulei pelas ruas da Vila Jardim, senti os cheiros, observei as paisagens, os olhares desconfiados dos moradores, haja visto que, neste momento, não passo de estranho àquele ambiente, também, nesse dia estava ocorrendo o período eleitoral (campanha), devido à situação pandêmica, as eleições municipais passaram de outubro para novembro. Antes da pandemia da COVID-19, fiz algumas visitas pontuais à comunidade da Vila Jardim e ao

PNMR, essas visitas ocorreram durante o período das atividades presenciais de disciplinas do Mestrado.

As entrevistas ocorreram em tempos e ocasiões diferentes:

- a) **1ª Geração** - 05 de dezembro de 2020; a entrevista ocorreu de forma presencial, o Seu Miguel recebeu a mim e uma de minhas orientadoras em sua casa no Bairro Rincão em São Francisco de Paula.
- b) **2ª Geração** – 20/08, 22/08, 29/08; 01/09, 05/09, 06/09, 09/09, 14/09, 19/09, 23/09, 28/09 de 2021. As entrevistas ocorreram de forma remota, usando o recurso do aplicativo WhatsApp, onde eu enviava as questões por áudio, e posteriormente, as respostas eram retornadas, também via áudio. Devido ao aumento dos casos da COVID-19, e em comum acordo com as orientadoras, as entrevistas seguiram dessa forma.
- c) **3ª Geração** - 03/10, 05/10, 17/10, 24/10; 01/11 de 2021. Com a 3ª geração, optou-se em trabalhar através do uso de desenhos como forma de representação e expressão infantil. Por meio dos desenhos as crianças poderiam expressar seus sentimentos em relação à VJ e ao PNMR. Esse procedimento ocorreu também de forma remota e as questões foram enviadas por áudio através do aplicativo WhatsApp. Esses encontros levaram algum tempo e foram pensados com muita cautela, uma vez que as crianças estão em seu processo lúdico de criação, assim foi preciso de um prazo maior de resposta, para fazer sentido ao desenho que elas produziam.

As entrevistas seguiram um processo metodológico dialético, possibilitando o acesso do pesquisador à realidade vivida pelos participantes da pesquisa, para tanto, realizamos entrevistas com roteiros abertos **(APÊNDICE A e B)**.

Fiz uma primeira entrevista com Magreane (filha, 2ª geração), pois ela é uma das líderes comunitárias da Vila e foi uma das representantes da comunidade da VJ no Conselho Consultivo do PNMR durante o ano de 2020. Conversamos e com seu consentimento, organizamos uma visita ao seu pai (1ª geração). Nesses primeiros contatos fiz questão de apresentar os objetivos da

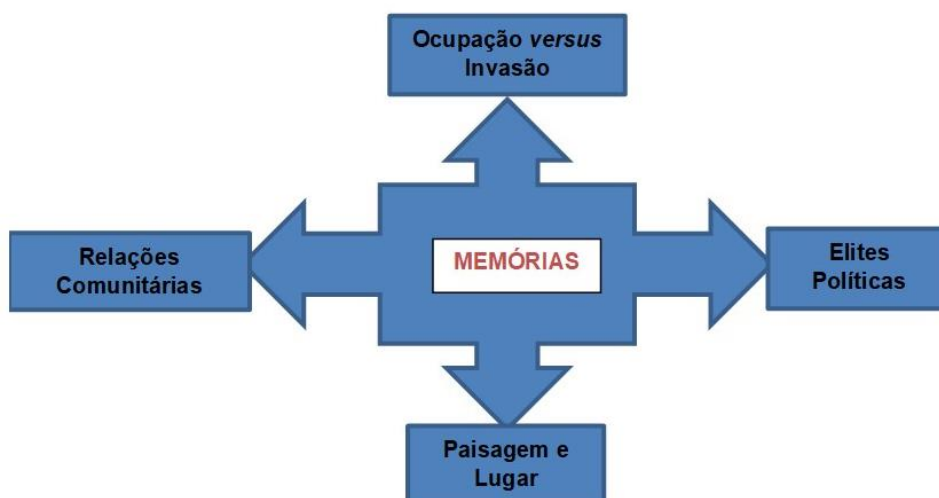
pesquisa, a relevância social e científica, os aspectos éticos em pesquisa e a importância de escutar suas narrativas históricas.

As entrevistas, bem como, os consentimentos foram gravados em áudio. Como complemento dos procedimentos éticos em pesquisa, os participantes assinaram também o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (**APÊNDICE D**). As entrevistas com a 1ª e 2ª gerações tiveram duração de aproximadamente 02 (duas) horas e apresentaram como tema de fundo as histórias da família, a chegada à Vila Jardim, a posições dos prefeitos do município à época, como se deu a ocupação da Vila Jardim, o imaginário social sobre a “invasão”, as relações de trabalho, conflitos, as mudanças na paisagem e outros temas.

Para melhor sistematizar a coleção de dados oriundos da pesquisa de campo, organizamos as análises a partir de cada uma das gerações participantes, dando ênfase às categorias emergentes em suas percepções e narrativas. Pois, como já vimos, Hernandez (2020) refere que o “gesto metodológico” liga o sujeito ao contexto de experiência e indica os movimentos de idas e vindas da memória.

A Figura 08 retoma os eixos de pesquisa presentes no Roteiro de Entrevista: memória (como eixo central), ocupação *versus* invasão, relações sociais, paisagem, lugar, elites políticas. Porém, conforme veremos nas análises, as categorias se expandem a partir das memórias dos participantes.

Figura 8 – Eixos de pesquisa do Roteiro de Entrevista



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Figura 9 apresenta uma conexão das memórias políticas, através das narrativas, elaboramos eixos norteadores que fomentaram as análises, através disso, conseguimos concatenar os pontos principais que foram surgindo com as gerações.

Figura 9 – Memórias-chave da análise transgeracional



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O grande desafio de pensar políticas da memória é que estas deem conta das “demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, por assim dizer, de uma ‘memória dos vencidos’, ou seja, pelos grupos e minorias que criam novos suportes e ‘lugares da memória’”. (ANSARA, 2012, p. 306).

“Olhar de perto e de dentro” (GEERTZ, 1978, p. 35), nos faz entender a importância dos atores sociais em seu território/lugar e suas percepções. Partindo desse preceito, essa seção tem o intuito de explorar como se (re)produz o espaço da Vila Jardim, São Francisco de Paula (RS), por meio do

olhar, das percepções, significações e memórias das três gerações de uma mesma família.

#### 4.1 1ª GERAÇÃO: OCUPAR E RESISTIR, A MEMÓRIA SUBVERSIVA CONTRA A PRODUÇÃO DE ESQUECIMENTOS

A 1ª geração se constitui através do depoimento do Senhor Edmundo Miguel Rienermann Hoffmann, 51 anos, pai de Magreane da Silva Hoffmann e avô de Khemilly Hoffmann Pires, 08 anos; Yasmin Hoffmann Pires, 06 anos e Kaio Hoffmann Pires, 02 anos. Seu Miguel, como iremos chamá-lo, foi um dos primeiros moradores a ocupar a Vila Jardim nos anos de 2000, conforme revela a narrativa:

Meu nome é Edmundo Miguel Rienermann Hoffmann, 51 anos de idade, moro em São Francisco de Paula desde os 10 anos de idade. Morava no interior [...], meu pai trabalhava na fazenda com plantação de batata e ajudava ele. Quando ele veio morar na cidade ele começou a trabalhar com o mato. Era difícil também, eu aprendi com ele. Cheguei na Vila Jardim através de um cunhado meu, que não tinha onde morar. Aí ele resolveu invadir ali, porque não tinha mais como pagar aluguel. Ele [o cunhado] era funcionário do DAER<sup>6</sup>, falecido Nilton dos Santos. Naquela época o prefeito da cidade era o Dr. Colla. Bem antes de invadirmos ali, já tinha um pessoal do DAER que morava antes do Parque. Mais ou menos em 1988, pois eu trabalhava na Mercúrio, eu até ajudei a puxar uma luz pra ele, mas ali, onde hoje é a Vila não tinha nada era só mato. (Seu Miguel).

Há dois aspectos importantes que devemos apontar em sua narrativa. Inicialmente a questão da migração campo/cidade, já apontada nesta pesquisa na historiografia do município, ou seja, a Vila Jardim se origina a partir de uma questão de possibilidade de moradia, como um lugar de morada. O segundo aspecto, e talvez o mais emblemático, é a percepção dele em relação à invasão *versus* ocupação. Este embate faz parte da historiografia da Vila Jardim.

A moradia é uma necessidade humana e está amparada na Constituição Federal (1988), contudo, esse direito não chega a todos. A política habitacional no Brasil não atinge as famílias de baixa renda, Maricato (2006) aponta que a fragilidade das políticas sociais e ao difícil acesso a determinadas políticas, surgem às ocupações urbanas, como alternativa de autogestão do território, ou

---

<sup>6</sup> Departamento de Estradas de Rodagem.



seja, antes de ocupar há um processo de organização, há também um cenário de conflitualidade, onde, a discussão abrange o conceito de invasão, sendo no aspecto de criminalização pelas forças do estado, e ocupação, que é um direito constitucional à terra e moradia

Seu Miguel nasceu no interior de São Francisco de Paula em 1969 e sua vinda com a família para a cidade se deu em 1979. Este percurso se dá exatamente em uma época em que o RS passava por um processo de êxodo rural, que supunha a saída da população do campo para zonas urbanas em busca de melhores condições de vida. Este movimento estava pautado, sobretudo, pelos impactos gerados pela modernização agrícola incorporada pelos governos brasileiros na década de 1950 e 1960.

Seu Miguel traz em sua narrativa as relações sociais que foram sendo construídas durante seu estabelecimento na cidade até chegar à Vila Jardim. Conta que ajudou a “puxar” luz para os moradores que eram servidores do DAER, próximos à futura Vila Jardim. Ele aponta também para as ocupações já existentes próximas ao PNMR que possivelmente tenham servido de “trampolim” para novas ocupações no entorno do Parque. “Eles [Funcionários do DAER] sabiam que aquele terreno era Federal, por isso, não invadiram, acho que esperaram por nós [risos]” diz Seu Miguel.

Ao narrar seu contexto de experiência, Seu Miguel vai indicando suas memórias e a construção das lembranças tem um teor afetivo, ainda mais quando engloba sentimentos relativos à família e ao lugar.

Há na memória política um trabalho de retorno, de certa ‘sustentação’ histórica de referência e, quiçá, até de uma genealogia: há um antes que será revisitado, mas o passado não deve ser considerado o lócus da memória ou seu lugar. (HERNANDEZ, 2020, p. 23).

Assim, é no ir e vir das memórias apontadas pelo Seu Miguel, no qual ele traz lembranças de sua infância e do estabelecimento do que virá a ser a Vila Jardim, que o espiral dialético vai girando, sempre a partir de suas percepções e interpretações.

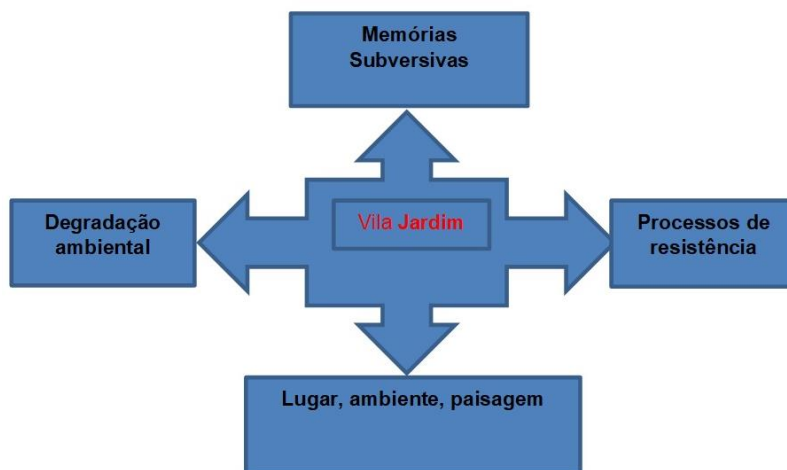
[...] o passado é reinterpretado a partir da experiência presente, ou seja, as pessoas interpretam o passado à luz do que vivenciam no presente. O que pode mudar é o sentido do passado, sujeito a reinterpretação ancoradas no presente, na intencionalidade e na expectativa do futuro. (ANSARA, 2008; RICOEUR, 2007 *apud* HERNANDEZ, 2020, p. 23)

Seu Miguel nos auxilia a ir compreendendo a constituição da Vila Jardim e as relações construídas entre os moradores, permitindo contestar a visão hegemônica vinculada àqueles que moram nas periferias. Assim, a análise acerca das memórias políticas “dos vencidos” se constitui como um processo de releitura do passado, capaz de registrar as impressões e vestígios que ainda não tinham sido contados.

Desse modo, leva-se em consideração que as memórias relatadas por Seu Miguel em relação à Vila Jardim, não devem ser tomadas como verdades absolutas, mas como uma das versões possíveis do acontecimento. Quando se fala de memória estamos concebendo, também, frações de esquecimento e de invenção. Le Goff (1990) e Ricoeur (2000) apontam que a memória é uma ferramenta de significação do passado, polissêmica e que não corresponde à exatidão de fatos ocorridos.

Após situar a luta pela ocupação, Seu Miguel nos conta sobre “como tudo começou”, a historicidade da Vila Jardim. Para tal, Seu Miguel traz outros tópicos à análise: memórias políticas, processos de resistência, periferização e relações com o ambiente e a paisagem.

Figura 10 – Tópicos de análise sobre a Vila Jardim na narrativa de Seu Miguel



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Esses tópicos dão conta da categoria de análise que nos permite entender a formação da Vila Jardim e o processo de degradação ambiental do PNMR. As memórias do Seu Miguel, quando relembra o “Parque da Ronda”,

quando tinha 10 (dez) anos de idade (em 1979), praticamente 8 (oito) anos antes da primeira invasão, ele aponta:

[...] O Parque da Ronda? Nossa! Era muito bom [...] água era limpinha, eu tomava banho na cachoeira do perau, o meu pai fazia churrasco lá! Muitas famílias buscavam aquele lugar, era muito bonito. Agora está um nojo, lixo, poluição, fezes nas águas, droga, cachaça. **Eles (moradores da Vila Jardim)**, estragaram aquele lugar (Seu Miguel – grifo nosso).

A memória política é essa convulsão de tempos, porém “o tempo do ontem é narrado no presente” (HERNANDEZ, 2020, p. 23). A memória vai retomando os tempos que passaram e perspectivando os próximos. Seu Miguel fala das memórias de uma criança, de um parque (outro Parque) da Ronda que era limpo, que era bonito. Agora ele diz que: “*Eles*” sujaram e destruíram essa beleza. Esse contraste que ele faz entre o *eu versus eles*, o coloca como um “espectador” da situação atual, ou seja, quem permanece lá é quem degradou o ambiente. Seu Miguel refere que as “invasões” ocorreram próximas à poligonal do Parque da Ronda, na década de 1980, e que a Vila Jardim, em seu início, não contava com nenhuma infraestrutura que fosse, “só mato”.

A invasão da Vila Jardim foi iniciada na manhã do mês de outubro de 2000, às 06 (seis) horas da manhã, quando o Seu Miguel, junto com seu cunhado iniciaram a construção da primeira casa na Vila Jardim. Atualmente a VJ conta com uma média de 130 lotes, em que residem até 03 (três) famílias por lote. O relato do Seu Miguel nos ajuda a compreender como se deu essa ocupação:

Foi num sábado às 6 horas da manhã, lembro que foi em outubro, eu e meu cunhado que trabalhava no DAER, resolvemos invadir. Ele não podia mais pagar aluguel. Aí as pessoas começaram a ajudar ele com madeira velha, prego, telhas, canos e fomos pregando e construindo, fomos os primeiros. [...] não tinha nada lá, era só mato e capão. (Seu Miguel).

Ao narrar sua trajetória, Seu Miguel remete à solidariedade das pessoas que moravam próximo ao Parque. O evento da ocupação passou por momentos de tensão. Ele narra que na noite em que eles invadiram, um funcionário da Prefeitura ameaçou que iria derrubar a casa com as máquinas:

[...] era um tal de G., ele era CC [cargo de confiança] da Prefeitura, ele disse para as pessoas que se nós não saíssemos dali ele ia passar com a máquina por cima. Mas como tinha mulher e criança ele desistiu. Ele disse também que iria no domingo, [...] ficamos esperando, não foi ninguém. (Seu Miguel).

Ele recorda também, que depois que eles construíram a primeira casa outras pessoas já começaram a invadir. Perguntado a ele sobre essa questão da invasão ou ocupação ele responde: “[...] Ah, foi invasão, nós invadimos, porque sabíamos que era do Parque, que era Federal”. Ainda, em outro trecho da entrevista Seu Miguel fala sobre ocupação ou invasão:

Na época de campanha política os candidatos a vereadores espalham que vão despejar os moradores. Aí eles votam neles, né?! Eu não voto nesses caras. [...] dizem que é uma ocupação, que nós ocupamos. Não! Nós invadimos, não tinha nada, era só mato. (Seu Miguel).

Nesse âmbito, Corrêa (1989) contribui:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de qualquer coisa, uma forma de resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1989, p. 30).

Na produção desse espaço, o sujeito vai se construindo em suas relações. Seu Miguel aponta essa questão da seguinte forma:

Na Vila Jardim eu fui o primeiro a invadir, eu e meu cunhado pegamos umas madeiras e começamos a construir, ele ganhou muitas coisas para construir [...]. Tinha muito mato [...]. Lembra filha, quando comprei o primeiro terreno? Eu dei um carro velho, era um Escort! Não tinha contrato de compra e venda, tudo era de boca! [...] A vila Jardim existe faz mais de 20 anos, mas de 1988 pra cá já tinha três casas, o terreno em frente ao Parque era só capão! [...] O trabalho das pessoas na Vila Jardim era de serralha e mato. (Seu Miguel).

Seu Miguel traz em suas memórias que, após a construção da primeira casa na Vila Jardim, outras casas foram sendo construídas aleatoriamente, partindo como referência a entrada do Parque da Ronda.

A primeira casa começou na entrada da cascata da Ronda, onde é a chapeação do Elias, entre o campo do DAER e o Parque, a oficina do Elias foi a primeira casa de moradia, foi do meu cunhado. [...] depois disso, foi uma atrás da outra, isso já faz mais de 20 anos. (Seu Miguel).

As memórias do Seu Miguel nos provocam a entender que a luta por moradia na sociedade capitalista se expressa, na maneira em que a cidade está organizada. Nas grandes capitais essa “organização” é caótica e se dá

com base na relação desigual entre centro *versus* periferia. A moradia faz parte dessa organização, cujo acesso é seletivo, pois grande parte da classe-que-vive-do-trabalho não tem acesso, ou renda para comprar um imóvel. Esse é um dos maiores sintomas de exclusão que não ocorre de forma isolada, mas coletiva.

Não tem como pagar aluguel. [...] a maioria que mora na Vila Jardim trabalha nas serralherias, comércios [...] um ajuda o outro [...]. Eu instalei um relógio lá que dá para 4 famílias [...]. Ah! Hoje tem umas 120 famílias, ou mais. Eles vão cercando e construindo. Agora eu não sei mais como está, mas na minha época foi uma casa atrás da outra. [...] se eu soubesse que não ia dar em nada eu tinha cercado mais (risos). (Seu Miguel).

Para Certeau (1996) essas relações de afeto e solidariedade vão sendo construídas no território. Para o autor, “O bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais; com ele ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para entender suas necessidades cotidianas” (CERTEAU, 1996, p. 46).

Essas relações afetivas e solidárias vão também constituir uma identidade comunitária. Nos termos de Pollak (1992):

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 05).

Os vínculos que as pessoas fazem com seus territórios são resultados de sua história, das lutas diárias empreendidas pelos sujeitos e grupos. Portanto, quando um grupo de moradores ocupa o espaço e sua permanência se estabelece, constroem uma experiência que liga o indivíduo ao grupo, aos seus espaços de convivência. Pelas vivências vão forjando nos moradores que ocuparam o espaço, sentimentos de pertencimento ao lugar. Compreendemos que no território da Vila Jardim se desenvolvem relações em torno a um conjunto de significados comuns, das mesmas vivências compartilhadas, ou seja, a constituição de um lugar, a dimensão afetiva dada ao território.

Na narrativa de Seu Miguel, o lugar está presente de diversas formas. Quando iniciou sua fala, prontamente quis ressaltar que foi o 1º morador a “invadir” o local. Em determinado momento, ele deixou bem claro que as

peças o procuravam para iniciar a ocupação, construindo as casas rapidamente, uma vez que, ele demonstrou ser possível construir a sua casa sem resistência alguma.

Para os moradores da Vila Jardim, o lugar tem um significado que se incorpora à própria identidade. Gonçalves (2007, p. 29) traz para análise dois aspectos fundamentais, quando se refere a lugar: “comportamentais de ação-transformação e de identidade, de lugar simbólico, identidade do sujeito com o espaço, na qual se incluem os processos afetivos, cognitivos e interativos”.

No entendimento de Carlos (2007), o lugar guarda em si seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição, enquanto movimento da vida possível de ser apreendido pela memória através dos sentidos e do corpo, ou seja, as memórias são importantes registros vividos. Gonçalves (2007, p. 28-29) destaca que “um sujeito, ao apropriar-se de um lugar, com o tempo, deixa sua marca e, ao transformá-lo, inicia um processo de reapropriação com o ambiente”.

Compreender as narrativas do lugar significa compreender o que acontece no espaço vivido. O lugar é um espaço construído, resultante da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, produzem e usufruem.

A seguir, analisa-se outro tópico emergente nas narrativas de Seu Miguel, o reconhecimento dos vínculos afetivos que ligam as pessoas ao lugar. Nenhum lugar é neutro, mas repleto de histórias, memórias e com pessoas historicamente situadas num tempo, num espaço. “Cada lugar, é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1996, p. 273).

Seu Miguel faz parte desse lugar, a família que ele constituiu na Vila Jardim é fruto desse lugar. Lugar refere origem, relações que foram sendo construídas. A partir desse ponto, vamos tecer essas memórias sobre o lugar, para que possamos entender, mais adiante, como está o lugar da Vila Jardim atualmente. Como já afirmamos, nosso intento de pesquisa não é apontar culpados ou inocentes em relação ao espaço ocupado, mas trazer à luz as memórias subversivas presentes na Vila Jardim.

Mas, de que Parque estamos falando? Por que esse Parque faz parte da história do Senhor Miguel e sua família? Na tese de Fábio Ortolano (2019), ele

entrevista Julio Jomertz, gestor do PNMR na época, que relata o significado do nome do Parque.

O nome Parque da Ronda, em referência às cascatas homônimas, deve-se à área circundada pelas fendas que se formam no solo e o córrego dessas quedas d'águas, onde, no passado, os tropeiros deixavam os gados pastando, perfazendo um espaço de vigia desses animais. (Júlio Jomertz, 51 anos, coordenador de gestão do Parque). (ORTOLANO, 2019, p. 115).

Já Freitas *et al.* (2012) apresenta o PNMR por meio dos decretos e leis de criação, além de uma breve caracterização física do local:

O Parque Natural Municipal da Ronda é uma Unidade de Conservação Municipal de São Francisco de Paula e está situado na sede do Município. Possui uma área de 1.448 ha e foi criado pelo Decreto Municipal nº 1.671, de 29 de fevereiro de 1996, atualmente substituído pela Lei Municipal 2.425/2007. O Parque inclui áreas de Savana Gramíneo Lenhosa, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista, ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/08). (FREITAS *et al.* 2012, p. 126).

Rosa (2015) apresenta o Parque da seguinte forma:

O Decreto Municipal nº 1.761/1996 criou o Parque das Cachoeiras e estabelece o Parque Ecológico Municipal, sendo este revogado e substituído pelo Decreto Municipal nº 166/2006, que cria o Parque da Ronda. Posteriormente, através da Lei Municipal nº 2.425/2007, ele passou a receber a denominação de Parque Natural Municipal da Ronda. A área é administrada pela Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, através da Secretaria de Proteção Ambiental – SEMPA. (ROSA, 2015, p. 10).

As três visões sobre a formação do PNMR apresentam que a história pode ser construída de acordo com o olhar, o foco e a interpretação de cada pesquisador. No entanto, nas memórias do Seu Miguel o Parque da Ronda ganha descrição afetiva, das memórias familiares e com destacada beleza cênica: “[...] a Ronda foi um lugar muito bonito, quando eu tinha 10 anos eu nadava nas cachoeiras, meu pai fazia churrasco lá, as pessoas frequentavam nos finais de semana”.

Seu Miguel aponta o Parque de sua infância como um lugar de memória. As memórias de Seu Miguel relacionam o contexto físico, social e cultural do lugar. Tuan (1980) aponta que, entre os ambientes significativos, encontram-se as categorias de espaço e lugar, que são indicados pelas experiências comuns. Para o autor, o espaço é a liberdade e o lugar é a segurança que os sujeitos vão criando no/com o ambiente.

Gonçalves (2007) defende que o lugar é carregado de emoções, pois, é nesse ambiente que as marcas são postas e as lembranças tomam as proporções da subjetividade, ou seja, lugar e subjetividade se entrelaçam pelas vivências. Na narrativa de Seu Miguel ele atribui significados ambientais, familiares, afetivos e comunitários ao lugar: “O Parque sempre foi muito bonito, as águas, o mato, meus filhos brincaram muito lá! Pena que tá abandonado, na Vila Jardim eu fiz muita amizade, fazíamos churrasco lá”.

Seu Miguel, ao retratar suas memórias com o lugar, vai realizando uma narrativa subjetiva em relação ao lugar. Para Tuan (1980) esse aspecto afetivo significa topofilia. A palavra ‘topofilia’ é um neologismo útil quando definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente” (TUAN, 1980, p. 106). Nas memórias de Seu Miguel as memórias em relação ao Parque são impregnadas de afetos:

Eu lembro que quando eu era pequeno tinha um pneu na estrada [...], eu escondi o pneu lá no parque e cheguei em casa bem faceiro. Eu falei pro meu pai que tinha achado um pneu e o meu pai já desconfiou. Aí meu pai foi lá e pediu para trazer o pneu e esse pneu na verdade era de uma borracharia e eu queria brincar no parque com pneu e meu pai foi lá me fez devolver o pneu. Naquela época o meu pai era bem bravo [...]. Hoje em dia as crianças fazem o que querem com os pais [...]. mas, eu me lembro disso, queria brincar muito no parque com o pneu. Meu pai trabalhava no mato, serraria enquanto ele trabalhava, meus irmãos e eu brincávamos no parque, na cachoeira, a gente atravessava correndo aquele parque [...]. Hoje bem na entrada da Vila, sabe onde tem aquele portão? Era tudo mato, a gente atravessava e escapava para brincar e lá de longe escutava o barulho da serraria. A gente vinha correndo esperar o pai. (Seu Miguel).

A espiral dialética vai tomando forma. Aos poucos vamos conseguindo perceber as relações de afeto e lugar, os contextos de experiência, a imbricada relação entre memória, ambiente, lugar e paisagem.

Ainda falando do lugar, Seu Miguel traz outro tópico à análise: a “periferização” do lugar. Jovchelovitch (2013) nos ajudará a entender esse conceito/fenômeno da periferização ou favelização. Meu objetivo é fazer emergir questões referentes ao processo de periferização da Vila Jardim e quais foram os possíveis “gatilhos” que motivaram esse processo.

Jovchelovitch (2013) vai nos ajudar a entender esse universo da periferização ou favelização do lugar, nos provocando a entender os cenários



entre os indivíduos e seu ambiente, o imaginário que percorre as percepções dos moradores da Vila Jardim.

- “Nossa, era lindo lá!”. No ir e vir das memórias, deparamo-nos com lembranças que vão provocando e aguçando essa escuta/escrita dialética. São lembranças de infância, de afetos, amores, cheiros, sentimentos. Certamente isso foi provocado em Seu Miguel quando relembrou um Parque bonito, limpo e romântico.

Não obstante, no contexto da entrevista, Seu Miguel foi provocado a lembrar sobre como começou a periferização na Vila Jardim. Esse aspecto é muito importante à pesquisa, pois essas análises sobre as condições e vulnerabilidades da VJ não estão presentes nos documentos oficiais.

Seu Miguel vem trazendo, em sua narrativa, lembranças afetivas positivas em relação ao lugar, ao Parque, mas quando provocado a narrar sobre a Vila Jardim atual, ele traz à memória o processo de abandono do lugar:

Lá no parque tinha uma usina de lixo. Isso foi entre 1985 a 1995. Eu tenho um sobrinho meu que trabalhou lá até o final do lixão. Lá não era uma reciclagem. Lá era uma “porquice”! Lá não tinha nada de aterro. Eu lembro que todo o lixo da cidade era colocado lá! As pessoas vinham e colocavam. **Eles** não reciclavam nada! Pegava o que tinha vendido e o resto deixava tudo lá! O lixo vai cair na água [...]. Provavelmente, a Prefeitura que contratou essa empresa de reciclagem, mas eles não reciclaram nada, jogavam nos cantos. Eu acredito que na época era o Dr. Sérgio [o prefeito], mas não deu muito bem porque depois voltou o Dr. Colla. Mas era da prefeitura todo o lixo da cidade. (Seu Miguel – grifos nossos).

Temos nessa narrativa a associação do Parque ao lixão instalado e autorizado pela própria Prefeitura. Cabe questionar: Uma Prefeitura instalaria um lixão no centro da cidade? O processo de periferização do lugar parece introduzir-se com a instalação do “lixão” que, até hoje, evidencia um passivo ambiental, uma degradação ao Parque sem remediação. Nota-se um processo de abandono do PNMR.

Quando Seu Miguel recorda do “lixão” ele aguça memórias que deviam ter ficado no esquecimento: “Lá não era uma reciclagem, lá era uma “porquice”! Ele revela uma dissonância entre o que a Prefeitura dizia ser o “lixão” e o que de fato era. “Lá não tinha nada de aterro, eu lembro que todo o lixo da cidade era colocado lá!”. Para Tuan (1980) esse sentimento está relacionado à

topofobia no lugar, que diz respeito às emoções desagradáveis em relação ao lugar.

As memórias de Seu Miguel deflagram o descaso da gestão pública em relação ao Parque e à VJ. Segundo ele, havia cumplicidade com o abandono e a degradação do PNMR:

Quando ocorreu aquele temporal que passou pela Vila Jardim, Vila Izabel aquele tufão, tornado<sup>7</sup> que dizem, ele passou no Parque levantou um monte de lixo, sacolas, Brasilit, pedra, garrafa, coisa que estava enterrado, e fez um buraco lá, muito lixo, muito lixo no Parque. Pronto, virou todo o Parque! A prefeitura começou nos anos 80 e 90 a botar lixo no Parque. A Prefeitura não cuidou do Parque. Os moradores vão cuidar? Acho que não! (Seu Miguel).

O “descontentamento”, a interrogação é feita desde uma perspectiva crítica em relação ao Estado e suas lógicas de esquecimento, apagamento, em relação à ausência de políticas públicas no território. Para Halbwachs (1990), a importância de uma memória política é que busca problematizar essas narrativas sobre as camadas de memória.

Seu Miguel está falando de um lugar de identificação profunda com o território, desde um território existencial, de apego ao lugar, que o distingue das “outras pessoas” que foram operando sobre o território. Bosi (1994, p. 411) comenta que “por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda ele é memorizador, e das camadas do passado o que tem por acesso pode reter objetos que são para ele e só para ele”.

Ele denuncia as elites políticas, a ausência de consciência ambiental e compromisso da gestão pública em relação ao Parque, uma Unidade de Conservação incrível e de inestimável valor ambiental ao município. Ainda, ele chama atenção para um elemento fundamental na cultura política, a pedagogia pelo exemplo: “A prefeitura começou nos anos 80 e 90 a botar lixo no Parque. A Prefeitura não cuidou do parque. Os moradores vão cuidar?”. As vozes individuais expressam experiências pessoais e, ao mesmo tempo, revelam a matriz institucional da vida [...] mostram que a favela (periferia) é um território de perdas e de sofrimento para o Eu”. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 207).

---

<sup>7</sup> A comunidade foi vítima do “tornado” que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017. Muitas casas vieram abaixo, o ginásio e a escola da comunidade foram inteiramente destruídos e, atualmente, muitos moradores ainda esperam pelas reconstruções de suas moradias. (PADILHA *et al.* 2019, p.105).

O território é “uma variável importante na definição do mundo na vida na favela (periferia), que demonstra a heterogeneidade das comunidades populares, bem como a importância do lugar para **circunscrever e definir a experiência humana**” (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 207 – grifo nosso).

Como sugere nosso gesto metodológico, a “memória política é um acontecimento narrativo **em tensão com a oficialidade** histórica de fatos construídos no registro da intencionalidade” (HERNANDEZ, 2020, p. 21 – grifo nosso). Nesse sentido, a experiência narrativa é psicopolítica.

Para Pollak (1992):

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201).

O fenômeno da memória vai muito além da mera capacidade de lembrar-se de fatos passados. Bosi (1994) rejeita a ideia da memória puramente individual, uma vez que, não se pode desconsiderar o contexto vivido pelo sujeito que é convidado a pensar sobre o que viveu. A memória, portanto, é coletiva, difundida e alimentada na convivência com os outros, produzida pelos discursos e pelas representações que propõem uma identidade ao grupo (BOSI, 2003).

Ao tomar a experiência histórica de sujeitos ou grupos ligados a um tempo e espaço, podemos evidenciar as relações que estes trazem do passado e reelaboram no presente. Para Hobsbawm (1998), estudar o passado é uma necessidade presente nos tempos atuais, que privilegiam muito mais o efêmero, a novidade, em detrimento do passado humano. Para ele, conhecer a história de vida de um povo significa a construção e afirmação de uma identidade histórica e cultural: é sabermos de onde viemos, quem somos.

A 1ª geração nos trouxe as percepções de como tudo começou na Vila Jardim. A partir de suas memórias, Seu Miguel nos contou sobre a “invasão” da Vila Jardim, a 1ª casa, sua relação de afeto com o Parque da Ronda, memórias da infância e da família. Vimos como um território se transforma em lugar, mediante o apego, o sentimento de pertença, os processos de identidade. Suas

memórias deflagraram, ainda, os conflitos, as cisões com a paisagem, as tensas relações de poder entre o centro e a periferia, sendo essa o lugar de depositar o “lixão”.

Assim, memórias subversivas são aquelas que se inscrevem no presente, mas são mais do que vestígios do passado. As memórias subversivas são ocupações narrativas em disputa. Memórias subversivas são narradas por sujeitos comuns, os únicos capazes de situar os acontecimentos em nome próprio, em primeira pessoa. Memórias subversivas subvertem a produção de esquecimentos, mantendo acesa a indignação, a luta e a consciência política de um sujeito, de um grupo ou de uma comunidade, assim como aponta Bosi (2003, p.18) “cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”.

#### 4.2 2ª GERAÇÃO: PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA

A partir desse ponto vamos iniciar as análises sobre as memórias da 2ª geração que vai nos apresentar outro olhar sobre a Vila Jardim, um olhar mais contemporâneo, de quem já viveu as transformações do lugar e, atualmente, denota uma postura política em defesa do lugar.

A 2ª geração está presente na figura da filha do Seu Miguel, Magreane da Silva Hoffmann, 28 anos, nascida em São Francisco de Paula. Atualmente ela e sua família moram em Campo Bom (RS). Nascida e criada em SFP ela traz, em suas memórias, as lembranças de uma Vila Jardim que seu pai contou para ela, carregada de afetos.

O ponto alto que destaco na narrativa de Magreane, é seu posicionamento político; em sua fala, nota-se que as memórias partem de seu relacionamento com os moradores da Vila Jardim, que a escolheram como uma liderança comunitária.

Como já apontamos no gesto metodológico, o sujeito é o centro do espiral dialético, fazendo os movimentos contínuos das lembranças. Magreane inicia narrando como surgiu a Vila Jardim, ela busca as referências que foram passadas pelo seu pai Seu Miguel, “não tinha casa lá, era só mato, meu pai foi

o primeiro a invadir”. Conforme Sandoval e Silva (2016) a memória deriva das percepções, emoções evocadas pelas experiências passadas.

Já problematizamos a diferença entre os fenômenos da invasão e da ocupação, mas em suas narrativas, tanto Seu Miguel, quanto Magreane nos apresentam uma “consciência da invasão”. Em suas narrativas, sabem que o espaço era da União e pertence ao Parque Natural Municipal da Ronda: “meu pai foi o primeiro a invadir”. Destacamos esse excerto, pois entendemos que ali começa a “**consciênciação** política” da Magreane. Seu pai representa o início de tudo – a tomada de consciência de luta por moradia - que se materializa na **ação** da invasão, possibilidade de moradia urbana para aqueles que não têm um teto, um lugar para chamar de seu. Nesse sentido, cabe um posicionamento político-epistemológico quanto à invasão *versus* ocupação. Seu Miguel e Magreane usam o termo invasão, mas sabemos que esse termo sugere ilegalidade. Trataremos o fenômeno como uma ocupação urbana, pois reconhecemos o direito legítimo e constitucional à moradia.

Essa **consciênciação**, segundo Freire (2005) é o processo de formação de uma consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade. Nesse processo de ação, os sujeitos se reconhecem no mundo e com o mundo. A consciência política nasce da tessitura entre a consciência de si, as memórias e os lugares, é essa tríade que fortalece o posicionamento político.

Para Halbwachs (2006) e Bosi (1994) a memória está na fronteira entre a individualidade e a coletividade, mas ali permanece, não cruza para nem para outro. Envolve as vivências cotidianas e os condicionamentos estruturais que vão sendo construídos entre os sujeitos e grupos.

Percebemos que a 2ª geração apresenta uma postura política frente as transformações que ocorreram na Vila Jardim e o PNMR, em sua narrativa, Magreane busca se posicionar de forma consciente sobre o lugar, sabendo que a ocupação da Vila Jardim ocorreu de forma “ilegal”, pois como ela aponta: “ali era da União”. Porém, ela entende que a ocupação da Vila Jardim proporcionou aos moradores o direito à moradia.

Sandoval (2016) sugere que a consciência política depende da identidade coletiva, em que os sujeitos e grupos manifestam sentimentos de pertença e bases de solidariedade. Para o autor, identidade coletiva é aquele momento em que o sujeito escolhe prioridades para focar sua lealdade e

solidariedade, formulando uma categoria social específica, no processo de se tornar um ator mais politizado. Nesse sentido, Magreane abraça a “causa comunitária”, escolhida por seus pares, aceita ser uma liderança e lutar pelas demandas da VJ junto ao poder público.

Segundo Lefebvre (2008), o lugar deve ser identificado pelos moradores como um local vivido, onde as identidades e memórias precisam ser significativas para a compreensão de luta pelo espaço. Lefebvre (2008) defende que, lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença, é propor um novo modo de produção do espaço urbano, capaz de romper com o desenho urbano que segrega e exclui a classe trabalhadora. O autor ainda levanta a discussão sobre a produção social do espaço em que ele se concentra em analisar sobre as relações dos espaços concebidos: o espaço vivido e o espaço percebido.

Para podermos adentrar nessas questões do espaço percebido, vivido, vamos situar alguns aspectos importantes e atuais à compreensão da Vila Jardim. Para tal, trazemos dados secundários oriundos das pesquisas que vêm sendo realizadas pelo ObservaCampos<sup>8</sup> na UERGS Hortênsias. A Vila Jardim é formada por “130 lotes, com aproximadamente 250 famílias, que ocupam a área há 20 anos, considerando as primeiras ocupações” (PADILHA *et al.*, 2019, p. 104), estima-se a presença de, aproximadamente, 900 pessoas residindo na Vila. A comunidade está localizada às margens da Rua Benjamin Constant. Os sinais de abandono público são marcantes. O terreno é baixo e acidentado, não se verifica a menor tentativa de planificação de rua, as habitações são dispostas de forma aleatória. De acordo com Padilha *et al.* (2019):

A comunidade é considerada de alta vulnerabilidade social, dadas as condições de falta de saneamento, casas de madeira sem infraestrutura adequada, baixos níveis de escolarização, alto índice de desemprego e dificuldades de inclusão social por questões de renda, classe e raça, além de outras interseccionalidades (PADILHA *et al.*, 2019, p. 105).

Esses dados coletados na pesquisa sobre Vila Jardim em 2019, problematizam a vulnerabilidade e precarização dessa comunidade no decorrer do processo de ocupação urbana. Maricato (2001, p. 39) refere que processo

---

<sup>8</sup> O ObservaCampos produz dados primários e inéditos em relação ao Parque Natural Municipal da Ronda e Vila Jardim, dados que não se encontram disponíveis em bases de dados públicas, a exemplo do site da Prefeitura Municipal, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade ou IBGE.

de urbanização “se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”.

Ainda sobre a pesquisa desenvolvida por Padilha *et al.* (2019), no que se refere à formação social da Vila Jardim: “Os resultados indicam que as famílias são formadas majoritariamente por mulheres adultas, crianças e jovens, sendo lideradas por mulheres que, em poucos casos, contam com a participação de homens adultos enquanto cônjuges”. (PADILHA *et al.* 2019, p. 110).

Nas comunidades periféricas, a presença da força feminina como provedora de seu lar é inegável. Uma pesquisa desenvolvida por Freitas *et al.* (2012, p. 129) reforça a tese da presença da mulher na comunidade, “as entrevistas foram feitas com 138 pessoas, das quais 56% eram mulheres, a maioria entre 40 e 50 anos, morando no local há cerca de 20 anos.”.

Nesse universo da Vila Jardim, os sujeitos históricos que lutam pelo seu espaço, ainda têm um grande desafio a ser superado todos os dias, que é o desemprego e os baixos salários:

As responsáveis pela subsistência das famílias são as mulheres que, em sua maioria, ocupam postos de trabalho informal, sem ter assegurado seus direitos trabalhistas. Os homens adultos evidenciam a grave situação de desemprego que acomete a região, sendo que a maioria trabalha com “bicos” (trabalhos esporádicos) e não asseguram o provimento de renda média mensal familiar. A renda média mensal das famílias se aproxima aos R \$920,00, renda muito baixa para famílias compostas por 4 a 5 membros. (PADILHA *et al.*, 2019, p. 110).

Essa questão de renda trazida pelos autores, é um fator importante para definir a capacidade de acesso da população aos bens de serviço de educação, saúde, alimentação, lazer e recreação, transporte e habitação. Observa-se nos dados que a renda familiar é baixa, pois a maior concentração é inferior a um salário mínimo.

Nessa esteira, Santos (1978, p. 101) reflete que “A justaposição da população urbana com uma grande massa de desempregados, que cresce continuamente, não tem função específica na sociedade urbana e acima de tudo rompe suas ligações com a sociedade rural”. Sem dúvida a modernização é responsável pelo desenvolvimento do subemprego, principalmente pelas formas assumidas, em que a absorção da mão-de-obra deve ser especializada.

A pobreza da Vila Jardim é bem sintetizada por Santos (1978, p. 28) “os pobres participam apenas parcialmente do mercado de trabalho”. Nesse sentido, Paulo Freire (1983, p. 61) diz que “os oprimidos não são marginais à sociedade global, porque esta não pode ser definida sem os pobres”.

Essas condições são reflexo do descaso do(s) poder(es) público(s) em relação às comunidades periféricas. Essa ausência de políticas públicas denota invisibilidade político-cidadã e traz, como consequência, a precarização da vida comunitária, a privação de acesso a bens e serviços públicos. Essa condição de pobreza reflete as relações de exclusão que conformam, desde a colonização, o Estado brasileiro. A periferia “encarna” as opressões do sistema excludente.

Quanto às condições de estrutura, saneamento e acesso às políticas públicas, as moradias têm acesso à água e luz, proveniente do abastecimento feito por empresas privadas contratadas, mas enfrentam um grave problema de saneamento e esgotamento, sendo esse um problema que acomete o município, pois segundo dados do IBGE Cidades (2010), São Francisco de Paula só conta com 58% de esgotamento sanitário. (PADILHA *et al.*, 2019, p. 111).

Como analisar a preservação ambiental, uma vez que, os moradores não têm o mínimo de assistência aos equipamentos públicos, que são oferecidos, a outros bairros da cidade? A pesquisa feita por Freitas *et al.* (2012), já referida aqui, fala sobre o acesso ao saneamento básico, que é o princípio mínimo da dignidade humana.

Quando questionadas sobre a existência de esgoto canalizado, 43% responderam não possuir. Os que possuem, em geral, não sabem qual é a sua destinação. A falta de saneamento básico é sem dúvida prejudicial aos cursos de água ali presentes, tais como o Arroio Rolantinho da Areia e demais componentes da sua microbacia, bem como ao solo, os quais estão recebendo forte carga de efluentes. (FREITAS *et al.*, 2012, p. 129).

Entendemos que as precárias condições de urbanização e saneamento básico colaboram para a degradação ambiental do Parque Natural Municipal da Ronda. Com esses dados agregados às análises vamos compreendendo as relações e exclusões presentes na Vila Jardim. Como já expusemos, o espaço/lugar é um produto social construído em relações, atado à realidade social, ou seja, o espaço não existe em si mesmo, ele é produzido.

Em uma pesquisa sobre memórias políticas e subversivas como a nossa, partimos do conceito de vivido. Lefebvre (2000), entende que o espaço



vivido, a produção do espaço é a experiência vivida do espaço, essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana.

Nesse sentido, as relações que os moradores da Vila Jardim vão produzindo entre si e com o ambiente são a base da produção de seu próprio espaço. “A produção deste espaço é, antes de qualquer coisa, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais [...], que lutam pelo direito à cidade”. (CORRÊA, 1989, p. 30).

Na Vila Jardim vemos a persistência da ocupação humana em uma área de preservação ambiental, a luta dos moradores pelo direito à moradia, mesmo tendo de enfrentar cotidianamente as situações adversas já descritas: condições de pobreza e precarização da vida, ausência de serviços básicos e políticas públicas, degradação ambiental, descaso e invisibilidade pelo poder público e até mesmo por outras comunidades.

Apresentamos até aqui alguns dados sociodemográficos que auxiliasse na compreensão da Vila Jardim, trazendo algumas pesquisas já realizadas neste território. Agora, seguiremos analisando as memórias políticas, com a premissa de contrapô-las à história oficial.

As narrativas de Magreane denotam uma postura política em relação à VJ. A atuação política de Magreane, sua participação ativa em reuniões e conselhos como representante da comunidade foi fundamental durante a discussão da regularização fundiária na Vila Jardim: “teve um momento que eles (vereadores, políticos e Prefeitura Municipal) pediram uma reunião para tratar sobre os lotes da Vila. Tinha muita gente nessa noite.”. Segundo Magreane, essa reunião ocorreu devido a “boatos” sobre a expulsão dos moradores da Vila Jardim, movimento que foi alimentado por um vereador atuante na Vila Jardim na época do conflito. Nesse cenário político as emoções afetam diretamente as tomadas de decisões, para Magreane havia um grupo de exaltados na reunião:

[...] um grupo de pessoas que não queriam participar das reuniões, eles diziam que não sairiam de jeito nenhum da Vila, mas não era essa a discussão, né! Na verdade, algumas pessoas começaram a falar que a Vila tinha que sair dali; isso foi bem no período eleitoral, não lembro muito bem quem era o político, mas se elegeu. (Magreane).

Magreane se propôs a estar e fazer parte desse movimento político por sua comunidade, isso não surge do vazio. As relações que a Magreane criou surgem das relações que seu pai constituiu na Vila Jardim, uma relação afetiva, psicopolítica e identitária em relação a si mesma, à sua família e aos moradores. Para Sandoval (2016) as emoções têm um papel fundamental na consciência política. Para o autor as emoções emergem das experiências vividas dos indivíduos como forma biopsicológica de marcar as experiências nas memórias das pessoas (SANDOVAL, 2016).

A atuação de Magreane nas reuniões da comunidade e junto a instâncias de representação da Vila Jardim, a coloca como protagonista ativa em três cenários: em seu próprio processo de subjetivação, na família e na comunidade. Pois ela é uma liderança, assume esse papel de representação política da comunidade, para sua família ela representa a força da mulher, para a comunidade a representação está na figura de uma mulher atuante nos debates políticos.

Essa politização coloca Magreane no centro da discussão política da Vila Jardim como, por exemplo, na luta por equipamentos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Posto de Saúde, Escolas, que os moradores acabam acessando no bairro Santa Isabel, que fica em frente à Vila Jardim:

É uma luta constante para nós moradores sermos ouvidos, vamos nas reuniões na Câmara e eles [vereadores] só prometem. Cansa, né?! Agora, quando precisamos do Posto, CRAS, as pessoas da Santa Isabel sabem que somos da Jardim, ficam nos olhando diferente. (Magreane).

Esse olhar diferente que Magreane aponta faz referência à dissonância entre o “nós *versus* eles”, que seu pai já definiu em outro contexto narrativo.

Na parte de cima da Vila Jardim só tem trabalhadores, mas no fundão tem bastante famílias em vulnerabilidade social. Acho que são **eles** que, quando vão no Santa Isabel [bairro ao lado da Vila] as pessoas olham diferente. (Magreane).

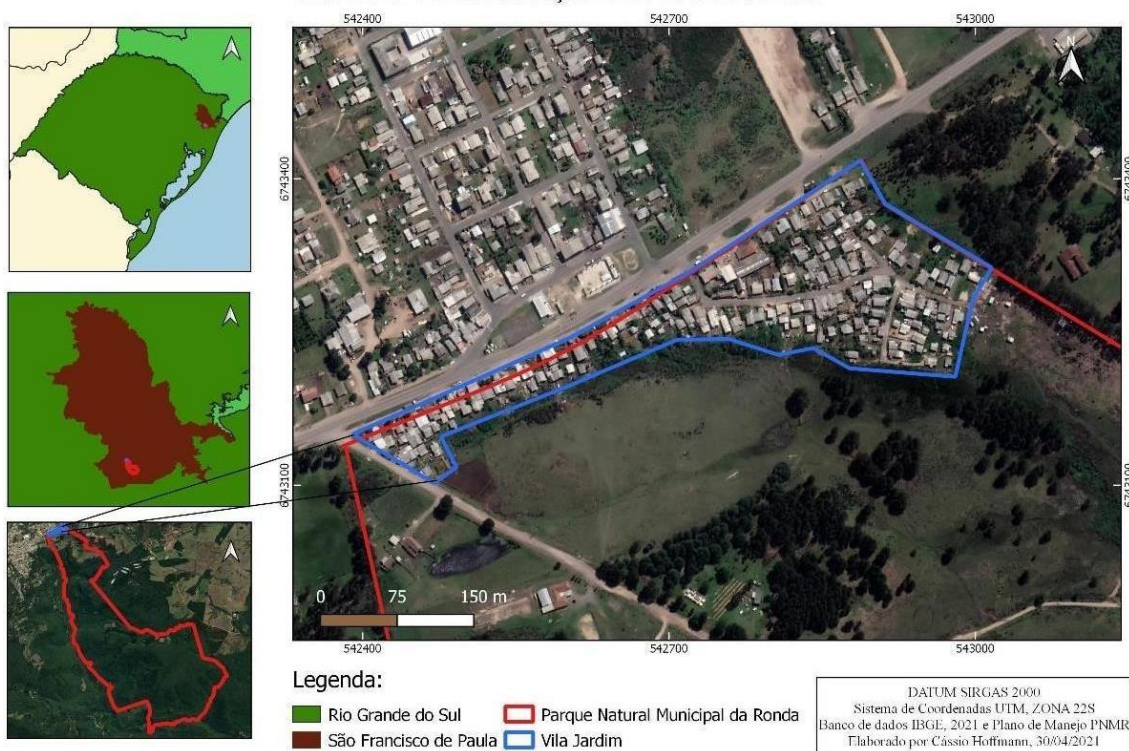
Essa narrativa nos coloca diante de uma problematização do território. Como se dá essa representação social dentro da comunidade? A própria geografia da Vila Jardim imprime uma marca, uma diferença, um estigma aos moradores. O “eles” novamente aparece nas narrativas: os “de cima” são os

trabalhadores, os “do fundão” são os pobres que, conseqüentemente, são alvo de maior preconceito. Trata-se de uma forma de “divisão” na Vila.

Como a Vila Jardim é nosso objeto de estudo, entendemos que essa cisão identitária acabou sendo criada no decorrer de sua formação geográfica. As primeiras famílias foram ocupando a parte “de cima” mais perto da estrada, ao bairro Santa Isabel, com melhor acessibilidade e mobilidade em relação à cidade e ao Parque Natural Municipal da Ronda. O “fundão” foi sendo ocupado por famílias que vieram depois, ficando numa parte de declive e mais próxima ao banhado, que hoje é um córrego de esgoto.

Na Figura 11 está a localização da Vila Jardim, destacada pelo tracejado em azul, situada dentro da poligonal do PNMR. Os lotes e casas localizados na “beira da faixa”, frente à rodovia, são “os de cima”, “os trabalhadores”, são as casas com melhor acessibilidade e localizadas em frente ao bairro Santa Isabel. Observa-se, ainda, as que estão atrás, as do “fundão”, os mais “pobres”.

Figura 11 – Mapa de Localização da Vila Jardim, São Francisco de Paula/RS



Fonte: Cássio Adílio Hoffmann Oliveira, acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos (2021).

Porém, as pesquisas realizadas pelo ObservaCampos não apontam diferenças significativas entre os moradores da Vila Jardim em termos de condições de trabalho, renda, acesso às políticas públicas etc. Nesse sentido, Magreane apresenta muito bem sua posição política frente às necessidades da Vila Jardim, ela deixa claro que a Vila Jardim tem muito potencial:

Se tivesse investimento aqui, os moradores poderiam ganhar com o turismo com o Parque da Ronda, por exemplo, poderia gerar emprego e renda. As famílias poderiam ter uma ocupação, mas a comunidade participa pouco. (Magreane).

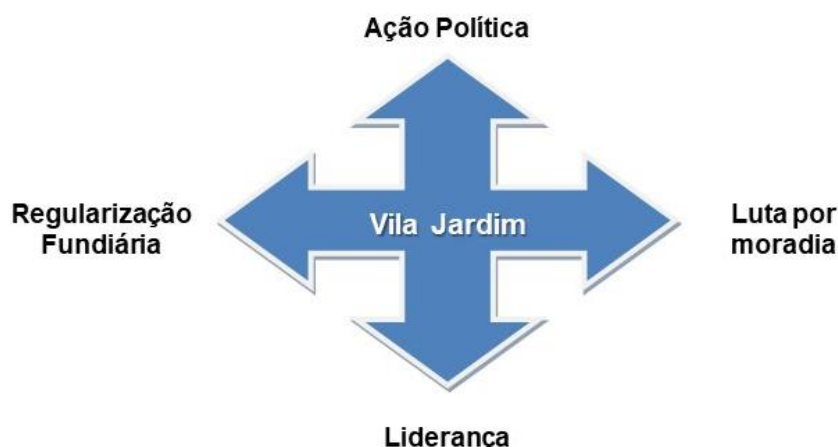
Entendemos que o espaço vivido entre os moradores da Vila Jardim pode ser definido como espaço de relações de aproximação com o PNMR. Quando Magreane mostra o potencial turístico do PNMR está sinalizando as possibilidades de melhorias na Vila Jardim, em termos socioambientais e na geração de trabalho e renda. Esse apontamento de Magreane é, também, um tensionamento ao poder público municipal, no que tange às políticas públicas para a PNMR e Vila Jardim.

Quando Magreane aponta a relação da Vila Jardim com o bairro Santa Isabel, no uso das políticas públicas ali ofertadas e ausentes na Vila, entendemos que já na denominação, os dois lugares se diferenciam. Apenas separados pela “faixa” [rodovia], um é considerado bairro, o outro é Vila. A todo o momento a realidade afirma: a Vila Jardim é uma “invasão”.

Os espaços, suas denominações e ausências são questões referentes às representações sociais que vão sendo elaboradas, difundidas nos imaginários sociais, que são simbólicas, linguísticas, mas produzem materialidades, estruturas e exclusões: “Ah! Eles acham que somos vileiros, porque moramos em uma invasão e não temos nada aqui, usamos a Vila Isabel para as coisas” (Magreane). Nesse caso, “as coisas” se referem ao acesso a bens, serviços e políticas públicas ausentes na Vila Jardim.

Nosso intento é político-epistemológico, então, não podemos deixar de apontar essas questões referentes à determinação de condicionantes simbólicos, sociais e econômicos que afetam as relações comunitárias, pois essas representações marcam condições de segregação social, como já expusemos.

Figura 12 - O processo de Conscienci**Ação**



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Como vimos a 2ª geração, já inserida no contexto social da Vila Jardim, se caracteriza pela dimensão da luta pela permanência, pela regularização fundiária, evitando o despejo e lutando por melhores condições de vida daquela população, exigindo o que lhes é de direito.

Magreane é uma representante política que tem consciência de seu papel, conhece as pautas e demandas da comunidade. Ela representa a Vila Jardim em diferentes espaços e fóruns políticos, fazendo assim, que a consciência política se materialize em ação.

Toda ação política promovida pelos moradores da Vila Jardim, buscavam o que já mencionamos - a permanência em seu espaço -, através de todas as manifestações que a Magreane provocava em sua comunidade, o seu intento era de garantir que a sua família e seus pares permanecessem na Vila Jardim.

Por isso, passamos a fazer aqui uma breve contextualização sobre a regularização fundiária realizada na Vila Jardim – luta relatada pela Magreane. A regularização fundiária sempre foi almejada por aqueles que lutam pelo direito à moradia. Os moradores da Vila Jardim travam essa luta em sua historicidade. Magreane fez parte desse espiral dialético, e ela junto a seus pares, lutou pela permanência na Vila Jardim.

Entendemos que esse processo histórico de luta pelo direito de existir acompanha os moradores da Vila Jardim há muitos anos, e como já apontamos, a família Hoffmann faz parte da história, porém, é necessário agora

descrever como iniciou o processo de regularização fundiária por meio da Regularização Fundiária Urbana (REURB) e os atores envolvidos.

A REURB é o procedimento através do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas zonas urbanas, garantido na Lei Federal 13.465/17

Em 27 de Junho de 2017, através do Ofício PGM n. 48/2017, a Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula enviou um ofício ao Superintendente do Patrimônio da União, Antônio Carlos Nunes Jung, com o seguinte assunto “Inquérito Civil n. 1.29.002000036-2016-75 (**ANEXO 2**), onde o Prefeito Municipal de SFP, Marcos André Aguzzolli, solicitava:

[...] uma proposta para regularização das famílias de baixa renda que ocupam parte da área cedida pela União ao Município para a instalação e a manutenção do Parque Municipal da Ronda. (Ofício. 48/2017. São Francisco de Paula, RS, 27 de Junho. 2017. Assunto: Inquérito civil, p. 01).

Esse documento/ofício é importante para a historiografia da Vila Jardim, pois aponta, como ocorrem os procedimentos de regularização fundiária. No ofício, a Prefeitura Municipal de SFP se utiliza de dados do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda, elaborado pela empresa GEOPROSPEC Geologia e Projetos Ambientais em 2012. Um Plano de Manejo que para a área técnica socioambiental já estaria bastante desatualizado, mas que em última medida mantém algumas características socioeconômicas da Vila Jardim, ainda preservadas. Importante ressaltar que o grupo de pesquisa ObservaCampos, apesar de ter um vasto repositório de informações sobre a VJ, não foi contatado.

A proposta da Prefeitura Municipal de SFP junto à União era a de excluir a VJ da poligonal do PNMR, e defende que “O custo de remoção e recuperação da área atualmente ocupada pela Vila Jardim é muito maior que o eventual ganho ambiental que a área representa ao PNMR, justificando sua exclusão do polígono atual” (Ofício. 48/2017. São Francisco de Paula, RS, 27 de Jun. 2017. Assunto: Inquérito civil, p.02). Nesse argumento a Prefeitura Municipal de SFP apresenta dados de 2012 do Plano de Manejo, indicando que a VJ teria 105 famílias, no entanto, os pesquisadores do ObservaCampos indicam que em 2019 haveria em torno de 130 lotes com mais de 250 famílias (PADILHA *et al.*, 2019).

O Ofício traz ainda outros argumentos para retirar a VJ da poligonal do PNMR:

Com a exclusão da Vila Jardim, o Município poderá isolar o restante da área do parque com cerca para evitar novas invasões e efetuar os investimentos recomendados nos estudos no que tange ao arruamento, esgoto, rede de água, luz e outros equipamentos necessários à melhoria dos moradores daquela vila. (Ofício. 48/2017. São Francisco de Paula, RS, 27 de Junho. 2017. Assunto: Inquérito civil, p. 04).

Obviamente que por traz desta preocupação com a preservação do PNMR e o investimento em infraestrutura da VJ, está outra questão que afetaria drasticamente os cofres públicos municipais. Qual o custo de uma nova área para realocar a comunidade da VJ? Manter a VJ onde está teria certamente um custo menor.

Ao final do ofício o Prefeito solicita que a União possa doar à Prefeitura, a área onde se encontra a VJ. O ofício traz outros argumentos para o convencimento da União, de que o Município estaria se desenvolvendo e que novas indústrias deveriam se instalar na cidade e isso tenderia aumentar a vinda de novas pessoas ao município, refletindo diretamente no aumento de infraestrutura habitacional. Nesse sentido sairia mais oneroso remanejar a VJ de onde ela se localiza.

Já em mãos da Advocacia Geral da União (AGU), a resposta dada via parecer técnico (**ANEXO A**), elaborado pelo Advogado Geral da União Marcos Weiss Bliacheris sobre a doação de área para a Prefeitura Municipal de SFP foi:

[...] que a parte da área ocupada pelas famílias de baixa renda fosse desmembrada da área do Parque e reservada para moradia como solução para a regularização das famílias. A área do Parque ocupada pelas famílias é conhecida como Vila Jardim e lá se encontram 112 famílias. No ofício, o Prefeito relata que o problema habitacional é grave no município e que existem outros assentamentos de famílias de baixa renda que vivem em situação de risco. Relata que a área necessita investimentos em infraestrutura para garantir moradia digna para as famílias. (PARECER N. 082/2020/CJU-RS/CGU/AGU. 2020, p. 02).

O parecer relata ainda que a regularização fundiária permitirá uma relação mais harmônica entre os moradores e a Unidade de Conservação, oportunizando ganhos ambientais. O parecer da AGU aponta que há uma discrepância dos dados apresentado pela Prefeitura:



Caso a autoridade que a assinou entenda que a presença de um número de famílias beneficiadas seja imprescindível, que se diga que pelo menos 112 famílias serão beneficiadas, permitindo que os demais 19 lotes sejam regularizados bem como a Prefeitura reconheça situações fáticas posteriores ou desconsideradas pelo documento de 2017. Mesmo que a Portaria acima nominada não esteja sob análise jurídica, dela decorre de forma direta o texto do Termo a ser firmado entre União e Município, razão pela imperativa sua alteração para se analisar a minuta a ser firmada. PELO EXPOSTO, dá-se parecer **DESFAVORÁVEL** à minuta apresentada, recomendando-se que seja retificada a Portaria que a fundamenta para que contemple todas as situações fáticas presentes na área a ser regularizada e, em consequência, a minuta sob análise jurídica. (PARECER N. 082/2020/CJU-RS/CGU/AGU. 2020, p. 06).

Após o retorno positivo da AGU, por meio da Portaria n. 3847/2020 (**ANEXO C**), o Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, resolve designar, a partir do dia 25/08/20, o grupo de trabalho técnico para atuar no processo da REURB. Importante salientar que nesse processo de regularização fundiária, a PM de SFP não utilizou os dados de pesquisa disponibilizados pelo ObservaCampos, contudo o Advogado Geral da União contactou as pesquisadoras do grupo de pesquisa e solicitou dados atuais sobre a VJ.

Para os moradores da Vila Jardim, o processo da REURB provoca sentimento de vitória, esperança e eleva a autoestima/afeto/amor pelo lugar, como salientado em algumas narrativas da Magreane.

Tais sentimentos se contrapõem a outros sentimentos que os moradores mais antigos da VJ já sentiram como, por exemplo, os termos pejorativos que a Vila era chamada “Vila Tripa” (mencionado tanto nos relatos do Seu Miguel quanto da Magreane). Na historiografia da Vila Jardim e do PNMR, eles são apontados como lugares hostis, perigosos e violentos.

A história do Parque nem sempre foi vista com bons olhos, nem pelo poder público gestor à época, nem pelos moradores da região. O que para algumas pessoas era visto como um espaço rico em belezas naturais, para outros era considerado apenas como um local perigoso e sem qualquer utilidade. (PESSOA, 2020, p. 51).

O alcance à regularização fundiária não andou sozinha e não teve somente o estímulo da Prefeitura Municipal, vários outros atores estiveram envolvidos. Um dos primeiros passos que deu início à regularização fundiária da VJ foi à implementação do Conselho Consultivo (CC) do PNMR. O CC achou importante que a área da VJ fosse desmembrada do PNMR, pois desta forma poderiam ocorrer serviços básicos de infraestrutura na Vila por parte da



Prefeitura Municipal, com foco principal no esgotamento sanitário e que o Parque, desta forma, pudesse prever a restauração das áreas do entorno, prevendo a maior preservação ambiental.

Na força-tarefa de regularização fundiária da VJ instituída pela Prefeitura Municipal de SFP, em 2020 foram promovidas visitas sistemáticas de um grupo de técnicos das áreas da Assistência Social, Desenvolvimento Social e Habitação e Meio Ambiente. Segundo informações constantes no site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, o cadastramento das famílias na Vila Jardim para acessar a REURB se inicia em 21 de julho de 2021.

A Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, realizou na última quarta-feira (21) visita aos moradores da Vila Jardim para instruir os beneficiários da localidade sobre o processo de regularização fundiária (REURB) junto ao município. A maior parte das famílias que vivem naquela área não possuem escritura dos imóveis. Nessa primeira etapa foi realizado um estudo socioeconômico da região com 159 cadastros. Sem a regularização, os proprietários dos imóveis não possuem um documento formal de posse. Aderindo ao REURB, não haverá custo para os moradores junto à Prefeitura e também no cartório para realizar a regularização. A ação é baseada na lei federal 13.465, de 11 de julho de 2017, que torna mais fácil esse tipo de medida. A lei é complementada pelo decreto 9.310, de 15 de março de 2018. Além da regularização fundiária, também será implantada toda a infraestrutura necessária no bairro. O projeto será realizado junto com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2022).

No site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, também se encontra documentos atualizados sobre a REURB, como processos administrativos e termos de instauração (**ANEXO D**). Contudo, cabe salientar, que a REURB também é uma forma de a Prefeitura Municipal de SFP regular possíveis novas moradias no lugar, pois com o processo de regularização fundiária instaurado, está dado que o limite de habitações é a que atualmente foi computada pela Secretaria de Assistência Social.

#### 4.3 3ª GERAÇÃO: AQUARELAS DE MEMÓRIAS, UM LÁPIS, UMA FOLHA, UM SONHO

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 477).

A partir de agora vamos nos debruçar na análise da 3ª geração. Como já apontamos, estamos trabalhando na lógica da transgeracionalidade para poder entender como se constituem as memórias subversivas dos moradores da Vila Jardim. A 3ª geração dá continuidade às memórias da família Hoffmann. Através de desenhos, as filhas de Magreane trazem representações imagéticas da Vila Jardim. A 3ª geração está constituída por três crianças: Khemilly Hoffmann Pires, de 8 anos; Yasmin Hoffmann Pires, de 5 anos; e, Kaio Hoffmann Pires, 1 ano (que não participou dos desenhos).

Magreane assentiu a pesquisa com suas filhas, mas como adaptamos a forma de acesso aos dados (via audiodescrição por *WhatsApp*), foi a própria Magreane que repassou as perguntas às suas filhas (**APÊNDICE C**), que posteriormente nos respondiam em áudio. Dessa forma, a 3ª geração representa a possibilidade de analisarmos a Vila Jardim, através dos olhares, percepções e sentimentos das crianças que nasceram e viveram na comunidade. Ao trabalhar com as narrativas da 3ª geração, devemos ter cautela com as análises, pois as narrativas foram mediadas por Magreane.

A 3ª geração representa o “novo” para a família Hoffmann. Nosso espiral dialético ganha uma força renovada, imagética, representacional, pelo olhar e voz da nova geração. Ele gira a partir de três rotações: Khemilly Hoffmann Pires, Yasmin Hoffmann Pires e Kaio Hoffmann Pires.

Ao se referir à 3ª geração, Magreane relata que as filhas brincam no Parque da Ronda, gostam do lugar, da natureza. Aponta que já levou as crianças para fazerem as trilhas e verem as cachoeiras. Entendemos que essa dinâmica de apresentar o Parque para suas filhas já vêm de um vínculo afetivo e familiar, da 1ª geração, pois como já apontamos, as memórias de Seu Miguel também remetem a uma relação positiva com o Parque, de lazer, de fruição, de boas lembranças. Porém, como já vimos, essas relações com o Parque são ambíguas, tanto na 1ª quanto na 2ª geração. Ao mesmo tempo, em que há uma relação positiva com o ambiente e a paisagem e, inclusive, uma relação saudosista e nostálgica por parte de Seu Miguel de como o Parque foi um dia, há toda uma análise crítica sobre as questões de degradação ambiental sofrida, dada a má gestão pública da área e a derivada da própria ocupação da

Vila Jardim. Magreane entende que a poluição das nascentes e águas é decorrente da ocupação da área sem a infraestrutura básica de saneamento.

Nas narrativas da mãe, as crianças, com idades diferentes, vão se inserindo na vida da comunidade, vão ocupando espaços, adentrando a paisagem do Parque, interagindo e se misturando ao ambiente, introjetando o lugar. Elas encontram diversão nas trilhas, cachoeiras e nos campos, observam a vida nativa que ali vive como fazia seu avô. Mas também, observam e acompanham a luta pelo lugar, empreendida e representada por sua mãe.

Essas influências políticas estão presentes no cotidiano da família Hoffman, as crianças se interessam pelas histórias e memórias de seu avô e de sua mãe. Tanto é assim, que na ocasião da entrevista feita com Seu Miguel as crianças estavam presentes, escutando as lembranças que o avô trazia o que, certamente vai criando as memórias afetivas das crianças em relação ao lugar. As memórias são também as lembranças que ouvimos e que nos contaram. Entendemos que as relações entre as gerações, nesse caso, as memórias transgeracionais, vão acontecendo de forma com que os saberes sociais, as memórias e os sentimentos se entrelaçam.

As memórias políticas da 3ª geração foram representadas de forma mais lúdica, através de desenhos feitos pelas crianças, sendo as narrativas em relação aos desenhos mediadas pela oralidade da mãe Magreane. O desenho infantil é uma forma de representar e **reapresenta** múltiplos significados atribuídos pela criança a um objeto, conceito, acontecimento e experiência.

De acordo com Moscovici (2012), as representações são formas de conhecimento compartilhado, permitindo ao sujeito compreender e explicar a realidade. Moscovici (2012) propõe considerar as representações como fenômenos subjetivos e sociais, a um só tempo. Nessa perspectiva, as representações sociais traduzem pensamentos, ideias, formas de estar e compreender o mundo, incluindo as imagens e imaginários elaborados pelo senso comum, dinâmicas que possibilitam a criação de verdadeiras “filosofias espontâneas” (MOSCOVICI, 2012, p. 45) que atravessam o cotidiano das pessoas. As representações sociais se originam, se objetivam e se ancoram nos encontros das pessoas nos diferentes espaços nos quais transitam

diariamente. Para Moscovici (2004), as ancoragens mantêm a memória em movimento.

Para Jodelet (2001) “elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões.” (JODELET, 2001, p. 17). Jodelet (2001) aponta quatro formas de entender as representações: 1. A representação é sempre a representação de alguma coisa e de alguém (objeto x sujeito); 2. A representação tem como objeto uma relação de simbolização e de interpretação; 3. A representação será apresentada como uma forma de saber; 4. A representação é, sobretudo, uma forma de agir sobre o mundo e o outro.

Diante do exposto, já destacamos que nosso objetivo para a 3ª geração é poder entender, através dos desenhos, as diversas formas de representação das crianças sobre a Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda. Conforme Jovchelovitch (1998), as representações são produções de saberes sociais.

A partir desse ponto vamos apresentar seis desenhos e analisá-los a partir de três tópicos: 1. Representações e imagens da Vila Jardim; 2. Faltas, ausências e descasos com a comunidade; 3. Afetos, desejos e sonhos.

Figura 13 - Desenho representando a Vila Jardim



Fonte: Khemilly Hoffmann Pires (2021).

O desenho remete à casa, traz elementos positivos: uso das cores, nuvens sorrindo, frutos, coração, denota afetividade e passa uma sensação de harmonia. Mas, o que vem a ser afeto e qual a importância dele nas relações humanas? Afeto é definido como qualquer espécie de sentimento e emoção relacionada a ideias ou complexos de ideias; enquanto que afetividade significa, não apenas os afetos, mas, sobretudo, os sentimentos de agrado ou desagrado (CABRAL; NICK, 1999).

Nesse desenho, Khemilly expressa o lugar, a casa, o que Tuan (2012) nos propõe sobre o lugar de afeto, o apego e amor pelo lugar, sentimentos que foram sendo construídos e introjetados. Tuan (2012) aponta:

O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o **estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais**. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo em que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar). (TUAN, 2012, p. 161 – grifo nosso).

Khemilly expressa nesse desenho uma Vila Jardim colorida, afetiva, em que a casa representa seus sentidos e sentimentos, as nuvens, o sol sorridente, árvores frutíferas, o balanço (o brincar). São representações de um espaço da infância. A Figura 13 mostra o desenho de Yasmin, 6 anos, onde ela retrata a Vila Jardim e o PNMR. Tanto para Khemilly quanto Yasmin, o ambiente está presente nessa forma lúdica de sentimento ao lugar.

Figura 14 - Desenho representando a poligonal do PNMR



Fonte: Yasmin Hoffmann Pires (2021).

Yasmin traz em seu desenho um elemento importante para representar o Parque Natural Municipal da Ronda, a poligonal do Parque, essa linha imaginária, mas não tanto, que representa o limite entre a Vila Jardim e a Unidade de Conservação. No desenho de Yasmin aparece a linha, que circunscreve os limites e divide o PNMR da Vila Jardim.

Nesse sentido, cabe registrar um acontecimento importante. Uma das primeiras ações do 1º gestor do Parque foi a instalação de um portão demarcando a entrada como pode ser visualizado na Figura 14.

Figura 15 – Portão implantado pelo 1º gestor do PNMR na entrada do Parque - São Francisco de Paula/RS



Fonte: Acervo Estação de Pesquisa ObservaCampos (2018).

Os moradores da Vila Jardim reagiram de forma adversa, como se o acesso ao Parque estivesse sendo controlado, vigiado e/ou proibido e, talvez essa fosse mesmo à intencionalidade, exercer certo “mecanismo de controle” ou coibir alguns comportamentos impróprios da comunidade em relação à área: retirada de fauna e flora, extração de pinhão antes do período permitido, tráfico, prostituição, pastagem de animais etc.

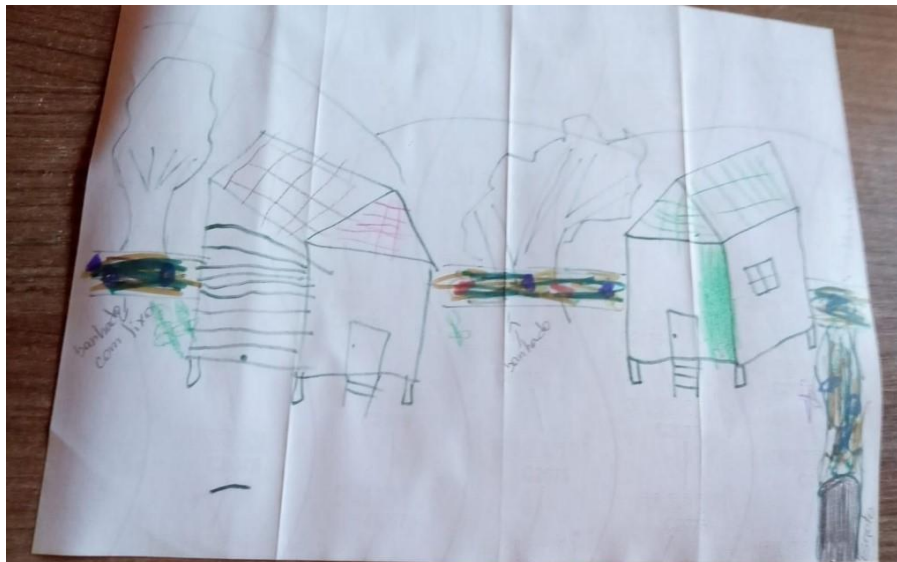
Na construção de nossa pesquisa, no tocante às memórias políticas presentes na comunidade, sempre deixamos livre aos entrevistados que pudessem dialogar abertamente conosco. A 3ª geração traz para a pesquisa outros olhares sobre a Vila Jardim. As crianças conseguem expressar por desenhos o que elas sentem em relação ao seu lugar, tanto numa perspectiva de afetos positivos, quanto negativos.

Desde a 1ª geração aparecem as questões referentes ao ambiente na Vila Jardim, quando Seu Miguel relatou o processo de degradação do PNMR



com a instalação do lixão. A história se perpetua na 2ª geração, quando Magreane destaca a poluição das nascentes e que tem alguns moradores “difíceis de lidar”, se referindo ao descuido dos mesmos em relação ao Parque.

Figura 16 - Desenho retratando o banhado entre a Vila Jardim e o PNMR com acúmulo de lixo



Fonte: Yasmin Hoffmann Pires (2021).

Nesse desenho Yasmin também desperta para a questão ambiental, pois representou o banhado<sup>9</sup> da Vila Jardim degradado, com acúmulo de lixo. O desenho traz cores mais frias, árvores opacas e riscos reforçados, salientando as “áreas de banhado com lixo”, conforme as anotações que Magreane faz ao desenho.

---

<sup>9</sup> Os banhados são ambientes úmidos, uma formação comum dos pampas gaúchos, caracterizada também por ser área de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres, garantindo a sobrevivência desses.

Disponível em [http://www.abes-rs.org.br/semana\\_da\\_agua/2002/textos/texto-fzb.htm](http://www.abes-rs.org.br/semana_da_agua/2002/textos/texto-fzb.htm)

Figura 17 - Desenho retratando o descarte dos resíduos residenciais no banhado entre a Vila Jardim e o PNMR



Fonte: Khemilly Hoffmann Pires (2021).

Nesse desenho, Khemilly também manifesta sua percepção e descontentamento com a questão ambiental. Em áudio ela narra da seguinte forma: “não gosto do banhado, do lixo, tem muito mosquito”. O banhado encontra-se aos fundos das casas da Vila Jardim e, ao não disporem de saneamento básico, os moradores acabam descartando os dejetos domésticos e sanitários no banhado. Mas, os banhados não são meros criadouros de mosquitos, eles ocupam 6% da superfície terrestre e desempenham um papel fundamental nos ciclos químicos e hidrológicos do planeta<sup>10</sup>. Em consequência da poluição, o banhado polui as nascentes d’água e cachoeiras do PNMR, conforme já apontado nas narrativas da 1ª geração e situação sanitária apontada por Padilha *et al.* (2019).

<sup>10</sup> Disponível em [http://www.abes-rs.org.br/semana\\_da\\_agua/2002/textos/texto-fzb.htm](http://www.abes-rs.org.br/semana_da_agua/2002/textos/texto-fzb.htm)



Figura 18 - Desenho retratando os desejos de Khemilly para a Vila Jardim



Fonte: Khemilly Hoffmann Pires (2021).

Nesse desenho Khemilly apresenta uma Vila Jardim com praça pública, escorregador, balanço, gira-gira, com sol, um lugar lúdico, para brincar e conviver com outras crianças. Porém, essa representação está na perspectiva do sonho, do desejo, pois não há praças ou instalações para recreação e lazer na Vila Jardim.

Figura 19 - Desenho retratando uma praça pública com brinquedos na Vila Jardim



Fonte: Yasmin Hoffmann Pires (2021).

O desenho de Yasmin é recorrente ao de Khemilly. Ela também retrata uma Vila Jardim que olha para as crianças. Esse ambiente imaginado, desejado pelas crianças, denota a necessidade de ter esses equipamentos públicos, dentre outros, instalados na comunidade.

Através das representações imagéticas pudemos acessar as percepções, os sentimentos e as significações trazidas pelas crianças. Pudemos conhecer muitas “vilas” em uma mesma Vila Jardim: um lugar que ora se conecta e ora se separa do Parque Natural Municipal da Ronda, um lugar que alberga a casa, a família, com suas cores e afetos positivos, uma paisagem única, rica em fauna e flora, mas que cheira mal, o descaso do poder público, a ausência de políticas públicas e equipamentos de lazer e recreação. As aquarelas de memórias traduzem o sonho da 3ª geração por uma Vila Jardim melhor, com mais dignidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de uma pesquisa é, de certa forma, aquele gesto de abandono pelo qual tomamos distância do tema para analisar as direções que ele nos aponta. É o momento em que as certezas, se é que existem, vêm à luz e, junto com elas, com mais intensidade, as suspeitas e as dúvidas.

Não foi fácil! Essa pesquisa seguiu por diversos caminhos e descaminhos, até encontrar um rumo. Em determinada ocasião ventilei a possibilidade de desistir, pois durante esse período de isolamento social acreditei que conseguiria produzir, pois estava em casa e com isso conseguiria ter mais concentração, mas isso não aconteceu. Em todos os momentos eu só assistia na televisão, *internet*, rádio, o aumento expressivo das vítimas acometidas pelo Coronavírus. Não bastasse isso, fui reprovado por 10 (dez) vezes na proficiência em Língua Estrangeira, que optei em fazer numa Instituição Pública, por questões financeiras, pois os valores cobrados pelas Universidades Privadas são muito altos para a classe trabalhadora.

Quando pensei em desistir, onde não enxergava mais possibilidades, eu ficava refletindo: E as pessoas que acreditaram em mim para este trabalho? É justo com elas? E comigo? Em uma das orientações, ao ponto de eu pedir para sair, eu escutei das minhas orientadoras: **“Já deu certo, não foi o que tu buscavas, mas já deu certo!”**. Isso me incentivou e me levou a continuar. Tenho consciência das minhas limitações, mas desistir não seria um bom caminho. Então a boa notícia: fui aprovado na prova de proficiência. Com isso senti que a classe trabalhadora deveria seguir e ocupar esse espaço acadêmico que deve ser de todos.

Produzir uma dissertação em tempos pandêmicos, sem poder estar em contato com a comunidade foi realmente desafiador, sentimentos que acredito que qualquer pesquisador que trabalha direto com comunidades passou. Devo dizer que tive muitas dificuldades em escrever a Dissertação, em organizar meus pensamentos estando longe do campo de pesquisa – esse certamente foi meu maior desafio. Cada linha escrita eu pensava na confiança que a família Hoffmann depositou em mim, em minhas orientadoras, em minha

família, e esses desafios e sentimentos foram sendo também incorporados às minhas memórias de pesquisador e autor.

Tive que me readaptar, no tocante às pesquisas em campo. Diferente da pesquisa que desenvolvi em 2012, na periferia urbana de Porto Alegre, em que vivenciei diretamente os atores sociais envolvidos, nessa pesquisa tive de adotar novas dinâmicas metodológicas. E, com a supervisão das minhas orientadoras, reformulei os caminhos da pesquisa.

Na entrevista com a 1ª geração conseguimos ir à campo. Acreditei que conseguiria fazer essa imersão com todas as gerações, mas não foi assim. Com a 2ª e a 3ª gerações, as entrevistas tiveram que ser de forma remota. Nessa espiral de conflitos que eu, enquanto pesquisador estava vivendo, houve outras questões que também fizeram parte dessa engrenagem do Mestrado como, por exemplo, a participação dos encontros do grupo de pesquisa do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos). Não consegui participar dos encontros por excesso de trabalho e falta de tempo, o que foi uma lástima, pois talvez eu tivesse me sentido mais acolhido e não ficaria em “solidão” acadêmica.

Quando iniciei o Mestrado e mudei meu foco de pesquisa, fui conhecer a Vila Jardim e o Parque Natural Municipal da Ronda caminhei pelas ruas da comunidade. Nas conversas realizadas com os moradores da Vila, eles me explicavam os fatores políticos envolvidos na constituição da Vila, os desafios, os embates, as lutas, e eu ficava pensando nas ruas e vielas pelas que já passei em Porto Alegre. As configurações das comunidades são praticamente iguais, só muda a região geográfica. Tanto nos Campos de Cima da Serra, quanto na Capital, às comunidades seguem lutas similares. Lutam por dignidade e moradia! Nesses lugares de sentimentos, afetos e resistências, também faltam equipamentos públicos, o Estado não está presente para suprir essas necessidades, apenas de forma repressiva. Sempre gostei de trabalhar com comunidades, conhecer suas histórias, narrativas e acredito que a micro história pode contribuir muito à área ambiental, no tocante à internalização do lugar a partir da ocupação dos territórios, na conservação da paisagem, na compreensão da consciência ambiental de quem vive, pertence e cuida o lugar.

Esses relatos também fazem parte das minhas memórias políticas. Firmei um compromisso com as minhas orientadoras e com os moradores da

Vila Jardim, compromisso esse, que vou apontar a seguir. Quando optamos em trabalhar/pesquisar em comunidades vulnerabilizadas, temos por princípio, somar junto às comunidades. Nesse somatório de ações entram as políticas públicas, investimentos de Estado fundamentais à garantia de direitos sociais. Digo isso, pois fui provocado pelas pesquisas de Ortolano (2019), Padilha *et al.* (2019) e Hernandez (2020), trabalhos científicos que apontam, tanto na Vila Jardim, quanto em outras comunidades, o descaso do poder público e a importância da consciência e da ação políticas.

Assim, essa pesquisa não é única e não caminhou sozinha. Outros colegas da UERGS e do ObservaCampos já desenvolveram pesquisas e trabalhos científicos com o propósito de acessar as narrativas dos moradores da Vila Jardim acerca das relações com o PNMR, o que somou para que eu pudesse compreender e historicizar esse lugar, e conseqüentemente, fomentou essa pesquisa.

Mas como conhecer e problematizar as memórias subversivas na Vila Jardim? Partimos do objetivo de “Explorar e analisar as memórias políticas da Vila Jardim, a partir de um estudo transgeracional com três geração de moradores”. O ponto principal em pesquisar as memórias políticas na Vila Jardim era conseguir compreender, através de diferentes gerações de moradores, a importância da manutenção das memórias políticas como dispositivo de enfrentamento, subversão e luta, principalmente pelo direito à moradia.

Partindo desse espiral de memórias conseguimos “amarrar” nosso objetivo principal, de explorar as memórias políticas presentes na Vila Jardim com a transgeracionalidade da família Hoffmann. A 1ª geração, na voz de Seu Miguel, narra sobre a ocupação da Vila Jardim em seus primórdios, da resistência e ocupação do território. A 2ª geração, narrada por Magreane, apresentou dimensões da luta comunitária, da consciência somada à ação política (conscientização) sobre a Vila Jardim, no sentido identitário, coletivo, na busca por melhorias e políticas públicas. Das várias frentes que Magreane assumiu, a mais complexa foi a luta pela regularização fundiária, pois evidenciou uma luta não pela sua moradia, mas pelo direito à moradia de toda a comunidade, uma ação política coletiva. A 2ª geração representa muito bem esse sentimento de valorar e pertencer ao lugar. A 3ª geração, as netas do Seu

Miguel e filhas de Magreane trouxeram, através de desenhos e representações, uma riqueza de percepções e sentimentos sobre o lugar, ambiguidades afetivas, conflitos ambientais, ausências, mas também perspectivas de futuro. As crianças nos fizeram ver muitas vilas em uma mesma Vila Jardim.

Em toda a pesquisa tivemos por posição política o compromisso em **subverter o esquecimento**, porque a história que se conta é exatamente a história que foi silenciada, de quem faz o povo calar (FREIRE, 2000). Buscamos, através das análises das memórias políticas propor um outro conceito, o das **memórias subversivas**, que emergem da tensão, da problematização das narrativas ditas “oficiais”. As memórias subversivas são aquelas que se inscrevem no presente, são mais do que vestígios do passado, são ocupações narrativas em disputa. Memórias subversivas são narradas por sujeitos comuns, os únicos capazes de situar os acontecimentos em nome próprio, em primeira pessoa. Memórias subversivas **subvertem a produção de esquecimentos**, mantendo acesa a indignação, a luta e a consciência política de um sujeito, de um grupo ou de uma comunidade. As memórias políticas-subversivas são antídoto à produção de esquecimentos, são registros, vestígios sociohistóricos que a comunidade elabora e eterniza.

Assim, buscamos problematizar que há uma memória de resistência, uma memória que subverte o esquecimento, contrapondo a história “oficial”. Em todas as gerações o espiral dialético se fez presente, as perguntas e certezas iam desenvolvendo a **consciênciação** provocando que os sujeitos históricos “rompessem” com o esquecimento, promovendo um ir e vir dialético.

Os referenciais adotados também seguiram um espiral, pois procuramos concatenar os/as autores/as com as memórias das diferentes gerações, apontando para um horizonte interpretativo. Pensar em memórias de resistência é pensar nos lugares de resistência, em que o lugar é marcado por três palavras-chave: **percepção, experiência e valores**. Essas palavras serviram para entendermos as memórias políticas da família Hoffmann na Vila Jardim. Todas as gerações apresentaram essas percepções, tanto em forma de narrativa, quanto nos desenhos.

É fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos pela sua dimensão real, concreta, prática, mas também simbólica e sensível. Além

disso, se torna fundamental considerá-lo como uma construção tecida por relações sociais no espaço vivido, garantindo uma rede de significações e sentidos, tecidos pela história e na cultura.

Essa pesquisa entrega uma análise das memórias políticas e subversivas da Vila Jardim, partindo de recorte transgeracional da família Hoffmann. Devido à pandemia, tivemos que tomar outros caminhos metodológicos, adaptando procedimentos qualitativos proximais a métodos remotos. Uma outra metodologia, com maior imersão comunitária teria promovido mais subsídios à pesquisa da Vila Jardim, pois, certamente teríamos contado com mais pessoas envolvidas. Entendermos que, quanto mais atores sociais envolvidos, mais dados teríamos para contrapor e aprofundar análises.

Acredito que essa pesquisa não tem um fim. Ao meu ver, a Vila Jardim ainda deve ser muito pesquisada. Ao concluir esse trabalho o processo de regularização fundiária estava em andamento e, dessa forma, a luta pelo direito à moradia se mantém em curso. Como apontamos, as pesquisas feitas pelo ObservaCampos trouxeram subsídios à regularização fundiária, o que denota que as pesquisas não findam.

Essa pesquisa teve um viés historiográfico e deixamos em aberto muitos caminhos para outros/as pesquisadores/as que queiram adentrar na Vila Jardim para “capturar” essas tramas de afeto, lutas e resistências presentes nesse território. Cabe apontar que esta pesquisa explorou conceitos novos, no que tange às análises historiográficas. Quem exerce o ofício de historiador entende que os documentos “falam” se soubermos fazer as perguntas corretas.

No escopo do Mestrado Profissional, além do **artigo** a ser submetido a um periódico científico, um dos produtos a ser apresentado como etapa posterior à defesa da Dissertação é uma **ação de extensão** a ser realizada junto à comunidade da Vila Jardim, publicação de **capítulo de livro** e a elaboração de **Acervo fotográfico e de história oral**. A ação tem o objetivo de apresentar os principais resultados da pesquisa aos moradores da Vila Jardim e será realizada na Estação de Pesquisa ObservaCampos, localizada na sede do Parque Natural Municipal da Ronda. Tal atividade deverá expor as fotografias, documentos, narrativas e desenhos que integram o escopo da Dissertação, a fim de contar as memórias subversivas e as histórias de vida das três gerações de moradores que participaram da pesquisa. A ação utilizará

a metodologia de **Roda de Memórias e de Conversas**, em que a comunidade irá conhecer a pesquisa, mas também será convidada a conversar e contar suas memórias, suscitadas pela própria ação e participação. Consideramos que essa também é uma ação-subversão, que rompe silenciamentos e esquecimentos, pois a comunidade fica a par da pesquisa, mas também pode compartilhar suas memórias e saberes, produzindo novos conhecimentos.

Fiz o meu melhor, dentro do que eu acredito que seja o meu melhor. Pesquisar comunidades vulnerabilizadas não é novidade para mim. Como destaquei, sinto que ficaram algumas pontas a serem amarradas nessa jornada, mas todo o processo de aprendizagem leva tempo, e essa Dissertação foi só o início dessa jornada. Não há um fim para quem luta por justiça social. Espero que essa pesquisa sirva como **acervo, arquivo e documento de memória** para futuras pesquisas que surgirão na Vila Jardim ou em outras comunidades periferizadas.



## REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU. **Ementa: doação de área da União Prefeitura de São Francisco de Paula.** Parecer n. 082/2020/CJU-RS/CGU/AGU. 2020. Disponível em: Acervo Estação de Pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos). 2021.

ALVES, Luiz Antônio. **Os fundadores de São Francisco de Paula.** Caxias do Sul: Ed. do Autor, 2007.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e Abusos da história oral.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Fev. 2022.

ANSARA, Soraia. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 297-311, ago. 2012. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Fev. 2022.

AZEVEDO, Thales. Áreas culturais do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.** n. 94, Ano 1944.

BARBOSA, Fidélis D. Luís Bugre. **O indígena diante dos imigrantes alemães.** Porto Alegre: EST, 1977.

BARBOSA, Eni; GONÇALVES, Jorge J. X. (Orgs.). **Documentos históricos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.** Arquivo Histórico de São Francisco de Paula, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I.** Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BINKOWSKI, Patrícia; SOUZA, Tulio. G. de. Participação Política e Formação do Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula, RS, Brasil. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1-18, 2017

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANCO, Pércio de Moraes. A presença africana no quadrante histórico patruhense. *In*: BARROSO, Véra L. M.; DAROS, Marília (Orgs.). **Raízes de Gramado**. p. 228-242. Porto Alegre: EST, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 8 set. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em: 25 out. 2021

BRUSTOLIN, Cíndia; FERNANDES, Ricardo Cid; TEIXEIRA, Luana. Relatório Antropológico: A Comunidade de São Roque – SC. *In*: LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Quilombos no Sul do Brasil**: Perícias Antropológicas. Boletim Informativo do NUER. 2006.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: abertura à nova História, seu passado e seu futuro. São Paulo: UNESP, 1993.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: II: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 414 p.

CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. **Dicionário técnico de psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CALLAI, Helena. Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, SP, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Tatiana Melo. São Francisco de Paula: o ensino de história e a identidade local. 98f. 2019. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Caxias do Sul, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, L. G. **Trabalhando o Couro**: Do Serigote ao Calçado “Made in Brazil. Porto Alegre: L&PM: CIERGS, 1986.

CAVALCANTI, Lana. de Souza. Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, atitudes. *In*: Seminário Nacional: Currículo em movimento, 1, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** I Seminário Nacional: Currículo em movimento. Belo Horizonte, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. pp. 25-46.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1996

FEBVRE, Lucien. **Olhares sobre a história**. Porto: ASA, 1998.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**: mapa do RS. Porto Alegre, 1986. v. 1. p. 46.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro. 2005

FREITAS, Ecléia et al. Identificação dos conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. In: PRINTES, Rodrigo C. (Org.). **Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2012. p.125-139.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GEOPROSPEC - Geologia e Projetos Ambientais. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda**. Prefeitura de São Francisco de Paula: Secretaria Municipal de Proteção Ambiental – SEMPA, 2012.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Sociologia Crítica**: alternativas de mudanças. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo et al. **2ª Mostra Observacamp**: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes. São Francisco de Paula: UERGS, 2019.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Memória Política: contexto de experiência e gesto metodológico. In: HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; DANTAS, Bruna Suruagy; ANSARA, Soraia; HUR, Domenico Uhng (Orgs). **Psicologia política e memória**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020. pp. 13-31.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Censo 2010. **Dados sobre população em São Francisco de Paula/RS**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/panorama>. Acesso em: 29 Out. 2020.

JACOBUS, André Luiz. A estrada das tropas e seus três registros: vetores de relações sociais e econômicas no Brasil colonial. In: RODRIGUES, Elusa Manoela Silveira; MADEIRA, Jussara Lisboa; SANTOS, Lucila Manoela Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: EST, 2000. p. 370-388.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia & Sociedade** 10(1) jan./jun.1998. p.54-68.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. Série eventos. Pp.15-35.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**/ tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LUCENA, Plínio Andrade de. São Francisco de Paula, RS: aspectos históricos da formação do município, e seus pontos turísticos e demográficos. 98f. 1971.

**Monografia.** Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Caxias do Sul – UCS, 1971.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAESTRI, Mário. **Uma breve história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed UPF, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades:** alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano:** políticas sociais, acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2006.

MEIHY, José C. S. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 2000.

MIRANDA, Silmara Luciane. Tropeiros e feiras públicas em Lages no final do século XIX e meados do século XX. In: RODRIGUES, Elusa Manoela Silveira; MADEIRA, Jussara Lisboa; SANTOS, Lucila Manoela Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul.** Porto Alegre: EST, 2000. p. 26-38.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: GONZAGA, Sergius; DACANAL, José H. **RS: Economia e Política.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 1-20.

NORA, Pierry. **Entre a Memória e a História:** a problemática dos lugares. São Paulo: Dez, 1993.

ORTIZ, Helen. O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do RS. 1850-1889. 213 f. 2005. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Passo Fundo, 2005.

ORTOLANO, Fábio. Consciência política e ambiental: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS). 2019. 320f. **Tese (Doutorado).** Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócio de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p.115-134, 2000.

OLIVEIRA, Sebastião de. **Alvorecer das Sesmarias Serranas**. História e Genealogia. Porto Alegre: EST, 1996.

OLIVEIRA, Sebastião de. Terras e Posseiros. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAMADO. **Raízes de Gramado**. Gramado: Secretaria Municipal de Educação/Centro Municipal de Cultura, 1999.

PADILHA, Carlos A. *et al.* Percepções sobre mudanças climáticas e políticas públicas na ocupação urbana Vila Jardim, São Francisco de Paulo/RS. In: HERNANDEZ, Aline Reis Calvo *et al.* **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019. p.104-115.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PESSOA, Paola Marina. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação estudo de caso: Parque Natural Municipal da Ronda. **Trabalho de Conclusão de Curso**. 94f. 2020. Bacharelado em Direito. Universidade de Caxias do Sul. Campos Universitário da Região das Hortênsias. Canela, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 09 Fev. 2022.

PORTELLI, Alessandro Ribeiro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Ofício. 48/2017**. São Francisco de Paula, RS, 27 de Junho. 2017. Assunto: Inquérito civil, n. 1.29.002000036-2016-75, p. 01.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2021. Disponível em: <https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1423/prefeitura-inicia-processo-de-regularizacao-fundiaria-no-bairro-vila-jardim>. Acesso em: 18 Fev. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

RODRIGUES, Samuel; SOUZA, Tulio Garcia de; BINKOWSKI, Patricia. A contribuição do ObservaCampos na formação e implantação do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula/RS. In: HERNANDEZ, Aline Reis Calvo *et al.* **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes**. São Francisco de Paula: UERGS, 2019. p.116-125.

ROSA, Maristela da; PRINTES, Rodrigo Cambará. O Conselho Municipal de meio ambiente e a gestão de conflitos socioambientais no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula - RS. In: HERNANDEZ, Aline Reis Calvo *et al.* **2ª Mostra ObservaCampos: redes, pesquisa e práticas sociais em políticas e ambientes.** São Francisco de Paula: UERGS, 2019. p.125-135.

SANDOVAL, Salvador A. M. A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org.) **No Interstício das Disciplinaridades: A Psicologia Política.** Curitiba: Editora Prismas, 2016. pp. 175-217.

SANDOVAL, Salvador A. M; SILVA, Alessandro S. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, Domenico Uhng.; LACERDA JÚNIOR, Fernando. (Orgs.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2016. p. 25-57.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** Coleção Estudos Urbanos. São Paulo, Recife: Editora Hucitec, UFPE, CNPU, 1978.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Luís Carlos Borges. Até a pé nós iremos? Remoção e Resistência na Vila Mário Quintana. Porto Alegre (2011-2013). 72 f. 2013. **Monografia.** Curso de História. Faculdade Porto Alegrense (FAPA). 2013.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda - PNMR.** São Francisco de Paula: Secretaria Municipal de Proteção ambiental, GEOPROSPEC – Geologia e Projetos Ambientais, 2012.

SOUZA, André Luis. **Guarani** – organização social e arqueologia. Coleção Arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SOUZA, Magda Vianna de. Reinvenção das tradições e promoção do turismo: estratégias diferenciadas de mercantilização da identidade cultural: os casos de Nova Petrópolis e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul. 232f. 2005. Porto Alegre. **Tese (Doutorado).** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

TEIXEIRA, Maria Lucia da Silva. **São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente.** Porto Alegre: Evangraf, 2002.

TEIXEIRA, Luana. Muito mais que senhores e escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). 204f.

2008. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92145>. Acesso em: 15 Abr. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.

VIEIRA, Demóstenes Dantas. Entre Tuan e Lévy: uma análise das habilidades espaciais no ambiente virtual. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a. 8, v. 2, p. 69-78, 2º sem. 2016.



## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – 1ª GERAÇÃO

Tema: Memórias Políticas dos moradores da Vila Jardim

Pesquisador: Luís Carlos Borges dos Santos

Entrevistado: 1ª Geração - Edmundo Miguel Rienermann Hoffmann

1. Nome
2. Idade
3. Há quanto tempo mora em São Francisco de Paula?
4. Conte-nos como foi sua chegada à Vila Jardim?
5. Qual era o governo municipal na época?
6. Como foi o processo de ocupação? Teve conflitos? Quais?
7. Onde se iniciou a Vila Jardim? Em que local? Com quantas casas?
8. Quantas famílias iniciaram a ocupação da Vila Jardim?
9. Como era a paisagem/lugar onde hoje é a Vila Jardim?
10. Como era o PNMR quando vieste morar na Vila Jardim? O que mudou?
11. Você tem fotos da Vila Jardim? E do PNMR?

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – 2ª GERAÇÃO

Tema: Memórias Políticas dos moradores da Vila Jardim

Pesquisador: Luís Carlos Borges dos Santos

Entrevistada: 2ª Geração - Magreane da Silva Hoffmann

1. Nome
2. Idade
3. Há quanto tempo mora em SFP e na Vila Jardim?
4. Consegue lembrar como era a Vila Jardim? O que seus pais contavam sobre a Vila Jardim?
5. Como é a relação da comunidade com o PNMR? Quais os usos que as pessoas da Vila Jardim fazem do Parque?
6. Na tua opinião, as pessoas da Vila Jardim têm consciência de que o Parque Natural Municipal da Ronda é uma Unidade de Conservação? Fala um pouco sobre as tuas percepções...
7. Há conflitos com o Parque? Quais?
8. Você tem fotos da Vila Jardim? E do PNMR?

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA – 3ª GERAÇÃO

Tema: Memórias Políticas dos moradores da Vila Jardim

Pesquisador: Luís Carlos Borges dos Santos

Entrevistadas: 3ª Geração - Yasmin Hoffmann e Khemylli Hoffmann

1. Quais os nomes e idades das tuas filhas?
2. Como elas interagem com as outras crianças? E com o PNMR?
3. Onde brincam? Onde estudam? Onde são os atendimentos de saúde? Assistência? [Levar os lugares de lazer, educação, saúde e assistência].
4. Será que elas poderiam fazer um desenho da Vila Jardim?
5. O que elas gostam da Vila Jardim?
6. O que elas gostariam que a Vila Jardim tivesse?
7. Quais os maiores problemas que a Vila Jardim apresenta?

## APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Na data de \_\_\_\_\_ você \_\_\_\_\_ está sendo convidado/a a participar como voluntário/a da pesquisa de mestrado intitulada: Memórias Subversivas: as memórias políticas presentes na comunidade da Vila Jardim, São Francisco de Paula-RS. Eu sou Luís Carlos Borges, pesquisador estudante do Curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da UERGS Hortênsias em São Francisco de Paula e a pesquisadora responsável é a professora Patrícia Binkowski, também da UERGS Hortênsias. Nós estamos realizando entrevistas com os moradores antigos e atuais da Vila Jardim, com o objetivo de conhecer como começou a Vila Jardim, as histórias, as memórias sobre essa comunidade e as relações com o Parque Natural Municipal da Ronda. Não é obrigatório responder a todas as perguntas. Os riscos dessa entrevista são mínimos: envolver a tomada de tempo e interferir em sua rotina e a possibilidade de rememorar lembranças que a sensibilizam. A forma de reduzir esses riscos é a escuta atenta e a empatia. Os benefícios em participar da pesquisa é oportunizar que a Universidade conheça melhor a Vila Jardim, a comunidade e possa auxiliar com projetos e ações que sejam de interesse das pessoas que moram aqui. Você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. Solicitamos a sua autorização para usar as informações prestadas na produção de artigos e vídeos, aos quais você poderá ter acesso. Pedimos que, se necessário, possamos identificar o seu nome nessas produções. Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda dos pesquisadores. A UERGS se localiza na Rua Assis Brasil, 842, São Francisco de Paula/RS, Bairro Centro, CEP 95.400-000, telefone (54) 3244-2912. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo lido e deverá ser autorizado verbalmente: “Eu \_\_\_\_\_, autorizo”.

## APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA 1ª GERAÇÃO

**Entrevistador:** Fale sobre a Vila Jardim

Meu nome é Edmundo Miguel Rienemann Hoffmann, 51 anos de idade, moro em São Francisco de Paula desde os 10 anos de idade. Morava no interior [...], meu pai trabalhava na fazenda com plantação de batata e ajudava ele. Quando ele veio morar na cidade ele começou a trabalhar com o mato. Era difícil também, eu aprendi com ele. Cheguei na Vila Jardim através de um cunhado meu, que não tinha onde morar. Aí ele resolveu invadir ali, porque não tinha mais como pagar aluguel. (ruídos).

Ele [o cunhado] era funcionário do DAER, falecido Nilton dos Santos. Naquela época o prefeito da cidade era o Dr. Colla. Bem antes de invadirmos ali, já tinha um pessoal do DAER que morava antes do Parque. Mais ou menos em 1988, pois eu trabalhava na Mercúrio, eu até ajudei a puxar uma luz pra ele. Mas ali, onde hoje é a Vila não tinha nada era só mato [...].

Foi num sábado às 6 horas da manhã, lembro que foi em outubro, eu e meu cunhado que trabalhava no DAER, resolvemos invadir. Ele não podia mais pagar aluguel. Aí as pessoas começaram a ajudar ele com madeira velha, prego, telhas, canos e fomos pregando e construindo, fomos os primeiros. [...] não tinha nada lá, era só mato e capão [...]. Era um tal de G., ele era CC [cargo de confiança] da Prefeitura, ele disse para as pessoas que se nós não saíssemos dali, ele ia passar com a máquina por cima. Mas como tinha mulher e criança ele desistiu. Ele disse também que iria no domingo, [...] ficamos esperando, não foi ninguém.

Na época de campanha política os candidatos a vereadores espalham que vão despejar os moradores. Aí eles votam neles, né?! Eu não voto nesses caras. [...] dizem que é uma ocupação, que nós ocupamos. Não! Nós invadimos, não tinha nada, era só mato.

Na Vila Jardim eu fui o primeiro a invadir, eu e meu cunhado pegamos umas madeiras e começamos a construir, ele ganhou muitas coisas para construir [...]. Tinha muito mato [...]. Lembra filha, quando comprei o primeiro terreno? Eu dei um carro velho, era um Escort! Não tinha contrato de compra e venda, tudo era de boca! [...] A vila Jardim existe faz mais de 20 anos, mas de 1988 pra cá já tinha três casas, o terreno em frente ao Parque era só capão! [...] O trabalho das pessoas na Vila Jardim era de serraria e mato.

[pausa]

A primeira casa começou na entrada da Cascata da Ronda, onde é a chapeação do Elias, entre o campo do DAER e o Parque, a oficina do Elias foi a primeira casa de moradia, foi do meu cunhado. [...] depois disso, foi uma atrás da outra, isso já faz mais de 20 anos.

Não tem como pagar aluguel. [...] a maioria que mora na Vila Jardim trabalha nas serralherias, comércios [...] um ajuda o outro [...]. Eu instalei um relógio lá que dá para 4 famílias [...]. Ah! Hoje tem umas 120 famílias, ou mais. Eles vão cercando e construindo. Agora eu não sei mais como está, mas na minha época foi uma casa atrás da outra. [...] se eu soubesse que não ia dar em nada eu tinha cercado mais. (risos).

Olha e foi 1988 para cá, lá onde é a SOGIPA bem no canto lá tinha umas três casas. Mas é onde ali perto do portão do Parque não tinha casa, não porque foi lá onde eu comecei quando eu construí, mas de 88 para cá, se for assim dizer na Vila Jardim, é de 88 para cá, mas até a oficina dá pra pensar assim, mas ali perto do Parque fui eu que construí. Olha eu acho que foi os funcionários do DAER porque eram três casa. Eles trabalhavam no DAER, era tudo invasão ali, só que eu acho que eles não queriam invadir mais à frente e com medo. Eu acredito que eles que venderam depois o lote, vou dizer o que eu vi nos lote, tudo começou comigo né? eu meu cunhado.

**Entrevistador:** E sobre o Parque Natural Municipal da Ronda?

**Seu Miguel:** [...] O Parque da Ronda? Nossa! Era muito bom! [...] água era limpinha, eu tomava banho na Cachoeira do Perau. O meu pai fazia churrasco lá! Muitas famílias buscavam aquele lugar, era muito bonito. Agora está um nojo, lixo, poluição, fezes nas águas, droga, cachaça. Eles [moradores da Vila Jardim] estragaram aquele lugar.

Lá no Parque tinha uma usina do lixo. Isso foi entre 1985 a 1995. Eu tenho um sobrinho meu, que trabalhou lá até o final do lixão. Lá era uma porquice! Lá, não tinha nada de aterro. Eu lembro que todo o lixo da cidade era colocado lá! As pessoas vinham e colocavam. *Eles* não reciclavam nada! Pegava o que tinha vendido e o resto deixava tudo lá! O lixo vai cair na água [...]. Provavelmente, a Prefeitura que contratou essa empresa de reciclagem, mas eles não reciclaram nada, jogavam nos cantos. Eu acredito que na época era o Dr. Sérgio [o prefeito], mas não deu muito bem, porque depois voltou o Dr. Colla. Mas era da Prefeitura todo o lixo da cidade.

Lá no Parque tinha uma lenda... um tal de Pintado, que hoje é dono do Mercado Caravaggio, viu indo fazer uma reciclagem lá e achou uma caixa de moeda, dessas antiga e levou e vendeu. Depois ligam pra comprar terreno que ele construiu bastante casa. Hoje ele vive de aluguel. Esse Pintado morava ali na Vila. Que lá onde é o Parque, aí as pessoas que moravam lá para cima, criavam porco, galinha, cachorro, gato. Pegava [...] pinhão, desmatavam, cortavam lenha, aquelas pessoas da Vila Jardim. Por isso que eu digo, as pessoas são tudo porca.

Eu acho que tudo começou naquele chão ali nos anos 80 e 90 as pessoas iam pega as coisas lá, e tinha tudo e vende. Para eles, a Prefeitura fechou nos anos de 1995, mas continua esse tal de Pintado, continuou lá. Eles dizem que é uma lenda né? Que ele achou uma caixa de moeda! Porque como um cara desse tem um monte de casa de aluguel? Diz que achou uma caixa de moeda, vendeu mais antiga, onde, claro, não é mas é isso.

Quando deu aquele temporal que passou pela Vila Jardim, Santa Isabel... aquele tufão. Tornado, que dizem, ele passou no Parque, levantou um monte de lixo, sacola, Brasilit, pedra, garrafa. Coisa que estava enterrado e fez um buraco lá. Muito lixo, muito lixo no Parque. Pronto, virou todo o Parque. Estragou o Parque. A Prefeitura começou nos anos 80 e 90 botar lixo no Parque. A Prefeitura não cuidou do Parque, porque os moradores vão cuidar? Acho que não!

[pausa]

Eu lembro que quando eu era pequeno tinha um pneu na estrada [...]. Eu escondi o pneu lá no Parque e cheguei em casa bem faceiro. Eu falei pro meu pai que tinha achado um pneu e o meu pai já desconfiou. Aí meu pai foi lá e pediu para trazer o pneu e esse pneu na verdade era de uma borracharia e eu queria brincar no Parque com o pneu e meu pai foi lá e me fez devolver o pneu. Naquela época o meu pai era bem bravo [...]. Hoje em dia as crianças fazem o que querem com os pais [...]. Mas, eu me lembro disso, queria brincar muito no Parque com o pneu. Meu pai trabalhava no mato, serraria enquanto ele trabalhava, meus irmãos e eu brincávamos no Parque, na cachoeira. A gente atravessava correndo aquele Parque [...]. Hoje bem na entrada da Vila, sabe onde tem aquele portão? Era tudo mato, a gente atravessava e escapava para brincar e lá de longe escutava o barulho da serraria. A gente vinha correndo esperar o pai. (risos).

## APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA 2ª GERAÇÃO

**Entrevistador:** Fale sobre a Vila Jardim

**Magreane:** Quando conheci a Vila Jardim, ela tinha poucas casas ela não era conhecida como Vila Jardim, ela era conhecida como Vila Tripa. Eu acredito que seja porque era só a rua de cima na beira da faixa e não tinha casa, estrada abaixo nas outras ruas. Era só ali em cima. O resto era mato. E meu pai contava que ali era uns terrenos invadidos que até ele ajudou de um e que pertence ao Estado. Daí depois de tantas pessoas fazerem ali, invadiram vários terrenos. Aí o Prefeito da época, se eu não me engano, era o Dr. nessa época, ele fez um papel, uma coisa lá, não dava direito pra colocar água e luz pra todo mundo ali, porque o pessoal daí estavam fazendo gato e um puxava água e luz do outro e assim foi indo. E mais ou menos já faz, que eu tenho casa ali, já faz oito anos que eu moro ali. Glória a Deus! Eu moro na rua, no caso, que é a rua de baixo, que antigamente diziam que era o lixão e a minha casa fica ali há oito anos.

A relação dos moradores da comunidade ali da Vila Jardim antigamente... o Parque era depósito de lixo, né? O pessoal não cuidava, não tava nem aí! E já hoje em dia, pelo que eu já fui lá ver agora, de pouco tempo, o pessoal não está mais jogando lixo, estão cuidando. Já foi ameaçado de tirar o pessoal da Vila várias vezes, por causa do Parque, porque como é a área verde, é protegida e coisa, né? E o pessoal invadiu uma área, né? Que não poderia ser invadida, por ser do governo. Ah eles tentaram várias vezes tirar, ameaçaram os moradores, mas hoje em dia já não é mais uma ameaça.

Ali na Vila, a maioria dos moradores, eles sempre viveram com aquele medo, por ser uma área invadida, por não poder estar ali, eles sempre viviam com medo de que algum dia o Governo ia chegar ali e ia todo mundo sair dali, derrubar as casas e iam ficar sem teto. Em algumas reuniões que foi era pra todos os moradores da Vila participar e eles não iam. Então foi aonde que foi criado o Conselho [conselho consultivo do Parque] pra ter um representante da Vila, pra tentar conversar com os moradores. Pra explicar que não, que o pessoal não ia sair dali que a Prefeitura tava tentando legalizar aquela área ali, pra separar do Parque, pra não precisar os moradores saírem daquela área ali. Porque se a Prefeitura retirasse todo aquele pessoal dali eles teriam que dar [outro terreno] em um outro lugar, pra moradia, né? A Prefeitura não teria aonde pôr todos os moradores da Vila. Aí por isso que foi aonde que a Prefeitura foi tentando né? Ajeitar pra ninguém sair dali! Mas a vários e vários anos, os moradores viveram ali com medo de a qualquer momento ser retirado, né? Até pra que todo mundo que aquilo ali era uma área verde que não poderia estar ali, né? Fizeram casa em cima do que não era deles, né? Mas hoje em dia eu acho que o pessoal já tá mais tranquilo assim a respeito disso, que não vão sair dali, né? Até porque foi conversado bastante, principalmente com os mais antigos que são mais difíceis de lidar, né?

**Entrevistador:** E sobre o PNMR?



**Magreane:** Hoje em dia, antigamente, né? O pessoal usava o Parque ali, a Cascata pra tomar banho na cachoeira e coisa. Já hoje, pelo que eu noto, é mais é pra passeio, tirar foto. Tem muita gente que vai, entra por ali, visita o Parque e coisa e pra trás dele tem umas trilhas que dá acesso ao mirante. Até tive num dos mirante, é mirante solitário ou solidário, uma coisa assim. No primeiro que tem ali é bem bonita a vista lá de cima. Vem muito turista também tirar foto ali na Cascata, porque é uma cascata bem bonita né? E olha hoje em dia, o pessoal tem cuidado, mais assim, a Prefeitura vai lá, faz limpeza e coisa, corta a grama, os mato, pra poder descer as escadaria né? Até e o pessoal tem cuidado, mais do que antigamente, né? Antigamente eles não estavam nem aí, mas agora eles mandaram os moradores cuidar bastante, até pra recreação. É meio difícil, não sei agora que a intenção deles é fazer um Parque ali tudo né? A intenção do Prefeito de ter brinquedo pra criança, banco, fazer uma praça, né? O pessoal do bairro ali, Santa Isabel e da Vila, poder ir nos domingos, final de semana ir lá, tomar um chimarrão, levar as crianças pra brincar, né? Alguns moradores ali, pelo que deu pra perceber, eles gostam de morar ali, defendem o lugar onde eles moram, pelo que dá pra notar de alguns, né? E que não são todos, mas a grande maioria. Ah eu gosto de morar ali, num lugar bom, não nunca me vinculo assim num lugar não, o pessoal tudo são conhecido, um ajuda o outro assim em matéria de “ah eu vou sair, tu dá uma olhada, dá uma reparadinha na minha casa?”. Os vizinhos ao redor sempre dão, assim amizade ali. Eu já falei pra ele. “Ah meus filhos eles só vão lá no Parque, lá na Cascata quando a gente vai”, porque são pequenos né? Daí fomos uma vez fazer a trilha até o primeiro mirante. Mirante da solidão, se eu não me engano. E a princípio elas gostam da vila de morar ali e nunca se queixaram.

**Entrevistador:** E sobre os Serviços na Vila Jardim?

**Magreane:** Os serviços básico ali da vila? Posto de saúde tem, CRAS tem que ir no centro, escola tem, na verdade o posto de saúde fica entre a Vila Jardim e o Santa Isabel. A escola fica no Santa Isabel. Ali na Vila mesmo o que tinha antes não sei se ainda tem, era o CIS, que era lá na antiga Guarani. Não sei se eles ainda têm, né? Mas, mas era lá. E daí as outras coisas é procurado tudo no centro. É a única coisa que tem ali que fica entre a Vila e o Santa Isabel é o posto de saúde. E a escola só no Santa Isabel mesmo. Não, não tem rivalidade nenhuma entre os dois bairros, é tudo bem tranquilo. Pessoal se dá muito bem, tanto o lado do Santa Isabel como o lado da Vila.

## ANEXO A – PARECER TÉCNICO ADVOCÁCIA GERAL DA UNIÃO



Processo - 200/2006-53

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA  
Procuradoria Geral do Município

Ofício PGM N° 48/2017

São Francisco de Paula, 27 de Junho de 2017.

Superintendência do Patrimônio  
da União/RS  
RECEBIDO em 27/06/2017

Anderson Teixeira Gonçalves  
Agente Administrativo  
Mat. SIAPE 1900708

Ao Ilmo. Senhor  
Antônio Carlos Nunes Jung  
MD. Superintendente do Patrimônio da União

Assunto: Inquérito civil n° 1.29.002000036-2016-75

Senhor Superintendente:

Entre os muitos problemas graves que a atual administração do Município encontrou no início da gestão, está o assunto de que trata o inquérito civil acima referido. Sobreveio, ainda, o tornado que causou tantos transtornos para a população que teve que ser atendida com prioridade.

Na cronologia dos fatos, a administração atual recebeu o ofício n° 682, de 24/03/2017, solicitando "...uma proposta para regularização das famílias de baixa renda que ocupam parte da área cedida pela União..." ao Município para a instalação e a manutenção do Parque Municipal da Ronda.

A seguir, recebeu o ofício n° 27.685/2017, datado de 12 de abril, de Vossa Senhoria, solicitando vários documentos para exame da proposta de regularização da área ocupada pela Vila Jardim.

Finalmente, recebi o ofício n° 136/2017, de 09 de maio último, Vossa Senhoria solicitou informações sobre as medidas tomadas para a regularização da área ocupada pela Vila Jardim.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**  
**Procuradoria Geral do Município**

No dia 19 de abril ultimo, a Procuradoria Geral do Município encaminhou à Secretaria de Proteção Ambiental, o memorando nº 153/2017, solicitando a elaboração de resposta ao ofício nº 682, da Procuradoria Geral de Caxias do Sul (doc. 1).

No dia 4 de maio, diante da impossibilidade das Secretarias concluírem os estudos para atender as indagações inclusive do Ministério Público Estadual que também investiga casas de risco, solicitei ao Sr. Secretário da Administração que determinasse busca de todos os documentos que tratam da questão (ofício nº 119/2017- doc. 2). Na mesma data, diante da dificuldade encontrada pelos Secretários, solicitei prorrogação do prazo para o atendimento dos pedidos desta douda Procuradoria (ofício 121- doc. 3).

Nas buscas efetuadas, foi encontrado um “Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda”, elaborado pela empresa GEOPROSPEC, sem data. É um substancioso estudo de todos os aspectos do parque, contendo mais de 300 paginas. Na ultima folha há referencia a anexos que, entretanto, não foram encontrados (doc. 4).

Nesse estudo, entre as ações propostas para todo o parque, está a referente à área ocupada pela Vila Jardim. A sugestão é que essa área seja excluída do polígono do PNMR, com a ênfase de que “O custo de remoção e recuperação da área atualmente ocupada pela Vila Jardim é muito maior que o eventual ganho ambiental que a área representaria ao PNMR, justificando sua exclusão do polígono atual”. Sugere, ainda, um “...projeto de saneamento básico da Vila Jardim”, drenagem do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**  
**Procuradoria Geral do Município**

esgoto domiciliar da Vila Jardim e "...instalação de rede de coleta e destinação do esgoto doméstico da Vila Jardim".

Em decorrência de recente levantamento efetuado na área do parque, também a pedido do Ministério Público Estadual, foi apresentado um relatório pela Secretária da Assistência Social sobre a situação lá existente na Vila Jardim. Em Dezenove (19) casas não foram encontrados moradores. No levantamento aparecem 112 casas nessa Vila Jardim (doc. 5).

Também o Secretário do Planejamento realizou vistoria sobre a área ocupada pela Vila Jardim colhendo fotografias e demarcando a área que pode ser adequada às residências (doc. 6). Juntou, também, um mapa com a visão completa da vila (doc. 7).

Ainda atendendo determinação, o Departamento de Habitação, da Secretária de Planejamento e da Defesa Civil, efetuaram uma vistoria em outra vila identificada como Lage A, Bairro Cipó, por determinação do Ministério Público Estadual. O trabalho metódico e extenso consta como relatório de vistoria nº 1/2017 e referente aquela Rua Lage A (doc. 8). Em 2011, em levantamento efetuado foram cadastrados 105 moradores na Vila e que estão sendo incluídos em projeto habitacional Minha Casa Minha Vida. Nesse local, também extremamente carente de infraestrutura, foram encontradas 18 casas em área de risco, com identificação dos moradores. Foram fotografadas as casas e efetuado levantamento socioeconômico dos moradores encontrados. O relatório esclarece que no levantamento realizado no local, em 2011, residiam lá 105 famílias. Em decorrência desse relatório foi elaborado um projeto habitacional para atendimento das famílias



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**  
**Procuradoria Geral do Município**

carentes residentes nesse local, pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida, o qual está na Caixa Econômica Federal para aprovação.

Para execução deste programa habitacional, foi instaurado o processo licitatório de chamamento público nº 01/2017, processo administrativo nº 452/2017, processo esse que se encontra em fase final de homologação (doc. 9).

Para evitar maiores danos às famílias residentes nas áreas de risco e outros carentes residentes em vários bairros igualmente desprotegidos de qualquer estrutura, até a conclusão do plano habitacional, receberão aluguel social através da Lei nº 3287, de 24 de maio último (doc. 10).

Como Vossa Excelência pode perceber, são grandes os problemas sociais deste Município em função do alto grau de pobreza existente na periferia da cidade. As providências que já tomei e que estão sendo implementadas, certamente amenizarão as dificuldades das famílias carentes.

Em relação à Vila Jardim, situada no polígono do Parque da Ronda, concordo com as conclusões do Plano de Manejo do Parque e o relatório dos Secretários de que é impossível, economicamente, transferir todos os moradores da Vila Jardim, porque, além de ser muito dispendioso, não traria nenhuma melhoria para a área já prejudicada, razão porque sugiro a exclusão da área da Vila Jardim do polígono do parque. Com a exclusão da Vila Jardim, o Município poderá isolar o restante da área do parque com cerca para evitar novas invasões e efetuar os investimentos recomendados nos estudos no que tange ao arruamento, esgoto, rede de água, luz e outros equipamentos necessários à melhoria dos moradores daquela vila.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**  
**Procuradoria Geral do Município**

---

Para tanto, é indispensável que a área a ser desanexada do polígono da área do parque seja doada ao Município para que os moradores também possam adquirir o domínio e efetuar financiamentos para a melhoria das casas. Para tanto determinei a caracterização exata da área necessária à regularização da vila.

Sugiro o exame desta proposta de regularização e de doação com a maior brevidade possível, pois os levantamentos efetuados permitem, agora, a implantação dos projetos. É importante destacar que muitas indústrias estão procurando o Município para se instalar e isso trará um aumento da população vinda de outros municípios em busca de emprego o que seguramente só aumentará o problema habitacional.

Cordialmente

  
**Marcos André Aguiar Zolli**  
**Prefeito Municipal**



## ANEXO B – PARECER Nº 082/2020/CJU/CGU/AGU

Imprimir

moz-extension://c65500a3-1ec3-45da-9e6b-217f43c75c0f/doc\_print.html



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PARECER N. 082/2020/CJU-RS/CGU/AGU**

PROCESSO N. 04902.002657/2017-55

ORIGEM: SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SPU/RS

**EMENTA: DOAÇÃO DE ÁREA DA UNIÃO. PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA. POSSIBILIDADE.**

Trata o presente de processo administrativo, encaminhado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), com minuta de portaria que autoriza a doação com encargo de imóvel de domínio da União para o Município de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à regularização fundiária de 112 famílias de baixa renda que lá residem.

Justifica-se o excesso do prazo do art. 42 da Lei do Processo Administrativo, conforme previsto no § 3º do art. 21 do nosso Regimento Interno tendo em vista a complexidade da matéria, a priorização de processos de maior urgência e circunstâncias de cunho pessoal.

**RELATÓRIO**

Destacam-se os seguintes, dentre os documentos juntados aos autos:

- Ofício da Prefeitura de São Francisco de Paula requerendo que lhe seja transferido o domínio da área onde se encontra a Vila Jardim naquele Município (SEQ1, PDF1, pg.1)
- Foto do local (SEQ2, PDF1, pg.1)
- Fotografia do local (SEQ2, PDF2, pg.1)
- Fotografia do local (SEQ2, PDF3, pg.1)
- Memorando contendo cadastro sócio-econômico realizada pela Prefeitura no local (SEQ2, PDF4, pg.1)
- Ofício com plantas e memorial descritivo da área (SEQ3, PDF1, pg.1)
- Ofício SPU solicitando a complementação de documentos (SEQ3, PDF2, pg.1)
- Matrícula do imóvel em questão no Registro de Imóveis (SEQ4, PDF2, pg.1)
- Dados estatísticos referentes à avaliação do imóvel (SEQ4, PDF4, pg.1)
- Documentos referentes ao Laudo de Avaliação do Imóvel (SEQ4, PDF5, pg.1)
- Laudo de Avaliação (SEQ4, HTML6)
- Informações referente à área em questão (SEQ4, PDF7, pg.1)
- Minuta de Contrato de Doação (SEQ4, PDF11, pg.1)
- Minuta de instrumento de Dispensa de Licitação (SEQ4, PDF12, pg.1)
- Nota Técnica nº 25820/2018-MP (SEQ4,HTML 13)
- Nota Técnica nº 26165/2018-MP (SEQ4,HTML 14)
- Minuta de Portaria para declarar de interesse do serviço público, para fins deregularização fundiária de interesse social, o terreno da União, (SEQ4, PDF15, pg.1)

- Minuta da Doação (SEQ4, PDF18, pg.1)
- Ofício da Procuradoria da República tratando de Inquérito Civil pertinente à área em questão. (SEQ4, PDF23, pg.1)
- Ofício da Procuradoria da República em Caxias do Sul. (SEQ4, PDF26, pg.1)
- Documento referente ao Inquérito Civil instaurado pela Procuradoria da República. (SEQ4, PDF27, pg.1)
- Resposta da SPU aos questionamentos apresentados nos documentos acima nominados. (SEQ4, PDF28, pg.1)
- Nota Técnica nº 8226/2019-MP (SEQ4,HTML 32)
- Ofício reiterando o conteúdo do ofício anterior da Procuradoria da República. (SEQ4, PDF41, pg.1)
- Nota Técnica SEI nº 5/2019/CGREF/DEDES/SPU/SEDDM-ME (SEQ4,HTML 46)
- PARECER n. 00822/2019/WWGS/CGJPU/CONJUR-PDG/PGFN/AGU (SEQ5,HTML 1), aprovado pelos Despachos de Aprovação nº 01697/2019/PGFN/AGU (Seq6) e nº 01741/2019/PGFN/AGU (Seq7).

### BREVE HISTÓRICO

Nos termos das Notas Técnicas juntadas aos autos, trata o presente de processo com o objetivo de efetivar doação com encargo, requerida pelo Município de São Francisco de Paula/RS (3139448), referente ao imóvel da União, com área de 54.112,14m², localizado no lugar denominado Ronda e Rondinha, contíguo ao Parque Municipal da Ronda, naquele município.

O imóvel em comento está registrado na matrícula nº 30.871 do Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco de Paula/RS e inscrito sob o RIP SPU net nº 8867 00009.500-7.

Aponta-se que a SPU/RS lavrou com o Município de São Francisco de Paula, em 06/17 de Cessão de Uso Gratuita referente a uma área de 200ha para fins de manutenção do Parque Municipal (

Quando da lavratura daquele contrato, já havia a informação de que parte da área ..... or famílias de baixa renda e havia, também, previsão para que a Prefeitura providenciasse a retirada das famílias ..... tempo em que assegurasse local para seu reassentamento, conforme letra e, Parágrafo Segundo, da Cláusula Quarta do instrumento da Cessão de Uso.

No ano de 2010, o Ministério Público Federal abriu Inquérito Civil Público para apurar ocupações e construções irregulares no Parque da Ronda, conforme mostram os diversos ofícios daquela instituição juntados aos autos, sendo aberto um novo Inquérito Civil Público para tratar desta mesma ocupação irregular em área da União em 2016, "na busca de uma solução que garanta a regularidade da ocupação e o direito constitucional à moradia às famílias de baixa renda."

Diante desta situação, o Prefeito de São Francisco de Paula encaminhou Ofício com o seguinte fim:

(...) que a parte da área ocupada pelas famílias de baixa renda fosse desmembrada da área do Parque e reservada para moradia como solução para a regularização das famílias. A área do Parque ocupada pelas famílias é conhecida como Vila Jardim e lá se encontram 112 famílias. No ofício, o Prefeito relata que o problema habitacional é grave no município e que existem outros assentamentos de famílias de baixa renda que vivem em situação de risco. Relata que a área necessita investimentos em infraestrutura para garantir moradia digna para as famílias.

Assim, a área ocupada foi retirada daquela destinada à UC, excluindo-se as áreas ocupadas clandestinamente e abrindo caminho para a regularização dos assentamentos tendo em vista o relevante interesse social.

### BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Soluções para os problemas tratados nestes autos vem sendo objeto de cuidados da SPU, do Ministério Público Federal e da Prefeitura do Município, conforme relatado acima. Da mesma forma, vem recebendo atenção do meio acadêmico, em especial da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) que possui um campus no



#### Município.

O ObservaCampos, grupo de pesquisa que reúne docentes e acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação da UERGS Hortênsias em São Francisco de Paula e de outras unidades universitárias e instituições de ensino superior, vem estudando de forma constante a implementação do Parque Natural Municipal da Ronda e o impasse gerado pela ocupação na área destinada àquela Unidade de Conservação.

No livro digital "Redes, Pesquisa e Práticas Sociais em Políticas em Ambientes", a questão é tratada por diversos ângulos em diferentes artigos que compõem a obra publicada por iniciativa do Observa Campos (Observatório de Políticas e Ambiente) e organizada por Aline Reis Calvo Hernandez, Ismael Jesus Klein, Luciele Nardi Comunello, Patrícia Binkowski e Rosmarie Reinehr.

A obra demonstra de forma clara o interesse social existente na regularização fundiária bem como a importância dessa medida para a comunidade em si e para o meio ambiente.

O artigo "Percepções sobre Mudanças Climáticas e Políticas Públicas na Ocupação Urbana Vila Jardim, São Francisco De Paula/RS"<sup>[1]</sup>, de autoria de Carlos da Silva Padilha, Ana Paula Paim de Almeida, Patrícia Binkowski e Aline Reis Calvo Hernandez, observa que:

A Vila Jardim está organizada em 130 lotes, com aproximadamente 250 famílias que ocupam a área há 20 anos, considerando as primeiras ocupações.

A comunidade é considerada de alta vulnerabilidade social, dadas as condições de falta de saneamento, casas de madeira sem infraestrutura adequada, baixos níveis de escolarização, alto índice de desemprego e dificuldades de inclusão social por questões de renda, classe e raça, além de outras interseccionalidades. Para agravar a situação, a comunidade foi vítima do "tornado" que atingiu São Francisco de Paula no dia 12 de março de 2017. Muitas casas vieram abaixo, o ginásio e a escola da comunidade foram inteiramente destruídos e, atualmente, muitos moradores ainda esperavam pelas reconstruções de suas moradias.<sup>[2]</sup>

No mesmo artigo são classificadas as principais demandas por políticas públicas apresentadas pela comunidades onde se destaca a necessidade de saneamento e de regularização fundiárias dos lotes de moradia.

No artigo "O Conselho Municipal de Meio Ambiente e a Gestão de Conflitos Socioambientais no Parque Natural Municipal da Ronda em São Francisco de Paula - RS"<sup>[3]</sup> de autoria de Maristela da Rosa e Rodrigo Cambará Printes já recomendava como medida necessária excluir dos limites do Parque a área ocupada irregularmente.

Esse mesmo artigo aponta como uma das possíveis soluções o estabelecimento de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) para captar recursos destinados ao saneamento previstos na Política Nacional de Habitação, o que somente pode acontecer a partir da regularização fundiária da área, da qual o presente processo é passo significativo.

A questão do saneamento também é prioritária do ponto de vista ambiental:

No nordeste da poligonal do PNMR ficam as Vilas Jardim e Cipó, onde há residências precárias habitadas por população em situação de vulnerabilidade social, sem saneamento básico, o que acaba comprometendo a qualidade de vida daquela população e a integridade das nascentes e aquíferos ali situados, os quais drenam no sentido do arroio Rolantinho da Areia (bacia do Rio dos Sinos), e vão abastecer os municípios de São Francisco de Paula, Rolante, Riozinho, Taquara, entre outros.<sup>[4]</sup>

4 / 7

A regularização fundiária também permitirá uma relação mais harmônica entre os moradores e a Unidade de Conservação, oportunizando ganhos ambientais.

Como observam Maristela da Rosa e Rodrigo Cambará Printes:

Há inúmeros conflitos gerados ou diretamente relacionados à criação de UC em nosso país (SANTILLI, 2005), os quais inclusive podem intensificar a degradação ambiental (DIEGUES, 2001). Muitos destes conflitos são consequências da exclusão das comunidades locais do interior

dos limites da UC, principalmente naquelas de proteção integral e/ou de um processo de gestão territorial mal conduzida (PRINTES, 2012). (...) Segundo estudos anteriores, a ingerência e o abandono da área destinada ao PNMR levam a uma percepção coletiva de que a área é "terra de ninguém", o que acaba incentivando a retirada de madeira para lenha, caça, depósito de lixo, etc. (FREITAS et al., 2012). Segundo Primack e Rodrigues (2001), o envolvimento da população é um elemento fundamental e que precisa ser incorporado nas estratégias de manejo e conservação.<sup>[5]</sup>

Por fim, traz-se trecho do primeiro artigo mencionado, que fala do sentimento atual e das expectativas da comunidade que amparam o interesse social da doação e mostram o fim a que se destina:

Nesta comunidade se constatou a existência de um sentimento de inconformismo, dado pela situação de abandono pelo poder público municipal. A Vila Jardim é invisibilizada aos olhos dos gestores municipais e pouco contemplada com a oferta de políticas públicas. Porém, se notou que existe um desejo de mudança, um horizonte em perspectiva em busca de melhores condições de vida, de moradia, de lazer, mas que só será possível quando a relação entre comunidade e poder público for efetiva, garantindo a salvaguarda de direitos sociais, políticos e ambientais que lhes são de direito.<sup>[6]</sup>

A doação da União ao Município para que este possa formular políticas públicas destinadas a resgatar a dignidade desses cidadãos é um importante passo para tirá-los da invisibilidade e permitir que possam ter um horizonte de melhores condições de vida.

#### REQUISITOS DO PROCEDIMENTO

Sob o ponto de vista técnico, a Nota Técnica SEI nº 5/2019/CGREF/DEDES/SPU/SEDDM-ME, informa que os autos contemplam os requisitos formais e materiais necessários.

Considerando que os autos encontram-se devidamente instruídos, sob os aspectos técnicos e de conveniência e oportunidade administrativas, **entendemos que o terreno com a área de 54.112,14m<sup>2</sup>, no lugar denominado Ronda e Rondinha, objeto de Inquérito Civil Público/MPF, na cidade de São Francisco de Paula, cumprirá melhor sua função social se transferido para o domínio do Município de São Francisco de Paula**, não havendo interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à preservação ambiental e à defesa nacional no desaparecimento do vínculo de propriedade.

(...) considerando que os aspectos de conveniência e oportunidade foram suficientes justificados pela SPU-RS na Nota Técnica nº 25820/2018-MP (3139472), esta CGREF não tem nada a opor com relação à doação proposta pela SPU-RS, cabendo apenas analisar os aspectos técnicos da instrução processual.

De acordo com inciso I, art. 1º, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, a competência para autorizar a doação de imóveis da União do Sr. Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, após anexadas as manifestações técnicas das áreas, o parecer jurídico e a aprovação do Comitê Central de Alienação, instituído pela Portaria SPU nº 55, de 2019.

Do ponto de vista da instrução processual, o processo está de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa SPU nº 02, de 2014, contendo documentos que descrevem o histórico da ocupação e perfil das famílias beneficiadas, o espelho do SPIUnet da área original (3139465), a planta do desmembramento (3139466), o espelho do SPIUnet da área desmembrada (3139467), a matrícula do imóvel referente à área desmembrada (3139458), minuta da portaria de declaração de

Se forem cumprindo as condições da doação, o número específico de famílias beneficiadas é irrelevante para a União.

No entanto, a Portaria nº 10762, de 18 de novembro de 2019 da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União assim dispõe, no que é seguido pela minuta de doação apresentada:

*A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de 112 famílias de baixa renda que lá residem há mais de uma década.*

**Assim recomendamos que a minuta da Portaria seja retificada retirando-se a menção ao número de famílias que serão beneficiadas pela medida.**

Caso a autoridade que a assinou entenda que a presença de um número de famílias beneficiadas seja imprescindível, que se diga que pelo **menos 112 famílias serão beneficiadas**, permitindo que os demais 19 lotes sejam regularizadas bem como a Prefeitura reconheça situações fáticas posteriores ou desconsideradas pelo documento de 2017.

Mesmo que a Portaria acima nominada não esteja sob análise jurídica, dela decorre de forma direta o texto do Termo a ser firmado entre União e Município, razão pela imperativa sua alteração para se analisar a minuta a ser firmada.

**PELO EXPOSTO**, dá-se parecer **DESFAVORÁVEL** à minuta apresentada, recomendando-se que seja retificada a Portaria que a fundamenta para que contemple todas as situações fáticas presentes na área a ser regularizada e, em consequência, a minuta sob análise jurídica.

Após as retificações, retornem os autos a esta Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.

**MARCOS WEISS BLIACHERIS**  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

A consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante a utilização do Número Único de Protocolo (NUP) 04902002657201755 e da chave de acesso 031e1d81.



#### Notas

1. <sup>a</sup> <sup>b</sup> pp. 104 a 115.
2. <sup>^</sup> pp. 104 e 105.
3. <sup>^</sup> pp. 125 a 135
4. <sup>^</sup> p. 113.
5. <sup>^</sup> pp. 125 e 126.
6. <sup>^</sup> p. 113.

---

Documento assinado eletronicamente por MARCOS WEISS BLIACHERIS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 372068599 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCOS WEISS BLIACHERIS. Data e Hora: 05-02-2020 16:41. Número de Série: 17149167. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---

**ANEXO C – PORTARIA Nº 3847/2020**

*Município de São Francisco de Paula*

Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 3847/2020**

de 25 de Agosto de 2020.

Declaro que o ato foi publicado  
na imprensa oficial no dia

25/08/2020

Lei nº 3162/2015

**Designa Grupo de Trabalho  
Técnico para Regularização  
Fundiária Urbana – REURB.**

**O PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**, no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** o Memorando nº 349/2020 da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo, Habitação e Gestão;

**RESOLVE**

**DESIGNAR**, a partir de **25 de Agosto de 2020**, Grupo de Trabalho Técnico para atuar em processo de Regularização Fundiária Urbana - REURB, que será composta pelos seguintes membros:

- **ANDREIA WUSTH**, matrícula 2971, Assistente Social;
- **CRISTHIE LENZ**, matrícula 4121, Arquiteta;
- **JARDEL LUÍS DA SILVA**, matrícula 2931, Advogado;
- **TELMO FOCHT**, matrícula 3620, Técnico Ambiental.

Gabinete do Prefeito, Município de São Francisco de Paula.

Marcos André Aguzzolli  
Prefeito





## ANEXO D – REPORTAGENS REURB PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA



23 JUL 2021

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### Prefeitura inicia processo de regularização fundiária no bairro Vila Jardim



Vice-prefeito Thiago Teixeira e Secretário Itamar de Leon com as equipes de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Foto: Josiele Silva

COMPARTILHAR



*Os moradores terão seus imóveis regularizados e registrados no cartório sem nenhum custo*





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**São Francisco de Paula**

### Acessibilidade



O que você gostaria de encontrar?



Acompanhe-nos:



≡ MENU

## Notícias



Notícias

Notícia

JUL

23

23 JUL 2021



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Prefeitura inicia processo de regularização fundiária no bairro Vila Jardim**